



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

Ana Carolina Guerra

**OS VALORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS VALORES
DO TRABALHO: UM ESTUDO EM EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Belo Horizonte – MG
2014

ANA CAROLINA GUERRA

**OS VALORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS VALORES
DO TRABALHO: UM ESTUDO EM EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de concentração: Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional.

Orientação: Prof. PhD Antônio Luiz Marques.

Co-orientação: Profa. Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas.

Belo Horizonte

2014

Ficha catalográfica

G934v
2014 Guerra, Ana Carolina.
Os valores da economia solidária e os valores do trabalho
[manuscrito] : um estudo em empreendimentos econômicos
solidários / Ana Carolina Guerra. - 2014.
157 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientador: Antônio Luiz Marques.

Co-orientador: Maria Nivalda de Carvalho-Freitas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração.

Inclui bibliografia (f. 137-151) e Anexos.

1. Trabalho - Aspectos psicológicos - Teses. 2. Economia
solidária - Teses. 3. Administração de empresas - Teses. I.
Marques, Antônio Luiz. II. Carvalho-Freitas, Maria Nivalda de. III.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-graduação e
Pesquisa em Administração. IV. Título.

CDD: 658.314

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – JN/108/2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora ANA CAROLINA GUERRA, REGISTRO N° 195/2014. No dia 04 de dezembro de 2014, às 14:30 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPAD, em 24 de novembro de 2014, para julgar o trabalho final intitulado "Os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho: Um Estudo em Empreendimentos Econômicos Solidários", requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, linha de pesquisa: Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Antônio Luiz Marques, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO NAS RESSALVAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (MÍNIMO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2014.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Antônio Luiz Marques
ORIENTADOR (Professor Aposentado da UFMG)

Prof. Dr. Maria Rivalda de Carvalho Freitas
Co-orientadora (Universidade Federal de São João del Rei/MG)

Prof. Dr. Carlos Alberto Gonçalves
(CEPAD/UFMG)

Prof. Dr. José Roberto Pereira
(Universidade Federal de Lavras/MG)

Prof. Dr. Luis Carlos Rondão
(Faculdade Nova Horizonte/MG)

Prof. Dr. Valéria Meloisa Kemp
(Universidade Federal de São João del Rei/MG)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho traz em si a marca da solidariedade e do companheirismo de dezenas de amigos, colegas, familiares, professores, alunos, enfim de muitas pessoas, espalhadas por diferentes cidades, mas que de alguma forma me ajudaram, me apoiaram, me acolheram, me deram suporte e sabedoria, acreditaram em mim, em quantidade e qualidade imensuráveis. E não somente por isso, mas principalmente por esse motivo é que eu sou imensamente grata:

A Deus, por me proteger, me amparar, me guiar e sobretudo me dar forças para continuar a enfrentar grandes desafios.

À minha mãe Dadá, por sempre me orientar nos caminhos da honestidade, dos valores e da perseverança. O seu apoio e incentivo foram fundamentais para a construção dessa tese.

A meu pai, Duílio, pelo amor e dedicação com que me criou e sempre acreditou em mim.

A meus irmãos, Lucas e Rafael, pelo imenso amor que nos une e sempre nos unirá, apesar de todas as coisas.

À minha Vó Ilza, minha eterna incentivadora e cuja presença física me faz tanta falta.

Aos meus tios Antônio Guerra e Júnia Guerra, pelo total apoio, incentivo e amor que tiveram durante toda a minha vida, e principalmente durante o meu doutorado.

Às dezenas de membros dos empreendimentos econômicos solidários por mim pesquisados, trabalhadores e trabalhadoras que se dispuseram, solidariamente e com boa vontade, a compartilharem sentimentos e angústias, a responderem perguntas, a disponibilizarem informações, a respeito do seu trabalho, das suas lutas, dos seus ideais, dos seus sentimentos, e, sobretudo, dos seus valores. Eu não poderei nunca escrever essa tese, sem o total apoio e dedicação desses trabalhadores e trabalhadoras.

À minha querida amiga Ludmila Freire Sousa, que me deu mais do que um lar em Belo Horizonte, mas que foi minha companheira e amiga incondicional. Este doutorado, com certeza, não foi mais cansativo do que seria, com as minhas viagens semanais, porque eu tinha você para me apoiar e me dar forças.

A meus queridos amigos de Doutorado, Evandro Rodrigues Faria, Lélis Pedro de Andrade e Rogério Zanon da Silveira, que foram essenciais durante todo o meu doutorado. Foi com vocês que eu vivenciei as maiores demonstrações de amizade e generosidade, por vezes tão distantes em ambientes acadêmicos.

A meu orientador, Professor Antônio Luiz Marques, pela acolhida, incentivo, e confiança depositada em mim, desde a nossa primeira conversa, além de sua extrema bondade e profissionalismo.

À minha co-orientadora Professora Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, referência constante na minha formação, seja em conversas ou nas atividades de orientação, cuja simplicidade e docilidade com todas as pessoas, serve para aumentar ainda mais sua grandeza intelectual e humana.

A meus queridos alunos, companheiros de trabalho da ITCP/UNIFAL – MG: Laís Pereira, Livia Braga, Thales Silva, Amanda Mambelli, Mariana Martins, Camila Roque e Ítalo Mendonça, pelo protagonismo social e pela disposição em ajudar, entre outras coisas, para a construção dessa tese.

Aos professores Carlos Alberto Gonçalves, José Roberto Pereira, Luiz Carlos Honório, e Valéria Kemp, pela participação na banca, cujas sugestões em muito contribuíram para a versão final desta tese.

Por fim, o meu muito obrigado a quem eu nem tenho palavras para agradecer, meu companheiro de vida, de sentimentos e de ideologias Dimitri Toledo, agradeço pelo incentivo diário, pela paciência consoladora, pela disponibilidade em contribuir e estar ao meu lado, e principalmente, pelo amor e companheirismo incondicional, para a realização deste trabalho. Todas as minhas vitórias e conquistas, são, de certa forma também suas, porque é você quem me ajuda a conquistá-las.

Assim, essa tese, com certeza, é parte de todos que, ao chegar, ficar ou passar, contribuíram com minha busca pessoal, com o meu crescimento intelectual e humano, e principalmente, com a minha caminhada.

Muito Obrigada!

*Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o **que** produzem, como com o modo **como** produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.*

Karl Marx, *A Ideologia Alemã*.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo identificar os valores atribuídos ao trabalho e à economia solidária por membros de empreendimentos econômicos solidários e suas possíveis relações. A partir da revisão de literatura foi definido o construto Valores atribuídos à Economia Solidária e colocado esse construto à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica. Também foi utilizado o conceito de valores do trabalho definido por Porto e Tamayo (2003). Participaram da amostra utilizada na investigação 174 membros de 12 empreendimentos econômicos solidários do sul de Minas Gerais. Na análise dos dados foram utilizados estatística descritiva, análise fatorial, análise de estrutura de similaridades (SSA), correlação bivariada e análise de cluster. A partir da análise dos dados foram identificadas diferentes configurações de valores para grupos de participantes. Ficou evidenciado que existe uma grande diversidade de valores e princípios ideológicos dentro dos empreendimentos econômicos solidários. A evidência desses valores, e consequentemente o grande nível de concordância apresentado pela maioria dos respondentes, reafirma, em grande medida, os pressupostos teóricos acerca da Economia Solidária. Outros resultados que precisam ser destacados nesta tese, referem-se às correlações identificadas entre os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho. Na grande maioria dos casos, as correlações foram significativas, reafirmando a concepção da Economia Solidária enquanto uma forma de organização do trabalho. Nesse contexto, é possível afirmar que a Economia Solidária é uma realidade histórica, embora frágil e incipiente em muitos aspectos do seu desenvolvimento. Entretanto, apesar das suas limitações, ela é uma realidade concreta, com um grande potencial de desenvolvimento econômico, social e político, com vistas a melhoria da qualidade de vida, e diminuição das desigualdades sociais. Desse modo, é importante salientar, que a proposta da Economia Solidária, e consequentemente o exercício de repensar a gestão, não se apresenta como uma proposta ilusória, utópica, ou simplória, mas uma proposta que leva em consideração um modo de organização do trabalho, de gestão, que se ancora em valores associados a busca de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Valores da Economia Solidária, Valores do Trabalho, Economia Solidária.

ABSTRACT

This thesis aims to identify the values assigned to work and solidarity economy by members of solidary economic enterprises and their possible relationships. From the literature review the values assigned to construct Solidarity Economy was defined and put this to the test in a construct inseparably theoretical and empirical research. The concept of work values defined by Porto and Tamayo (2003) was also used. The sample used in the investigation of 174 members of 12 solidary economic enterprises in southern Minas Gerais. In the data analysis descriptive statistics, factor analysis, analysis of structure similarities (SSA), bivariate correlation and cluster analysis were used. From the analysis of the data values for different configurations of groups of participants were identified. It was evident that there is a great diversity of values and ideological principles within the solidary economic enterprises. The evidence of these values, and hence the high level of agreement presented by most respondents, reaffirms largely theoretical assumptions about the Solidarity Economy. Other results that need to be highlighted in this thesis, refers to the correlations found between the values of the Solidarity Economy and Work Values. In most cases, the correlations were significant, reaffirming the concept of Solidarity Economy as a way of organizing work. In this context, it can be said that the Solidarity Economy is a historic, albeit fragile and inchoate reality in many aspects of their development. However, despite its limitations, it is a reality, with great potential for economic, social and political development, in order to improve the quality of life and reduce social inequality. Thus, it is important to note, that the proposal of the Solidarity Economy, and consequently the exercise of rethinking the management, is not presented as an illusory proposal, utopian or naive, but a proposal that takes into account a way of organizing work, management, which is anchored in values associated with the search for a more egalitarian society.

Keywords: Values of Solidarity Economy, Values of Labour, Solidarity Economy.

LISTA DE SIGLAS

ACAMAR – Associação de Catadores de Material Reciclável de Lavras.

ACIMAR – Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis.

ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidária da Central Única dos Trabalhadores .

ALSCAL - Alternating Least Squares SCALing.

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão.

ASCAL - Associação de Artesãos e Artistas Populares de Lambari.

COLACOT - Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores.

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários.

EVES - Escala de Valores Relativos à Economia Solidária.

EVT - Escala de Valores Relativos ao Trabalho.

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

GT - Grupos de Trabalho.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDES - Instituto de Desarrollo Económico y Social.

INCUBACOOOP/UFLA – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras.

INTECOOP/UNIFEI – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá.

IST - Inventário do Significado do Trabalho.

ITCP/UNIFAL – MG - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas.

KMO – Kaiser -Meyer-Olkin.

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences.

SSA - Análise de Estrutura de Similaridades.

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O Campo da Economia Solidária no Brasil	54
FIGURA 2 – Estrutura e Funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária	57
FIGURA 3 – Estrutura dos Valores do Trabalho de Elizur	72
FIGURA 4- Interface entre os valores individuais e os valores relativos ao trabalho	76
FIGURA 5 – Estrutura dos Valores da Economia Solidária	78
FIGURA 6 – Localização dos Empreendimentos Econômicos Solidários estudados	86
FIGURA 7 – Organograma para Elaboração de Medida Psicológica	91
FIGURA 8 – Estrutura dos Atributos Descritivos	114

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de EES por décadas no Estado de MG	34
GRÁFICO 2 – Proporção de EES em MG	35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Uma Tipologia das Iniciativas de Economia Solidária	51
QUADRO 2 – Facetas dos Valores do Trabalho e seus Elementos	71
QUADRO 3 – Valores da Economia Solidária	79
QUADRO 4 – Empreendimentos Econômicos Solidários Seleccionados	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil	33
TABELA 2 – Número de EES em Minas Gerais por Mesorregião	35
TABELA 3 – Quantidade e Percentual de EES por Unidade da Federação / Região	58
TABELA 4 – Fatores, Definições, Itens e Índices de Precisão da EVT	90
TABELA 5 – Itens para a Escala de Valores da Economia Solidária	97
TABELA 6 – Fator Cooperação e Solidariedade e Atributos Descritivos	105
TABELA 7 – Fator Identificação e Desenvolvimento Humano e Atributos Descritivos	106
TABELA 8 – Fator Autogestão e Atributos Descritivos	107
TABELA 9– Matriz Fatorial dos Itens da Escala de Valores da Economia Solidária	108
TABELA 10 – Propriedades das Dimensões (fatores) do EVES	110
TABELA 11 – Fator Prestígio e Atributos Descritivos	111
TABELA 12 – Fator Crescimento no Trabalho e Atributos Descritivos	112
TABELA 13 – Fator Realização no Trabalho e Atributos Descritivos	112
TABELA 14 – Fator Estabilidade e Relações Sociais e Atributos Descritivos	113
TABELA 15 – Correlação de Pearson entre Valores da Economia Solidária e Valores do Trabalho	116
TABELA 16 – Médias dos Fatores nos Clusters dos Valores da Economia Solidária e Valores do Trabalho	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Objetivo Geral.....	25
Objetivos Específicos.....	25
1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERTINÊNCIA, SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA.....	28
1.1 Pertinências: O Contexto do Mercado de Trabalho no Brasil.....	28
1.1.1 Primórdios da Economia Solidária.....	30
1.2 Significado da Economia Solidária.....	36
1.2.1 A Economia Solidária como Proposta Alternativa de Organização do Trabalho para os Setores Populares	37
1.2.2 A Economia Solidária como Proposta de Alternativa ao Modo de Produção Capitalista....	40
1.2.3 A Economia Solidária como Proposta de Alternativa de Vida	44
1.3 Abrangências.....	49
2. VALORES	62
2.1 Valores do Trabalho.....	65
2.1.1 Os Estudos de Valores do Trabalho	65
2.1.2– Os Valores Gerais e os Valores do Trabalho	66
2.1.3 Valores do Trabalho – em busca de uma conceituação.....	68
2.1.4 Modelos para a Identificação, Análise e Validação dos Valores Relativos ao Trabalho.	70
2.2 Valores da Economia Solidária.....	77
3. METODOLOGIA	83
3.1 Tipologia da Pesquisa	83
3.2 Participantes (amostra).....	84
3.3 Instrumentos.....	89
3.3.1 A Elaboração do Instrumento de Pesquisa: Escala de Valores Relativos à Economia Solidária - EVES	90
3.3.2 Evidências de Validade do Instrumento: Escala de Valores Relativos à Economia Solidária	95
3.4 - Análise dos Dados	99
3.4.1 – Análise dos Dados da Escala de Valores Relativos à Economia Solidária	99
3.4.2 - Análise dos Dados da Escala de Valores Relativos ao Trabalho	101
3.4.3 - Análise Comparativa dos Valores Atribuídos ao Trabalho e Valores Atribuídos à Economia Solidária	102
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	104
4.1 Evidências de Validade da Escala de Valores da Economia Solidária	104

4.2 Escala de Valores do Trabalho.....	110
4.3 Análise Comparativa dos Valores Atribuídos ao Trabalho e Valores Atribuídos à Economia Solidária	115
5. DISCUSSÃO.....	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
8. ANEXO.....	152
ANEXO 1 - Escala de Valores Relativos ao Trabalho – EVT.....	153
9. APÊNDICE	155
APÊNDICE 1 – Escala de Valores Relativos à Economia Solidária.....	156

INTRODUÇÃO

O trabalho vem se mostrando importante na vida dos indivíduos desde a época pré-histórica. A maior parte dos dias é passada envolvida com o trabalho e por esse motivo, ele tem sido objeto de investigação por vários estudiosos e em muitas abordagens (LIMA, 2003).

As primeiras discussões sobre o trabalho foram apresentadas por Locke¹ (1689), ao afirmar que o trabalho era fonte de toda propriedade, sendo seguido por Adam Smith² (1776), que afirmava que o trabalho era a fonte de toda a riqueza.

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriedades dele. Seja o que for que ele retire do estado em que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe a algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros (LOCKE, 1689, p. 27).

O trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente, lhe fornece tudo o que é necessário e útil à sua sobrevivência, e que consiste ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é obtido de outras nações através dele (SMITH, 1776, p.10).

Entretanto, as discussões acerca do trabalho atingiram seu auge com os estudos de Marx³ (1867), que defendia que o trabalho era a origem de toda produtividade e a expressão da própria humanidade do homem.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural

¹ A primeira edição deste livro é de 1689.

² A primeira edição deste livro é de 1776.

³ A primeira edição deste livro é de 1867.

eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1985, p. 153).

É por meio do trabalho que o indivíduo busca atender suas necessidades, seus objetivos e sua realização. Entretanto, o trabalho sofre influências significativas de elementos culturais e históricos, podendo passar por mudanças nas próprias conceituações.

Segundo Enriquez (1999) na perspectiva clássica, cuja origem são as sociedades antigas (Gregas e Romanas), o trabalho era concebido como tortura, estava relacionado às necessidades básicas, não definindo nem a liberdade nem a grandeza do homem; no trabalho não havia qualquer tipo de valorização nem da tarefa, nem do indivíduo. Segundo Albornoz (1994) essa concepção de um trabalho “penoso”, permaneceu até o início do século XV.

Após este período, o trabalho passa a ser percebido como um esforço, físico ou intelectual, com vistas a algum fim. “O significado ativo e desejado para realização de objetivos, onde até mesmo o objetivo realizado passa a ser chamado trabalho. Trabalho é o esforço e também seu resultado” (ALBORNOZ, 1994, p.12).

É a partir da Revolução Industrial, que segundo Gonçalves e Coimbra (2002), o trabalho passou a ser de interesse de análise de várias áreas do conhecimento, principalmente, pelo papel que ele passou a desempenhar na sociedade. É na era industrial, permeada pela concepção capitalista, que o trabalho tende a ser muito valorizado, tornando-se símbolo da liberdade e da possibilidade de transformação da natureza e da sociedade, pelo homem. Há nesse sentido, um processo de empoderamento do trabalho e, sobretudo do indivíduo trabalhador. Assim, os indivíduos que não trabalham são vistos como “parasitas, delinquentes e inúteis” (ENRIQUEZ, 1999).

Apesar da crescente disjunção entre crescimento econômico e emprego, o trabalho ainda continua a ser, para muitos, um fator de identidade e um símbolo de reconhecimento social. A identidade social procede da ação e o homem é o que faz (MONGIN, 1997; PERRET, 1997).

Nesse sentido, Dal Bem et al (2004) argumenta que o trabalho não se apresenta só como uma forma de ganhar a vida, de sobrevivência, mas também, como uma forma de inserção social, em que aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados. Para os trabalhadores, o

trabalho é um elemento constitutivo e fundamental de sua identidade. Para a sociedade, fundamentalmente integrador, permitindo que se fragilizem ou reforcem laços sociais (ENRIQUEZ, 1999).

Para Dejours (1997), o trabalho, além de ter um caráter de julgamento utilitário, significa para o trabalhador uma forma de afirmar sua identidade por meio das atribuições individuais inseridas por ele na realização da tarefa. Neste sentido, Oliveira et al (2004) argumenta que:

(...) o sentido atribuído pelos indivíduos ao trabalho é composto pela utilidade para a organização e para a sociedade, relacionado com a ideia de finalidade e objetivo. Ao mesmo tempo confere ao operário a identificação com a tarefa permitindo o sentimento de realização e satisfação com a execução de um trabalho, além de sentir-se inserido no grupo ao ter seu trabalho reconhecido pelos pares (OLIVEIRA et al, 2004, p. 03).

Marx, em uma perspectiva materialista dialética, estuda a categoria trabalho em uma dimensão política, com um caráter onto-histórico, ao apresentar a divisão do trabalho como exploração do homem pelo homem. No entanto, enfatiza o trabalho como possibilidade de transformação da sociedade, como produto de uma ação eminentemente humana. Para Marx⁴ (1985):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985, p. 149).

Por outro lado, para Adam Smith⁵ (1983), fundador da economia clássica, a questão central sobre trabalho fundamenta-se na criação do valor. “Para ele, é o trabalho humano, e não a terra nem as trocas, que realmente produz bens úteis. Quanto mais trabalho, isto é, quanto

⁴ A primeira edição deste livro é de 1867.

⁵ A primeira edição deste livro é de 1776.

mais horas trabalhadas e maior o número de trabalhadores, maior a geração de valor” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 126).

Ainda segundo Thiry-Cherques (2009)

O trabalho é o “poder produtivo”, é a faculdade humana de criar valor e de multiplicá-lo. É a “coisa que cria riquezas”. Da noção, de Locke, de que o trabalho cria a propriedade, Adam Smith evolui para a idéia de que o trabalho é a medida do valor. É a administração do trabalho corretamente organizado que permite criar valor; concepção que conduz ao conceito do trabalho como “coisa”, deixando de lado as condições em que é exercido. Com Smith, o trabalho se torna uma abstração (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 127).

Essa observação sobre o trabalho abstrato percebido por Smith é analisada em *Grundrisse*, do Marx, como se pode observar:

Um imenso progresso foi realizado quando Adam Smith rejeitou todas as formas particulares de atividade criadora de riqueza [...], para considerar apenas o trabalho sem mais, isto é, todas as atividades sem qualquer distinção. A esta universalidade da atividade criadora de riqueza corresponde a universalidade do objeto, o produto sem mais, e também o trabalho em geral, embora ele seja concebido sob a forma de trabalho passado e objetivado (MARX, 1941/1968, p. 122).

Já em Enriquez (2001), numa abordagem psicossociológica, ou ainda como afirma Santos, Siqueira e Mendes (2010, p. 957) numa perspectiva da sociologia clínica, percebe-se a importância atribuída ao trabalho como fator de equilíbrio psíquico na vida dos sujeitos,

[...] o homem sem trabalho ou não reconhecido em seu trabalho, ou ainda não encontrando nenhum interesse em seu trabalho, está próximo da depressão e comumente chega a este ponto de ruptura. Pois o trabalho, em nossa sociedade, é o modo privilegiado de fazer uma obra (por menor que ela seja), de existir, de ter (ou de pensar ter) uma identidade (ENRIQUEZ, 2001, p. 58).

Enriquez (1997, p. 19) afirma ainda que “jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique”.

Neste contexto, de importância do trabalho tanto para a sociedade, quanto para os indivíduos, é importante sublinhar as diferentes formas de organização que o trabalho pode adquirir. O

trabalho pode ter uma perspectiva de gestão, baseada na heterogestão, comum nas situações de emprego. Entende-se por heterogestão, segundo Faria (1985), a dualidade, de certo modo linear, entre o que gere e o que é gerido, ou seja, entre dois agentes sociais: o que comanda (que concebe) e aquele que é comandado (executa), na medida mesmo em que põe os dois agentes sociais um ao lado do outro. Assim, coloca-se em primeiro plano os princípios e em segundo os efeitos, de tal forma que para a racionalidade torna-se essencial e suficiente para que o que gere e o que é gerido sejam, não só intelectualmente distintos, com a máxima precisão possível, como separados efetivamente por funções também distintas. Nessa forma de trabalho está inserida a maioria dos trabalhadores brasileiros.

No entanto, outras formas de organização do trabalho, que compõem a chamada Economia Solidária constituem um tema que vem sendo abordado por vários autores (SANTOS, 2002; SINGER, 2003; GAIGER, 2006; GUERRA, 2008, dentre outros). Tais iniciativas envolvem pessoas que se encontram excluídas ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas, pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de trabalho e renda (AZAMBUJA, 2009).

Entende-se por Economia Solidária o conjunto de iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade dos meios de operação (de produção, de consumo, de crédito, etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006).

Diferente da proposta da economia solidária tem-se a proposta de divisão racional do trabalho, que pode ser traduzida na indústria moderna, que priva o trabalhador do conhecimento da atividade produtiva, modelo chamado de heterogestão. Esta, manifesta-se na dualidade entre aquele que planeja, organiza, controla e o que executa, constituindo a marca principal da hegemonia do capital sobre o trabalho (GUERRA, 2008).

Ao contrário dessa lógica, tem-se o movimento da economia solidária, que envolve conceitos centrais como solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão, os quais requerem a existência de condições para sua efetivação.

As experiências de economia solidária vêm se proliferando no Brasil, de forma considerável. Isso acontece desde a década de 1980, mas se consolidando e afetivamente, a partir dos anos 2000. Este fenômeno ocorreu em âmbito nacional como uma reação à crise estrutural deste período, tanto no meio urbano quanto rural, sendo visto especialmente como uma alternativa ao desemprego, uma fonte complementar de renda ou para obter maiores ganhos com a atividade associativa (SENAES, 2006).

Nesse sentido, pode-se dizer que a economia solidária no contexto brasileiro se apresenta como uma nova perspectiva de desenvolvimento das relações de trabalho. E suas perspectivas influenciaram o desenvolvimento de muitas pesquisas, cuja revisão é recente (LEITE, 2009; PINHEIRO, 2013), que abordam temas que vão desde as potencialidades econômicas dos grupos até questões culturais relativas ao empoderamento de gênero.

Porém, mesmo havendo muitos trabalhos publicados sobre a temática da Economia Solidária, consideram-se que ainda existam lacunas de estudos, sobretudo aqueles que analisam o aspecto subjetivo das relações estabelecidas nos empreendimentos econômicos solidários, tais como os valores que os indivíduos atribuem à economia solidária, e suas possíveis relações com os valores atribuídos ao trabalho.

Sendo assim, justifica-se a compreensão dessa nova forma de organização do trabalho que traz, em sua definição, valores relacionados à solidariedade, cooperação, autogestão voltados para uma camada da população normalmente excluída da sociedade.

É importante também compreender como os indivíduos que fazem parte desse tipo de organização percebem e significam o seu trabalho, e mais do que isso, que valores estes indivíduos atribuem ao seu trabalho e a própria economia solidária. Isso porque, o estudo acerca dos valores vem se destacando como de grande importância, dentre os estudiosos das organizações, pela possibilidade de prever fenômenos micro ou macro-organizacional. Portanto, os valores exercem um impacto significativo em diversas atitudes e comportamentos manifestos no contexto do trabalho (CHATMAN, 1989), assim como nas práticas, políticas e estruturas organizacionais (BANSAL, 2003).

Os valores são pontos-chave na compreensão das ações humanas, funcionando como um padrão coletivo que identifica os grupos, suas maneiras de perceber, pensar, sentir e agir

(PIRES; MACEDO, 2006). O conhecimento desse conjunto de significados partilhados pelas pessoas pertencentes a um mesmo grupo social torna-se relevante na medida em que proporciona informações e reflexões às organizações, oportunizando um repensar que leve a transformações das práticas adotadas no cotidiano de trabalho e da gestão.

Este processo de conscientização e de repensar dos valores que estão sendo atribuídos às atividades laborais é um exercício salutar para organizações de todas as naturezas, mas para aquelas pertencentes à Economia Solidária torna-se uma prática fundamental. Não se pode desprezar os desafios implicados na concretização de princípios tais como solidariedade, cooperação, mutualismo e autogestão no interior das organizações de Economia Solidária. Sobretudo, considerando-se que estas se inserem em um espaço fortemente marcado pelos valores do sistema capitalista de produção e consumo, os quais caminham numa direção diametralmente oposta àquela traçada nos princípios da economia solidária.

Conforme será discutido neste trabalho, a proposta da economia solidária vai além de uma mera inserção daqueles trabalhadores que se encontram excluídos, ou em vias de estar, do mercado formal de trabalho. Parte-se da proposta de uma inversão de valores, de crenças, e de significados, acerca do trabalho e do próprio processo de sobrevivência dos indivíduos. Assim, parte-se da hipótese, que estes trabalhadores, membros desses empreendimentos econômicos solidários atribuem valores específicos ao seu trabalho, pautado principalmente pelos princípios, pressupostos e práticas provenientes da economia solidária.

A partir dessa hipótese, é importante verificar que valores os trabalhadores atribuem a proposta da economia solidária. Eles a consideram apenas como uma forma de se inserirem no mercado de trabalho, ou a enxergam como um projeto mais amplo, de transformação do modo de vida, e, sobretudo, da sociedade, por meio de práticas cooperativas, solidárias e emancipatórias?

É importante salientar, que embora muitos trabalhos já tenham sido desenvolvidos para análise das práticas da economia solidária (BENINI, 2004; SINGER, 2005; REIS, 2005; CRUZ, 2006; OLIVEIRA, 2006; BEATRIZ, 2007; BUZZATTI, 2007; GUERRA, 2008), não foram encontrados na literatura da área de economia solidária, e nem no próprio movimento, nenhuma menção ao estudo dos valores relacionados à economia solidária. Para a realização dessa busca, inicialmente foi consultado o Portal de Dissertações e Teses da Capes, até o meio

do ano de 2014, e realizada a busca com as palavras *Economia Solidária*, tendo sido encontrados mais de 390 trabalhos. Posteriormente foi realizada uma nova busca com as palavras *Valores da Economia Solidária*, onde foram encontrados 3 trabalhos, mas que após análise detalhada, não se referiam aos valores da economia solidária na concepção proposta para este trabalho. Posteriormente, foi realizada uma nova busca, também até o meio do ano de 2014, no Portal *Scielo*, com as palavras *Economia Solidária*, onde foram encontrados 58 trabalhos. Uma nova busca, com as palavras *Valores da Economia Solidária*, foi realizada, mas não foram encontrados nenhum trabalho. Nesse sentido, evidenciada a lacuna na produção do conhecimento sobre essa temática, considera-se que a mesma é de fundamental importância para se analisar a concepção e a proposta do fenômeno da economia solidária; suas variações e influências nos empreendimentos econômicos solidários (EES); a identificação dos limites e das possibilidades colocadas ao grupo, e na própria concepção de trabalho. Assim, o presente trabalho tem como **problema central de pesquisa**: Como se relacionam as variáveis dos valores atribuídos ao trabalho e à economia solidária? A partir do problema de pesquisa, foram construídos objetivos geral e específicos, para a condução desta tese, que serão apresentados abaixo.

Objetivo Geral

Identificar os valores atribuídos ao trabalho e à economia solidária pelos membros dos empreendimentos econômicos solidários e suas possíveis relações.

Objetivos Específicos

- Verificar os valores atribuídos ao trabalho, dentro da economia solidária pelos membros dos EES;
- Construir instrumento para identificação dos valores atribuídos à economia solidária. – Escala de Valores Relativos à Economia Solidária;
- Identificar evidências de validade do instrumento – Escala de Valores Relativos à Economia Solidária.
- Identificar possíveis correlações entre os valores atribuídos ao trabalho e os valores atribuídos à economia solidária.
- Verificar se existem padrões diferentes de valores entre os membros dos empreendimentos econômicos solidários.

Este trabalho se encontra organizado em cinco capítulos, além dessa Introdução. O primeiro capítulo trata sobre a economia solidária, por meio da sua pertinência, seu significado e sua abrangência. Neste capítulo será apresentado o contexto do mercado de trabalho no Brasil, evoluindo para os primórdios da economia solidária. Posteriormente, busca-se uma conceituação da economia solidária, pautada em três propostas alternativas de concepção do fenômeno, a saber: Alternativa para os Setores Populares, Alternativa ao Modo de Produção Capitalista e Alternativa de Vida. E por último, procura-se demonstrar a pertinência da economia solidária, por meio da abrangência dos seus empreendimentos e a sua evolução.

No segundo capítulo, apresenta-se uma conceituação acerca dos valores, tratando mais especificamente dos valores atribuídos ao trabalho e à economia solidária. Na parte em que serão discutidos os valores atribuídos ao trabalho, busca-se além da conceituação dos mesmos, a apresentação dos principais modelos para a identificação, análise e validação dos valores relativos ao trabalho. A proposta de concepção dos valores atribuídos à economia solidária é uma proposta nova, construída neste trabalho, que visa a elaboração de um instrumento válido para identificar os valores da economia solidária. Sendo assim, a construção teórica dessa temática parte dos pressupostos da Economia Solidária, mas tem-se o esforço de elaborar uma concepção acerca do que pode ser compreendido como os valores atribuídos à Economia Solidária.

No terceiro capítulo são apresentadas e discutidas as concepções metodológicas para o desenvolvimento deste trabalho. Nesse sentido serão apresentados todos os procedimentos para a comparação dos valores atribuídos ao trabalho e à Economia Solidária, bem como as estratégias adotadas para que se pudessem identificar evidências de validação da Escala de Valores da Economia Solidária.

No quarto capítulo são apresentados os resultados empíricos da pesquisa, assim como as discussões sobre esses resultados.

No quinto capítulo, são retomadas algumas discussões sobre Economia Solidária, provenientes, sobretudo, dos resultados da pesquisa, bem como a caracterização dos Valores que os indivíduos atribuem à Economia Solidária e ao Trabalho. Além disso, são apresentadas

ainda, as contribuições da pesquisa, suas limitações e recomendações para futuras investigações.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERTINÊNCIA, SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA.

Neste capítulo discute-se conceitualmente a Economia Solidária, inicialmente, contextualizando o mercado de trabalho no Brasil, sob a perspectiva de apresentação da emergência das práticas de Economia Solidária. Posteriormente, foram discutidos os primórdios da Economia Solidária, assim como o seu significado. Para essa discussão de significado, utilizou-se nessa tese, de três abordagens diferentes de análise, a saber: Economia Solidária como proposta alternativa de organização do trabalho para os setores populares; Economia Solidária como alternativa ao modo de produção capitalista e Economia Solidária como alternativa de vida. Todas essas discussões são apresentadas a seguir.

1.1 Pertinências: O Contexto do Mercado de Trabalho no Brasil

O funcionamento do mercado de trabalho no Brasil se apresentou a partir de duas perspectivas, sobretudo a partir da Revolução de 1930, marcadas pelo processo de industrialização e de urbanização do país. Inicialmente havia um ambiente predominado por mercados regionais de trabalho, caracterizados pelas experiências rurais locais primárias-exportadoras, com a utilização de mão de obra estrangeira, excluindo assim a força de trabalho nacional, sobretudo a população negra. No Século XXI, com o passar dos anos, o Brasil deixou de ser um país de produção primária, para exportação, para se transformar na sétima⁶ economia industrial do mundo, com absorção da força de trabalho nacional.

Entretanto, a partir de 1980, com a crise da dívida externa e a promoção de políticas de ajuste econômico neoliberais, teve-se um quadro de estagnação da renda *per capita*, uma diminuição dos postos de trabalho, aumentando assim, os níveis de desemprego e de postos de trabalho precários. Na década de 1990, os impactos de uma mudança radical na condução da política econômica, viabilizada pelas alterações no cenário financeiro internacional, sobre a estrutura de produção do setor industrial, manteve o baixo nível de emprego (BALTAR e PRONI,

⁶ Segundo <http://www.valor.com.br/internacional/3532202/estudo-do-banco-mundial-mostra-brasil-como-7>. O Brasil, atualmente é a sétima economia mundial, de acordo com o ranking do Banco Mundial, que analisa as economias de 146 países.

1996). Observa-se que estas perspectivas de funcionamento do mercado de trabalho no Brasil são permeadas por evidências de exclusão social. Para Pochman (1999), a evolução histórica do processo de exclusão social apresenta-se da seguinte forma:

1. A destruição de formas de produção pré-capitalistas gerou exclusão, implicando na formação de um mercado de trabalho necessário à acumulação de capital;
2. Segunda metade do século XIX: a exclusão era resultado da crise e do processo de concentração de capital restrita a poucos países;
3. Oligopolização, constituição dos Estados nacionais e o desenvolvimento de normas de regulação das relações de trabalho formaram uma base institucional que sustentou no século XX e possibilitou a reincorporação dos excluídos ao universo produtivo. Houve crescimento do emprego neste período que durou até os anos 1970;
4. A crise atual tem origem no movimento destruidor da reorganização produtiva e na racionalização econômica através da terceirização, da incorporação de novas tecnologias e métodos organizacionais, destruindo as perspectivas de recomposição do nível de emprego. A crise tem origem também no grau de industrialização e na difusão de padrões de consumo.

Portanto, ao longo do processo de industrialização brasileira configurou-se um mercado de trabalho excludente. Em conjunto com isto, políticas comerciais aumentaram a discrepância na distribuição da renda per capita nacional gerando um enorme contingente de pessoas em situação de desemprego estrutural.

“O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir” (SINGER, 1998, p. 23).

Arelado a isso, durante muito tempo, no Brasil, a utilização da força de trabalho se dava de forma predatória. O mercado de trabalho não valorizava devidamente a qualificação dos trabalhadores, a rotatividade era mantida em níveis muito altos como forma de disciplinar os trabalhadores e os salários eram bastante baixos se comparados com a maioria dos países em desenvolvimento. Assim, a flexibilização do trabalho foi entendida por aqui como precarização das relações de trabalho (CARVALHO, 1994).

Entretanto, é importante destacar que o Brasil, nos últimos anos, tem apresentado uma significativa melhora no mercado de trabalho, com diminuição dos índices de desemprego⁷ e com um crescente número de pessoas deixando a zona da pobreza.

Insere-se também, neste novo contexto, novas perspectivas de geração de trabalho e renda, que não as relacionadas estritamente às organizações heterogestionárias, como os empreendimentos econômicos solidários.

1.1.1 Primórdios da Economia Solidária

Segundo Cruz (2006), o avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil, provenientes, sobretudo, de influências estrangeiras. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão de obra, criando a necessidade de novas estratégias de geração de trabalho e renda. E de outro lado, a articulação de militantes sociais críticos e comprometidos com a construção de uma nova proposta de desenvolvimento social e de trabalho brasileira.

O desenvolvimento da organização cooperativista popular, de economia solidária, ressurgiu como uma nova alternativa ao desemprego a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por (ex) desempregados. Esta pode ocorrer através da “expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação” (GAIGER, 1999, p. 29).

É importante destacar que estas novas formas de organização do trabalho têm seus pressupostos provenientes dos movimentos originais do cooperativismo e dos socialistas utópicos, com destaque para Owen (DOBB, 1987 e SINGER, 1998), responsável por importantes lutas pelo cooperativismo democrático e não assalariado na Inglaterra, e Proudhon (MOTTA, 1981), considerado o precursor da autogestão. No que se refere aos

⁷ A Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou uma taxa de desemprego no país de 4,6% em dezembro de 2013. A média anual de 2012 fechou em 5,5%, a menor da série histórica, com um aumento na formalização do emprego. Disponível em: <http://blog.mte.gov.br/>

movimentos históricos, pode-se citar as experiências da Comuna de Paris e dos Conselhos Operários (GUILLERM e BOURDET, 1997).

Foi estabelecido também, o debate acerca dos limites e das possibilidades de sobrevivência das iniciativas de caráter associativo frente ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Os primeiros a travarem tal discussão partindo das formulações científicas da economia política, foram Pierre Proudhon (1809 – 1865), de um lado, e Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), de outro, propondo o debate na mesma época em que surgiam as cooperativas e na evidência do movimento operário na cena política europeia, em meio às revoluções democráticas de 1848 (CRUZ, 2006).

Para Cruz (2006), a polêmica travada entre Proudhon, de um lado, e Marx/Engels, de outro, tinha um objetivo muito mais amplo do que a mera discussão sobre o papel das cooperativas no capitalismo: objetivava debater um programa maximalista para o socialismo europeu, isto é, definir, afinal, que objetivo (em termos de modelo de sociedade) deveria ser perseguido pelo movimento operário europeu, e que métodos de lutas necessitavam ser adotados para alcançar as condições necessárias para uma revolução operária de caráter socialista na Europa do século XIX.

O segundo movimento, ao qual se deve o avanço inicial da economia solidária no Brasil, trata-se de um movimento composto por um importante conjunto de militantes social críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. Estes, representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, cujo objetivo era a construção de alianças e estratégias de desenvolvimento com e para os segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida (POCHMANN, 2004).

Esses militantes fazem parte dos movimentos sociais e de intelectuais, sobretudo acadêmicos. Assim, um dos marcos de contextualização teórica do movimento da economia solidária foi o texto do sociólogo chileno Luis Razeto (1984) intitulado “Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático”, onde se presume que tenha aparecido pela primeira vez, na América Latina, os termos “economia de solidariedade / economia solidária”.

Cruz (2006) faz um resgate teórico conceitual dos principais pesquisadores e pesquisas na América Latina. Começando pelos trabalhos desenvolvidos na Argentina, mais especificamente, aos trabalhos de José Luiz Coraggio (2002) e um conjunto de pesquisadores da Universidad Nacional General Sarmiento, que organizados em torno do Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) buscavam propostas alternativas de desenvolvimento local fundadas em processos associativos diversos.

A Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores (COLACOT) tem organizado debates na Colômbia, tendo como Francisco Verano, um dos seus principais idealizadores. Na Venezuela, as discussões levantadas pela Cayapa – Revista de Economía Social de Venezuela, bem como na Nicarágua, os trabalhos de Orlando Nuñez (ex-ministro do Governo Sandinista).

No Uruguai, as pesquisas desenvolvidas, por Pablo Guerra e pela Unidad de Estudios Cooperativos (Universidad de La República), objetivam não apenas a descrição e compreensão dos fenômenos da economia solidária, mas também estratégias de intervenção sobre eles (CRUZ, 2006).

Arelado a isso, tem-se no Brasil, uma proliferação da Economia Solidária, que vem aumentando e se consolidando gradativamente ao longo dos anos. Uma pesquisa realizada pelo Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com vigência de 2005/2007, demonstrou um aumento significativo no número de empreendimentos econômicos solidários – EES, como pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 1 – Evolução dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

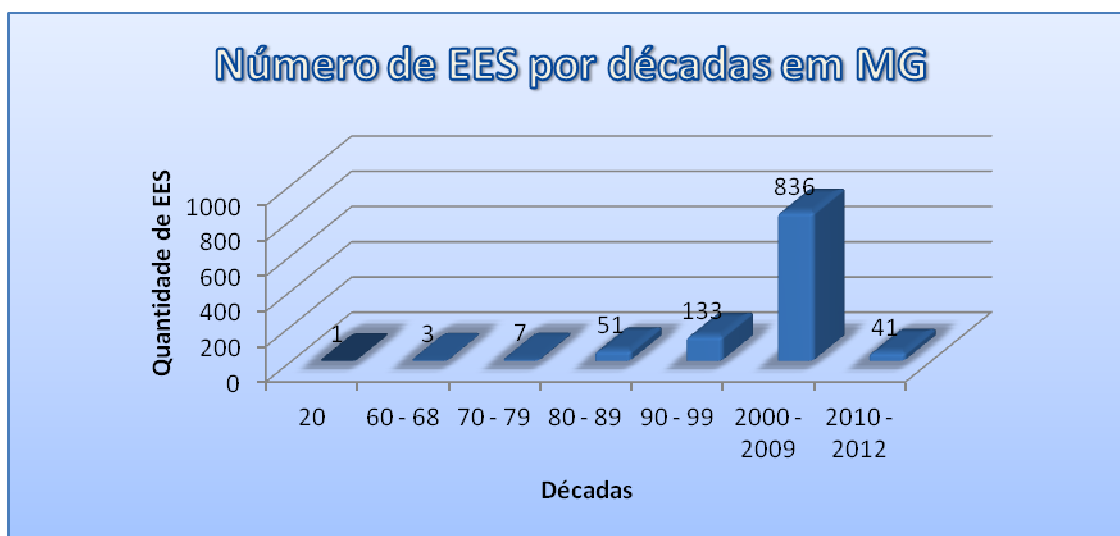
Anos	Nº de EES
1900 a 1950	65
1951 a 1970	139
1971 a 1980	264
1981 a 1990	1.903
1991 a 2000	8.554
2001 a 2007	10.653
TOTAL de EES	21.578

Fonte: Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp>

Embora esta pesquisa esteja com dados de 2007, uma nova pesquisa está sendo realizada, por meio do Mapeamento da Economia Solidária. Este mapeamento, e, sobretudo os relatórios do mesmo ainda se encontram em fase de elaboração, mas, segundo dados coletados no estado de Minas Gerais, pode-se observar o contínuo aumento no número de empreendimentos no estado.⁸

⁸ Os dados deste mapeamento ainda não foram divulgados. As informações aqui apresentadas referem-se a resultados preliminares, obtidos através de contato realizado com a Coordenação Estadual do Mapeamento em Minas Gerais, e sistematizados pela autora. Este mapeamento é coordenado por uma equipe selecionado pela Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES.

GRÁFICO 1 – Número de EES por décadas no estado de MG

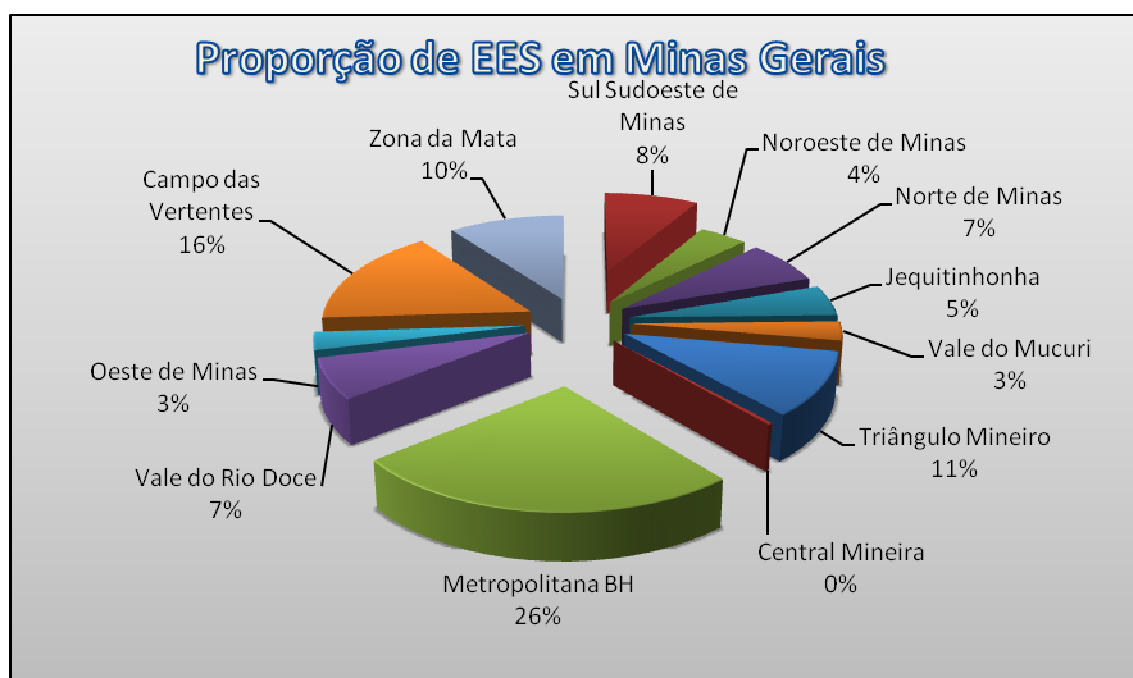


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados preliminares do Mapeamento.

Este aumento contínuo no número de empreendimentos pode ser observado, como um salto significativo durante os anos de 2000 a 2009, exatamente no período onde se teve uma maior organização do movimento da economia solidária, com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, e sobretudo com a consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Além disso, pode-se observar ainda, que todo o estado de Minas Gerais, isto é, todas as Mesorregiões do Estado, possuem empreendimentos econômicos solidários, visualizados na Tabela 2, em termos proporcionais, e em termos quantitativos. É importante observar que houve uma queda no número de empreendimentos criados, nos anos de 2010, 2011 e 2012. Essa queda pode ser justificada. Isso porque, durante os anos de 2000 a 2009, foi o período que o movimento da economia solidária mais foi fortalecido, inclusive com a proliferação de entidades de apoio e assessoria, além dos gestores públicos apoiando as iniciativas econômicas solidárias. Assim, houve um aumento significativo no número de empreendimentos, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Nos anos posteriores, o que se teve foi a consolidação desses empreendimentos, e não necessariamente o aumento substancial de novos empreendimentos como observado na década anterior. Além disso, o último período apresentado no gráfico, refere-se a apenas três anos, e não a décadas, conforme os períodos anteriores.

GRÁFICO 2 – Proporção de EES em MG.



Fonte: Elaborado pela autora.

TABELA 2 – Número de EES em Minas Gerais por Mesorregião (Jul/2014)

Mesorregião	Número de EES
Sul Sudoeste de Minas	92
Noroeste de Minas	46
Norte de Minas	76
Jequitinhonha	55
Vale do Mucuri	34
Triângulo Mineiro	116
Central Mineira	4
Metropolitana BH	280
Vale do Rio Doce	73
Oeste de Minas	32
Campo das Vertentes	174
Zona da Mata	110
Total de Empreendimentos Econômicos Solidários	1092

Junto a esse avanço da Economia Solidária no Brasil, muitas são as instituições e pesquisadores que se propõem a estudar essa temática. Dentre eles destaca-se Paul Singer, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, e Secretário Nacional de Economia Solidária.

O que se pode observar de comum entre esses órgãos e pesquisadores é a busca constante pela identificação, caracterização e o desenvolvimento de inúmeras iniciativas, que em um primeiro momento, possuem semelhanças, mas que são diferentes das iniciativas econômicas capitalistas convencionais. Entretanto, o marco conceitual que busca delimitar o campo da “economia solidária”, tem se mostrado bastante divergente, como poderá ser observado no decorrer deste capítulo.

1.2 Significado da Economia Solidária

A conceituação da economia solidária é proveniente dos esforços de um conjunto de pesquisas e análises já produzidas por autores diversos e confrontados com explorações anteriores no campo de pesquisa. Nesse sentido, pode-se dizer, que o termo economia solidária é polissêmico, uma vez que depende da perspectiva que se está observando, possuindo assim, múltiplos sentidos e usos.

Assim, neste trabalho, utilizou-se, uma divisão para a construção dos conceitos de economia solidária, em três abordagens diferentes. A primeira delas compreende a economia solidária como uma **“Alternativa de organização do trabalho para os Setores Populares”**, e é formada pelos autores: Luis Razeto (1984, 1999), Armando de Melo Lisboa (1999); Gabriel Kraychete (2000) e José Luiz Coraggio (2000, 2003). A segunda abordagem defende a proposta da economia solidária como uma **“Alternativa ao Modo de Produção Capitalista”**, e entre seus autores encontram-se: Euclides Mance (1999, 2003); Genauto Carvalho de França Filho (2004, 2008); Jean Louis Laville (2004); Luiz Inácio Gaiger (1996, 1999, 2000, 2004 e 2006); e Paul Singer (1998, 2000, 2002, 2003, 2004 e 2005). A terceira e última abordagem, propõe a conceituação da economia solidária como uma **“Alternativa de Vida”**. Essa abordagem é defendida por Marcos Arruda (2000, 2003, 2006), e é a que mais se aproxima da proposta de construção dos **Valores da Economia Solidária**, presente neste trabalho.

1.2.1 A Economia Solidária como Proposta Alternativa de Organização do Trabalho para os Setores Populares

Os autores referendados nesta abordagem, citados acima, não defendem uma proposta de auxílio aos mais pobres, mais uma busca da ampliação do movimento de economia solidária, de forma sustentável, para transposição dos limites de mera subsistência dos excluídos do mercado de trabalho formal.

Neste sentido, a primeira conceituação utilizada, dentro dos preceitos dessa abordagem, foi a de Razeto (1999), sob a nomenclatura de economia de solidariedade:

Concebemos a economia de solidariedade como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção de comércio, financiamento de serviços, etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços, e nos procedimentos e mecanismo de consumo e acumulação (RAZETO, 1999, p. 40).

Este mesmo autor situa a origem do fenômeno na crise da civilização moderna. Para ele, a economia solidária apresenta-se como uma busca por uma nova estrutura de sociedade, que possa construir com uma, também nova relação estrutural entre economia, política e cultura, em que a solidariedade, compreendida como democratização das três esferas da vida social – seja o elemento ético fundador e preponderante. “São iniciativas nas quais se pretende ser diferente e alternativo com respeito ao sistema imperante, e chegar assim, ainda que seja em pequeníssima escala, a uma mudança social, na esperança de uma sociedade melhor e mais justa” (RAZETO, 1999, p.48).

Outros autores também reconhecem o surgimento do fenômeno da economia solidária, na crise da sociedade capitalista, em relação ao mercado de trabalho, ocorrida nas últimas décadas, como Lisboa (1999) e Kraychete (2000). Para estes autores, a crise obriga que grande parte dos trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, busque alternativas de

sobrevivência, no que se refere à geração de trabalho e renda, por meio de organizações associativas, seja por meio do incentivo da sociedade civil (LISBOA, 1999) ou pela “simples” necessidade de reprodução da vida (KRAYCHETE, 2000).

Apesar de a economia solidária surgir como uma alternativa aos setores populares, tanto Lisboa quanto Kraychete concordam que a sua proposta, enquanto fenômeno vai muito além. Lisboa (1999) afirma que a economia solidária possui a solidariedade em seu âmago, e apesar de diferir da economia informal, representa uma “outra economia” existente junto aos pobres e que não é motivada pela acumulação de riquezas. O que significa dizer que, a economia solidária manifesta uma racionalidade substantiva, ao contrário da economia capitalista, onde se manifesta a racionalidade instrumental.

Há também, conforme destacado por Kraychete (2000), a perspectiva de uma outra lógica, inversa à do capital: “Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os empreendimentos populares não podem dispensar os filhos e cônjuges que gravitam em seu entorno” (KRAYCHETE, 2000, p.36). Assim, convém:

Designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos próprios, agregando, portanto, unidade de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15)

A economia solidária, para Coraggio (2000, 2003), relaciona-se com a proposta de economia alternativa baseada no trabalho. Esta Economia do Trabalho viria complementar a economia pública e a mercantil, dominantes na sociedade contemporânea. A base dessa proposta seria a Economia Popular, mas deve-se ir além da simples reprodução da vida biológica, seria “estrutural ou conscientemente responsável pela reprodução ampliada da vida de todos os membros” (CORAGGIO, 2003, p.48).

Para isso, o autor propõe a formulação de uma nova proposta que leve em consideração dois elementos-chave. O primeiro, é que se tome em conta o desaparecimento da forma de Estado Nacional – de rígidas fronteiras e de governos soberanos – que preponderou do período que se estendeu desde a revolução industrial até a crise do Estado de Bem Estar Social. O segundo

elemento-chave refere-se à necessidade de se partir das relações sócio-econômicas realmente existentes e da possibilidade de que essas relações produzam movimentos contra hegemônicos com alguma possibilidade de êxito (CORAGGIO, 2003).

Para Coraggio (2003) a Economia Popular representaria as “diversas formas de sobreviver ao neoliberalismo”, porém tais experiências seriam “fragmentadas, heterogêneas, cabendo tanto a competição como a solidariedade (...) suas células básicas seriam as unidades domésticas na lógica de reprodução da vida biológica e social” (p.35).

Assim, ele defende uma proposta de desenvolvimento evolutiva, com foco no “local”, que se apresente como um conjunto amplo de iniciativas, relações e redes, formado por empreendimentos de diversos tipos: informais, familiares, cooperativos, autogestionários, clubes de troca, etc., definidos a partir de uma predominância do fator trabalho como elemento de reprodução.

Nesse contexto, questões relacionadas à escala, sinergia e plano de ação da proposta são fundamentais, para superação das dificuldades existentes no mercado. No caso da América Latina, Coraggio (2003) salienta que ocasionada pela falta de competitividade das organizações solidárias frente a empresas capitalistas, muitas delas dependem do subsídio de doações e do voluntariado para se manterem. Por essa razão, evidencia-se a necessidade da união de forças com a luta sindical, com a luta da qualidade de serviços, a luta do meio ambiente, enfim, todos que estão de alguma forma tentando impor limites ao capitalismo.

Assim, em comparação aos modelos tradicionais vigentes, é importante que o fenômeno da economia solidária possa “ser alternativo nas pequenas coisas e avançar rumo à transformação do que é grande, em termos de expansão de microalternativas no não-estabelecido” (RAZETO, 1999, p. 53).

Pode-se observar, que esta abordagem, da economia solidária como uma alternativa para os setores populares, destaca que a economia solidária deve ser compreendida como um fenômeno que vai além de questões meramente econômicas, levando-se em consideração também novas formas de comportamentos sociais e pessoais, pautados na cooperação, na solidariedade, no mutualismo e na autogestão.

1.2.2 A Economia Solidária como Proposta de Alternativa ao Modo de Produção Capitalista

Os autores que defendem essa proposta argumentam que a economia solidária vem se apresentando como uma resposta importante de trabalhadores e trabalhadoras acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho, no intuito de proposição de novas perspectivas de geração de trabalho e renda. Isso significa que a economia solidária pode ser compreendida também, como uma estratégia de luta do movimento popular e operário do Brasil, contra o desemprego e a exclusão social.

(...) A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente... (SINGER, 2000 p. 138).

É importante ressaltar, que esta concepção de economia solidária remete sua formulação, em boa parte, a uma matriz teórica marxista. Conceitualmente, a concepção da economia solidária apresentada por Singer, refere-se a:

Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria a necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir esta receita entre os que ganham abaixo do nível considerado como indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo (SINGER, 2002, p. 10).

Para França Filho e Laville (2004), a prática efetiva da autogestão é condição fundamental para que um empreendimento componha a economia solidária. Para estes autores, as relações

existentes nos empreendimentos precisam pautar-se pela prática democrática. Entretanto, esta prática requer que todos tenham pleno conhecimento do empreendimento como um todo, pois, cada membro do grupo é responsável pelo empreendimento, participando plenamente dos resultados gerados, sejam eles sobras ou prejuízos. Por não existir níveis hierárquicos, a união entre os trabalhadores se torna imprescindível para o bom funcionamento da organização, visto que não há supervisão e vigilância para discipliná-los.

Observa-se, de forma geral, uma inversão completa de posicionamento, e principalmente, de situação, uma vez que o indivíduo deixa de ser assalariado e se torna cooperado, deixando de fazer escolhas limitadas, e sem o processo de tomada de decisão. Isso porque, em um ambiente heterogestionário, as decisões são sempre tomadas por superiores, sem a mínima possibilidade de construção coletiva. Ao se tornar cooperado, o indivíduo passa a ser membro de um coletivo, encarregado de tomar tais decisões em conjunto. Cada trabalhador é, nesse sentido, responsável por si, mas também, pelos demais, o que expande o conhecimento mútuo dos sócios e a importância de seu inter-relacionamento afetivo (SINGER, 2004).

Já Gaiger (2000) propõe a mudança no modo de produção, mas principalmente, mudança da forma social de produção. Seu argumento é de que o “capitalismo reduz a uma parcela mínima aqueles que podem usufruir das benesses do desenvolvimento. Enquanto que exatamente por se contraporem a isso, as cooperativas teriam a possibilidade e a tendência a generalizar esses benefícios” (p. 114).

Ainda para este mesmo autor, as propriedades de um empreendimento de economia solidária giram em torno de oito princípios, que se espera que sejam internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. “Tais princípios por certo não esgotam o que se poderia esperar do solidarismo econômico, mas pareceram os mais centrais” (GAIGER *et al*, 2004, p.11).

Ampliando a discussão, Mance (1999) propõe que se possa ir além do simples conceito de economia solidária, afirmando que em sentido bastante específico, de que a economia solidária trata-se da “(...) ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais ou no sentido mais genérico da arte de bem administrar um estabelecimento qualquer (...)” (p.178), não é capaz de abarcar todo o

processo que envolve este fenômeno. Isso significa dizer, que a economia solidária não pode se relacionar apenas aos indicadores ou as razões econômicas, de geração de novos postos de trabalho, de inserção dos trabalhadores ao mercado formal, de incentivar empreendimentos populares e solidários (autogestionários ou não) com vistas apenas a vir competir na economia do mercado capitalista, da distribuição de renda.

O modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Entretanto, para Singer (2000, p.13), "ele constitui uma síntese que supera ambos". Para este autor a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebido para ser uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras, condições melhores de sobrevivência, ao proporcionar melhores condições econômicas e sociais.

Mas, para que, de fato, se possa ocupar essa posição de “superioridade” a “economia solidária teria de gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho” (SINGER, 2002, p. 116).

Isso porque, “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante (SINGER, 2002, p. 112)”.

Assim, dentro desta proposta, Singer (2000) defende a possibilidade de que a organização dos empreendimentos solidários seja considerada o início das relações locais, que podem gerar mudanças nos relacionamentos entre os cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. “Trata-se de revoluções tanto no nível individual quanto no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores, por exemplo” (p. 28).

Corroborando com essa visão de Singer, França Filho e Laville (2004), defendem que:

os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração das atividades econômicas, porém com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, etc. Com isto estamos sugerindo a ideia de que a economia solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária (mais tradicional) com uma dimensão pública (mais moderna) na sua ação (p.18)

Além de Singer (2000, 2002), outros autores (MANCE, 1999; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 e FRANÇA FILHO, 2008) também compartilham da visão da economia solidária como instrumento político. Entretanto, eles consideram ainda, que este projeto deve ocorrer por meio de redes solidárias, formando cadeias de produtores e consumidores.

França Filho e Laville (2004) e França Filho (2008) apoiam-se na concepção da antropologia econômica⁹, a fim de propor a estruturação em redes solidárias. Contudo, segundo estes autores, essa rede teria como proposta uma economia plural, envolvendo diferentes paradigmas a fim de que seja possível a conciliação da lógica de mercado com o Estado, das relações de trocas recíprocas (voluntarismo) e a presença de uma economia de domesticidade (produção para subsistência). Na proposta de Mance (2003), as Redes solidárias tratam-se de um modelo que:

[...] integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e rendas aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui o volume e o número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isso a riqueza

⁹ A perspectiva da antropologia econômica tem como um dos seus principais representantes Karl Polanyi (1980). Esta abordagem visa desconstruir o entendimento da economia reduzida ao princípio mercantil, e destaca ainda, que outras dimensões, sobretudo a política e a social, contribuem para a redefinição do sentido do agir econômico, e o próprio sentido da sustentabilidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

produzida na rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem viver de cada um, de maneira ecológica e socialmente sustentável (MANCE, 2003, p. 81-82).

Propostas como essas, de articulação em rede, demonstram novas possibilidades de desenvolvimento e de fortalecimento do fenômeno da economia solidária, sobretudo, quando se deixam de lado iniciativas isoladas, e se constroem coletivamente, estratégias para desenvolvimento local, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional, permeado por características solidárias e cooperativas.

1.2.3 A Economia Solidária como Proposta de Alternativa de Vida

Esta proposta é defendida por Arruda (2000), e baseia-se na compreensão de que, para que a economia solidária possa ser construída, inicialmente, há um período emergencial, para diminuição da situação de exclusão que se encontram a grande maioria dos trabalhadores, mas, sem deixar de lado a dimensão estratégica direcionada para a transformação de caráter objetivo e subjetivo da sociedade. Essa transformação passa necessariamente por uma inversão da lógica e dos valores, presentes na sociedade contemporânea, e que na grande maioria das vezes, se apresentam como causadores de diversos maus.

Segundo Arruda (2003b) a visão individualista, que é a base do paradigma dominante, remete não apenas ao individualismo, mas à formação de grupos que atuam de forma individualista: o clã, raças, nações, etc.. Essa atuação acaba gerando competições, conflitos, guerras, enfim, o mundo caótico, flagelante e desumano atual. Assim, para o autor, é imprescindível que se deixe de lado, a lógica capitalista do “eu sem nós”, mas sem que se caia na lógica do “nós sem eu”, que o autor associa ao modelo socialista.

Arruda (2006) propõe uma economia de práxis com base na realidade cotidiana da reprodução ampliada dos seres humanos, considerando o próprio corpo, a casa familiar, as coletividades da comunidade, o bairro, a cidade, a nação, o continente e o planeta Terra. Nesse sentido, é importante ampliar a visão estratégica para transformar iniciativas isoladas em:

[...] redes não hierárquicas e autonutrientes, locais, nacionais e internacionais, setoriais, intersetoriais, verticais (integrando cadeias produtivas) e horizontais (integrando de forma cooperativa e solidária

empreendimentos nas áreas de consumo, conhecimento, produção, comercialização, finanças, comunicação e educação) (ARRUDA, 2006, p. 343).

Para o autor, a luta pela construção da economia solidária passa por uma dimensão emergencial para apaziguar as situações de sobrevivência da maioria dos trabalhadores, sem deixar de lado a dimensão estratégica direcionada para a transformação objetiva e subjetiva da sociedade.

O conceito de “Socioeconomia Solidária” é utilizado por Arruda (2000) como forma de pensar o fenômeno da Economia Solidária. Esta se baseia no humanitário e no cooperativo, tendo como valor fundamental a solidariedade (ARRUDA, 2003b). Para este autor, a economia solidária objetiva constituir uma nova forma de pensar o ser humano como um todo, uma nova economia e um novo mundo:

[...] Economia solidária é uma alternativa ao capitalismo. A economia que nós precisamos está começando a ser construída em muitos espaços no Brasil. É a economia em que o valor central não é mais o capital, mas sim o ser humano, a sua capacidade criativa, o seu conhecimento, o seu trabalho [...] (ARRUDA, 2000, p.11).

Arruda (2005, p.34) observa ainda, que “na economia solidária, o parâmetro de crescimento econômico ilimitado como razão de ser da atividade econômica cede lugar ao conceito complexo de riqueza como o conjunto de bens materiais e imateriais que servem de base para o desenvolvimento humano e social”. Portanto, para que a economia solidária seja viável, há que existir também, um redirecionamento das pesquisas tecnológicas. A noção do supérfluo não abarca somente a demanda, como no consumo de artigos de luxo, mas a oferta, como no caso da propaganda e do marketing (ARRUDA e BOFF, 2000, p.40).

Para isso, em termos econômicos, de acordo com Arruda (2003b), a economia solidária precisa alcançar:

- O consumo ético, como resposta sustentável às necessidades humanas;
- A produção autogestionária, os trabalhadores com direito à propriedade;
- A gestão coletiva, onde o empreendimento é concebido como uma comunidade; e esse conceito rompe com a empresa do capital;

- O comércio justo, o crédito cooperativo, a educação cooperativa e a comunicação dialógica.

Porém, é importante destacar, que Arruda não propõe um rompimento com o mercado, mas uma recriação deste, regulando-o. “No plano cultural, contudo, um rompimento profundo com a racionalidade e a ética do desenvolvimento centrado no mercado é indispensável” (ARRUDA e BOFF, 2000, p. 44). Há que se “deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser”. Apesar disso, é preciso estar atento para o fato de que a coletivização, conduzida de forma estatística e totalitária, levou à “ética do Estado Total”, incapaz de promover uma sociedade consciente e ativa, consistindo na negação do indivíduo (p. 74).

Essa recriação do mercado, proposta por Arruda, passa inicialmente por uma economia de característica mista:

Durante uma longa etapa, vai ser necessário combinar duas estratégias, a de competir no mercado dominado pela lógica competitiva do capital, e a de construir relações de trocas intercooperativa, onde prevalecem as vantagens cooperativas, a planejamento participativo, a complementaridade, a partilha e a solidariedade. Neste processo, o Estado irá gradualmente se redefinindo para cumprir o papel de orquestrador da diversidade de sujeitos sociais empoderados para a gestão coletiva das suas comunidades e territórios (ARRUDA, 2005, p. 39).

Nesse sentido, de acordo com a proposta de Arruda (2000), o projeto da Socioeconomia Solidária assume três dimensões – micro, meso e macro. No nível micro, estariam as organizações locais, no nível meso as redes de trocas solidárias, onde podem ser utilizadas - e as são, muitas vezes – moedas comunitárias, para as trocas solidárias. No nível macro estaria a rede “Aliança por um modo Responsável e Solidário”, dentro da qual se tem um eixo de Socioeconomia Solidária. Ainda segundo Arruda (2000), a articulação dessa aliança poderia possibilitar debates, discussões, trocas de experiências e outras formas de interação, para se pensar e disseminar esta nova forma de economia no nível global.

No Brasil, de acordo com Arruda (2003b) existem várias dimensões de redes de economia solidária que estão se desenvolvendo, tanto em âmbito estadual, como nacional, como a Rede

Brasileira de Socioeconomia. Mas, para essa estratégia de desenvolvimento, alguns conceitos são fundamentais, tais como:

- O conceito de mercado solidário, como outra maneira de ver a relação de trocas;
- A ideia do modo solidário de formação de preços, através da transparência de custos;
- A ideia da eficiência sistemática, e não só a eficiência de cada empreendimento, porque na economia solidária interessa tanto o comportamento de cada empreendimento, como a do sistema inteiro, em relação às necessidades e aspirações de toda a sociedade; sendo necessário desenvolver indicadores para medir essa eficiência;
- A vantagem do modelo cooperativo em lugar do competitivo, tanto individual, quanto sistêmico; é a ideia dos empreendimentos como comunidades, com finanças não mais centradas e sim nas mãos dos que geram as riquezas;
- A integração solidária e fraterna entre os povos. Auditoria cidadã das dívidas e a renegociação soberana das dívidas;
- Uma nova governabilidade global, dentro do paradigma da partilha, da reciprocidade e os valores da complementaridade, da ajuda mútua e da colaboração solidária, como fundamentos de uma globalização diferente, uma globalização da solidariedade, da cooperação e da amorosidade entre todos.

Assim, para que essas relações sejam possíveis, há que se pensar em grandes transformações, como ressaltado por Arruda:

Uma socioeconomia, isto é, uma economia a serviço do social e do homem, envolve em primeiro lugar, uma revolução cultural de grande escala e profundidade. Não se trata apenas de mudanças na estrutura de produção, na tecnologia, na organização do trabalho, no modo de ser das instituições, sobretudo as empresas e o Estado. Todas essas são transformações indispensáveis. Mas a condição que garantirá a coerência, a sustentabilidade e, enfim, o êxito delas é a transformação no interior de nós próprios, nos valores que nos dão sentido, nas atitudes que permeiam nossos comportamentos e modos de relação, na postura frente aos desejos e aspirações, na consciência sobre o nosso próprio ser – inclusive sobre o inconsciente – e suas potencialidades, no grau de controle sobre nossa direção infra-humana, instintos e impulsos peculiarmente animais. Não se criam novas estruturas, novas instituições e novas relações sociais com velhos seres humanos (ARRUDA, 2006, p. 65-66).

A economia solidária é proposta por Arruda com o objetivo de que o ser humano seja recolocado em sua caminhada evolutiva. Para isso, é preciso o desenvolvimento de proposições que reconstruam a cultura cooperativa e remodelam o comportamento. Arruda (2003b, p.27) salienta que “o importante é compreender que esse é o momento de uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação de material, fundada numa concepção egoísta que marca toda uma maneira de ver o mundo”. Além disso, “é preciso compreender as raízes desse paradigma e lutar pela superação, porque ele é terrível tanto para os dominados, quanto para os dominadores – ele desumaniza ambos”.

Assim, Arruda ressalta ainda a importância da busca pela emancipação do trabalhador, uma vez que a socioeconomia solidária pode ser compreendida como um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária [...] com o fim de emancipar sua [do trabalhador] capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho (ARRUDA, 2003a, p. 237). E para que o desenvolvimento humano de fato aconteça, a emancipação do trabalhador é fundamental. “Avançamos na hipótese de que só é possível ao ser humano realizar sua vocação histórica e ontológica [...] se conseguir ser o protagonista de sua economia” (p.238). Nesse sentido, pode-se salientar que a economia solidária pode ser caracterizada também como um processo emancipador.

Pode-se observar ainda, que a agenda que emerge do diagnóstico de Arruda é ampla. Ela envolve a busca pela ocupação dos espaços econômicos, por meio da apropriação de bens produtivos, constituição de novos empreendimentos cooperativos, aumento da eficiência cooperativa, desenvolvimento de redes e educação dos trabalhadores, de espaços políticos, inclusão das famílias no trabalho sindical, inclusão dos excluídos nos sindicatos, ir além da ação reivindicativa, ocupação gradual do Estado, e dos espaços informativos, comunicativos e culturais, de forma a introduzir o espírito de comunidade humana, estabelecer meios de comunicação autônomos, aumentar o uso da comunicação eletrônica, construir educação para desenvolvimento integral (ARRUDA e BOFF, 2000, p. 78-81).

É ressaltado também pelo autor, que existem muitos obstáculos a serem enfrentados, sobretudo quando se pensa em um empoderamento comunitário. Arruda e Boff (2000)

ressaltam que existem obstáculos objetivos (fragmentação de interesses, falta de recursos e de agências), mas que os principais seriam os subjetivos, “tais como o medo, o individualismo enraizado, a falta de autoestima, a falta de confiança nos outros, a falta de experiência em compartilhar decisões e trabalhar cooperativamente, a falta de identidade coletiva enquanto comunidade” (p. 168).

Apesar desses obstáculos, a proposta de economia solidária de Arruda (2003a) busca ultrapassar a visão economicista, subordinando os interesses econômicos aos sociais numa inversão de valores. Para isso, há que se ter mais abrangência e amplitude na proposta de sociabilidade, por meio do desenvolvimento de elementos de natureza cultural e educacional, numa construção socioeconômica de base popular, baseada na pedagogia de Paulo Freire. Preocupa-se com o processo de emancipação do indivíduo e o atendimento as suas necessidades de sobrevivência, e de reprodução ampliada da vida (crescente bem-estar individual, comunitário, social e ambiental). Arruda (2003a) ressalta ainda, a importância da educação, como o mecanismo emancipatório por excelência. Entretanto, essa educação precisa ser imbuída de elementos sensíveis e valores humanísticos, objetivando o despertar de uma maior consciência social e um engajamento em prol do bem comum. Propõe uma mudança profunda iniciada no plano dos valores, num “trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente” (p. 234).

Essa proposta demonstra que a economia solidária é muito mais do que uma organização de gestão coletiva, ela apresenta-se como uma proposta de transformação da sociedade, coletivamente, e também no âmbito individual, mas em relação a condições de vida mais dignas e igualitárias. De acordo com essa proposta, a economia solidária precisa ser capaz de criar condições para o desenvolvimento efetivo de cada indivíduo e da sociedade, passando, para isso, por uma melhoria estrutural da qualidade de vida.

1.3 Abrangências

O fenômeno da economia solidária vem se mostrando cada vez mais presente. O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social. As iniciativas da economia solidária apresentam-se, muitas vezes, como uma

opção real para os seguimentos sociais de baixa renda. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão se convertendo em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência (NYSENS, 1996; GAIGER et al., 1999).

Essas iniciativas se apresentam das mais diversas formas e dispersas pelo Brasil. Entretanto, existem algumas características que as unificam, como: a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001). Observa-se, que independente de formas de organizações diferentes, existe uma unidade entre a posse e o uso e a propriedade dos meios de produção.

Nesse contexto, alguns autores buscam caracterizar os tipos de empreendimentos, que podem ser considerados como pertencentes ao fenômeno da economia solidária. Os empreendimentos econômicos solidários propostos por Gaiger (1996):

Expressam uma síntese original entre o espírito empresarial no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais – e o espírito solidário, de tal maneira que a própria cooperação funciona como vetor de racionalização econômica produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais comparativamente à ação individual (p.114).

Especificamente, no que se refere às iniciativas de economia solidária, a tipologia mais utilizada, e talvez que seja considerada a mais completa, é a proposta por Cruz (2006), apresentada abaixo.

QUADRO 1 – Uma Tipologia das Iniciativas de Economia Solidária

Tipo	Caracterização
1. Associação de Produtores Autônomos entre si.	Reunião constituída legalmente ou não, de produtores autônomos entre si. Os associados são donos de meios próprios de produção e se reúnem com o fim de comercializar conjuntamente o produto e/ou potencializar outras ações econômicas.
2. Associação para produção ou trabalho	Reunião constituída legalmente ou não, de produtores ou trabalhadores que compartilham entre si a propriedade dos meios de produção e do patrimônio do empreendimento. Em geral, são grupos que estão em vias de se tornar cooperativas ou que preferiram não adotar essa forma legal, embora funcionem de forma similar.
3. Associação de Crédito	Fundo mutuo destinado ao financiamento de insumos, de bens e de produção, de capital de giro ou mesmo de consumo particular dos associados. Ao contrário das cooperativas de crédito, não tem legislação específica, regulando-se – a princípio – pelo direito civil, como associação privada.
4. Associação para consumo e habitação	Reunião constituída legalmente ou não, que objetiva reduzir custos de aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza. É o caso das “associações de compras coletivas” ou de condomínios de pré proprietários para a construção associada de casas próprias.
5. Cooperativas de Produtores autônomos entre si	Reúnem produtores autônomos entre si, filiados à organização cooperativa, na condição de proprietários privados de seus meios de produção, compartilhando o patrimônio e os ganhos da cooperativa.
6. Cooperativas de produção ou trabalho	Reúnem produtores ou trabalhadores associados que compartilham a propriedade dos meios de produção e do patrimônio da cooperativa ao mesmo tempo.

7. Cooperativa de prestação de serviços de agentes autônomos	Formadas por profissionais de mesma capacitação (p.ex.: médicos, dentistas, etc.) que prestam serviços de forma autônoma entre si, mas cuja cooperativa permite organizar a relação com o mercado através de convênios, consórcios e outras formas de articulação econômica.
8. Cooperativas de Crédito	Fundos mútuos destinados ao financiamento de insumos, de bens de produção, de capital de giro ou mesmo de consumo particular dos associados. São regidas por legislação específica.
9. Cooperativas de consumo ou de habitação (convencionais)	Reunião de consumidores que objetiva reduzir custos de aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza. Na classificação, optamos por incluir as cooperativas habitacionais que contratam terceiros para a construção de casas ou edifícios (embora sejam regidas por legislações específicas, o objetivo e o caráter têm a mesma delimitação).
10. Cooperativas de habitação por mutirão	Em que o conjunto de associados se reúne para dividir os custos de produção e de trabalho necessário à construção de suas próprias moradias.
11. ONGs	Organizações não governamentais, sem fins lucrativos e com o objetivo específico, que eventualmente assumem papéis econômicos para a viabilização de iniciativas associativas.
12. Empresas autogestionadas por trabalhadores ou empresas recuperadas	Empresas em regime falimentar, cuja massa falida é arrendada por uma associação ou cooperativa de funcionários junto ao síndico legal, e cujos rendimentos são em parte destinados a saldar o passivo da antiga empresa.
13. Clubes de Trocas	Associações de produtores autônomos e independentes que estabelecem entre si relações extra-convencionais de mercado, estabelecendo regras específicas de troca a partir de compensações e moedas alternativas reguladas pelo próprio grupo.

Fonte: Cruz (2006, p. 62)

É importante destacar ainda, que o fenômeno da economia solidária não é formado apenas pelos empreendimentos econômicos solidários, sendo estes, apenas um dos três segmentos que o compõem, de acordo com a proposta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Este surge em 2003, por meio de iniciativas de organizações de assessoria e representação dos empreendimentos de economia solidária, tendo como objetivo:

Dar visibilidade pública ao setor de economia solidária como forma de promover o reconhecimento e a promoção do direito ao trabalho associado. Pretende ser um espaço de mobilização e construção de estratégias de integração no território dos empreendimentos solidários, através da construção de redes de produção, comercialização, crédito e consumo (FBES, 2006).

A composição dos representantes da economia solidária no FBES fundamenta-se na articulação de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e os gestores públicos. De acordo com o site do FBES¹⁰, os três segmentos podem ser conceituados como: **a) Empreendimentos Econômicos Solidários:** são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário; **b) Entidades de Assessoria e/ou Fomento:** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa; **c) Gestores Públicos:** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais. Essa composição pode ser melhor visualizada na Figura 1 abaixo:

¹⁰ Disponível em: <http://www.fbes.org.br>



FIGURA 1 – O Campo da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Portanto, entre esses novos formatos organizacionais que formam a economia solidária, pode-se observar o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que são iniciativas pioneiras dentro das universidades brasileiras; as agências de apoio e fomento aos empreendimentos solidários (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - UNISOL, e Agência de Desenvolvimento Solidária da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT); as redes de pesquisadores em âmbito internacional; as redes de Economia Solidária que controlam cadeias produtivas; as iniciativas de finanças solidárias que criaram bancos e moedas sociais; os clubes de troca que retomam princípios do escambo das sociedades primitivas; e movimentos de consumo solidário, como manifestações que tem se intensificado nos últimos anos.

Todas essas manifestações da economia solidária, acima mencionadas, possuem relação direta com a autogestão, conforme já ressaltado anteriormente. Entretanto, há autores como Lisboa (2005, p. 109) que destaca que a autogestão não é a “condição suficiente para definir o caráter solidário de uma atividade econômica”. Para este autor, o objetivo que une os membros dos empreendimentos econômicos solidários é o que os caracteriza como pertencentes à

Economia Solidária, isto é, o fato deles “abrirem mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social e ecológica, tendo uma postura solidária dentro das trocas mercantis” (LISBOA, 2005, p. 109). Partindo desse pressuposto, ampliam-se as entidades pertencentes à Economia Solidária, sendo também considerados então as organizações de agricultura familiar, assentamentos do Movimento Sem Terra - MST e economias indígenas.

Há ainda autores que possuem uma perspectiva mais ampla acerca do que pertence à Economia Solidária. Entre esses autores, destacam-se França Filho e Laville (2004), que defendem para que se possam caracterizar as organizações da Economia Solidária não se podem ater exclusivamente ao fator econômico das atividades produtivas e de prestação de serviços. Para eles, são critérios da Economia Solidária: a) pluralidade de princípios econômicos (utilização de diferentes fontes de recursos –mercado, poderes públicos e práticas reciprocitárias); b) autonomia institucional (independência e autonomia na gestão); c) democratização dos processos decisórios; d) sociabilidade comunitária-pública (valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade); e) finalidade multidimensional (além da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se um espaço público). Sendo assim, podem ser considerados também como parte da Economia Solidária os espaços públicos de articulação comunitária, cooperativas sociais (formadas por associações de ajuda em domicílio), centros de hospedaria e de readaptação ao trabalho, creches parentais e associações de bairro.

Há ainda, um terceiro grupo de autores, que tem como seus principais expoentes Coraggio (2002) e Razeto (1999), que defendem também como parte da economia solidária as atividades de unidades domésticas de trabalho, que na grande maioria das vezes se caracterizam como informais e individuais. Nesta outra caracterização, se inserem na Economia Solidária vendedores e produtores individuais, com a premissa de que suas atividades sejam desenvolvidas por grupos e indivíduos que tenham autonomia em relação às decisões tomadas, em relação às tarefas e, sobretudo, que as relações sejam estabelecidas solidariamente.

No que se refere à estrutura de funcionamento do FBES, a sua instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de

fomento (Grupos de Trabalho – GT – Brasileiro), além de três representações por Estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Estes três representantes por Estado são formados por dois empreendimentos e uma entidade de apoio ou fomento ou um gestor público (Vide Figura 2).

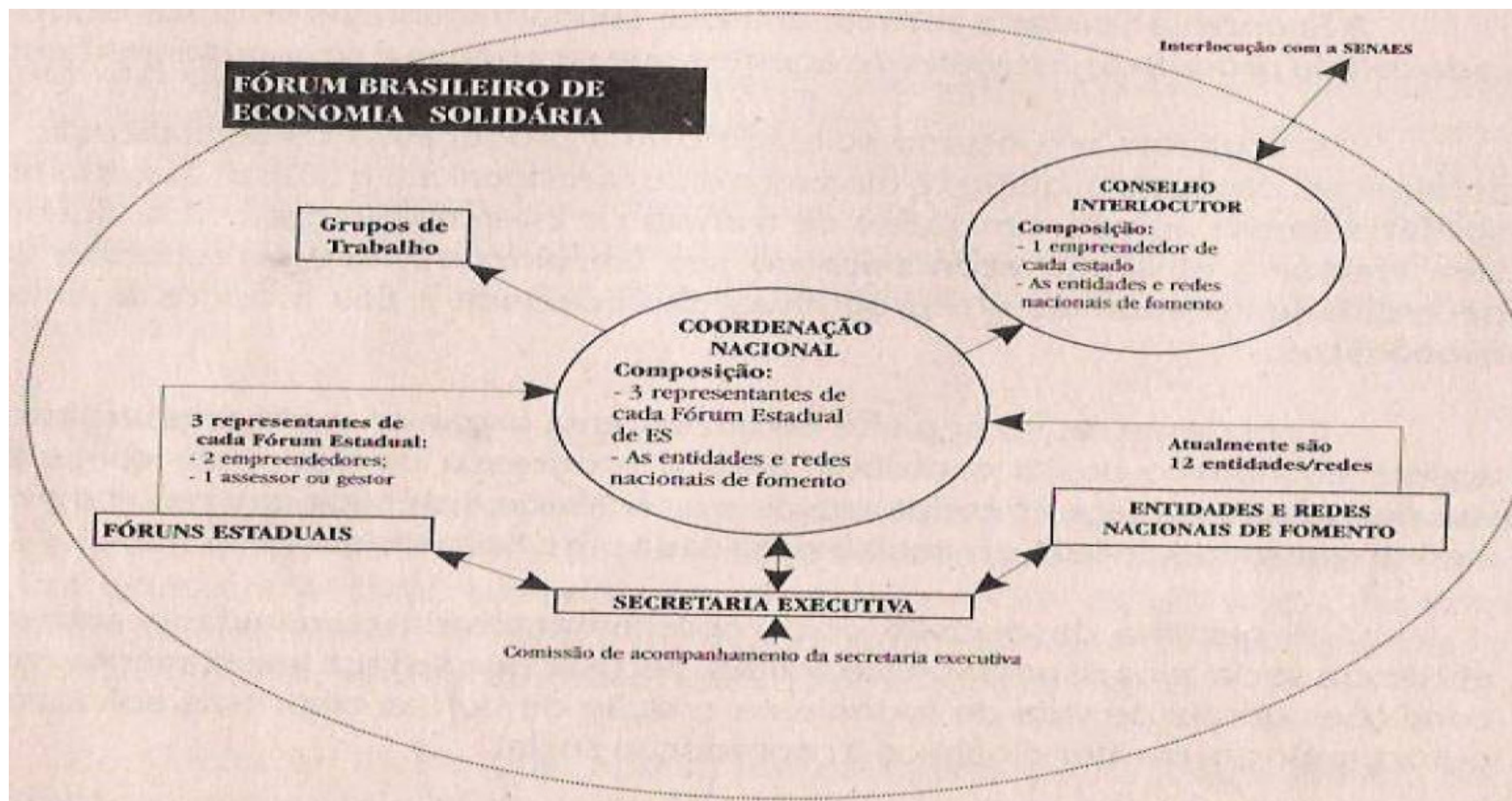


FIGURA 2 – Estrutura e Funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte: Buzzatti (2007, p.59)

Em apoio ao desenvolvimento e a organização da economia solidária no Brasil, encontra-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que iniciou suas atividades em junho de 2003, a partir de um compromisso firmado pelo então Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para implantação da mesma, sob a direção do Professor Paul Singer. Em 2004 a SENAES implanta o programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal), que previa a realização de um mapeamento da economia solidária no Brasil. Foi a partir desse mapeamento que foi constituído o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por uma base nacional e por bases locais de informações que proporcionaram a visibilidade da economia solidária e ofereçam subsídios nos processos de formulação de políticas públicas.

Como um dos resultados do SIES, apresenta-se o Atlas da Economia Solidária, instrumento primordial para a construção coletiva do perfil nacional da economia solidária no país. Este instrumento qualificou significativamente os esforços na construção de consciência coletiva dos trabalhadores, no aprimoramento das ações de pesquisa científica, e na identificação dos problemas e dificuldades estruturais enfrentados pelos empreendimentos. Apesar deste Atlas ter sido publicado em 2005¹¹, os seus dados demonstram um significativo aumento no número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil.

TABELA 3 – Quantidade e Percentual de EES por Unidade da Federação / Região.

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios / Total de Municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	351	2,4%	51	35%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%

¹¹ É importante ressaltar que outro mapeamento já está sendo realizado, mas que na ocasião deste trabalho, ainda não foi finalizado, e consequentemente divulgado.

RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3%	101	45%
PE	1.044	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1,096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO- OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100%	2.274	41%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Com base na Tabela 3, pode-se observar que a economia solidária, embora se apresente como um fenômeno ainda recente, já se encontra com significativa representatividade. É importante ressaltar, que o primeiro mapeamento, sobretudo por ser o primeiro, teve muitas falhas, sobretudo nas entrevistas feitas aos empreendimentos. Muitos não foram encontrados, ou até mesmo não foram ao menos procurados. Estes problemas, provenientes, muitas vezes, da inovação da ação, tentarão ser solucionados através do próximo mapeamento, que já se encontra em desenvolvimento¹².

¹² Essas informações são provenientes das discussões dos Encontros Nacionais da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Portanto, pode-se dizer que a economia solidária surge como uma proposta de inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, sobretudo aqueles que estão ou que se encontram em risco de ficarem excluídos do trabalho, mas ao longo de seu desenvolvimento ela ultrapassa essa proposta, para se apresentar como uma importante ferramenta de desenvolvimento e de transformação da sociedade.

Nesse sentido, este capítulo procurou demonstrar os primórdios da economia solidária, que recebeu influências significativas do movimento cooperativista e dos movimentos sociais em geral, seu significado, apresentando-a a partir de três propostas, como uma alternativa para os setores populares, e como uma alternativa ao modo de produção capitalista, e como uma alternativa de vida. Posteriormente, foi discutido o próprio desenvolvimento da economia solidária, seus empreendimentos, sua estrutura enquanto movimento social, e a evidência do seu desenvolvimento em termos numéricos no Brasil.

Se inicialmente objetivava-se o surgimento de novos postos de trabalho, pode-se observar que atualmente a economia solidária deixa de lado apenas essa proposta e busca a transformação da sociedade e do ser humano. Essa transformação passa necessariamente por uma nova organização das relações de trabalho, pautada na autogestão, no trabalho emancipado, na igualdade, na tomada de consciência do processo produtivo, mas passa também por novas relações sociais, com menos competição e mais cooperação, mais solidariedade. Além disso, há que se pensar em novas relações de consumo, que não se referem apenas ao simples ato de consumir ou de gosto, mas a um posicionamento ético e político, com respeito ao meio ambiente, e a condições dignas de trabalho.

Enfim, como afirma Arruda (2003b), o ser humano precisa ser recolocado em sua caminhada evolutiva, com vistas a maior qualidade de vida e maior desenvolvimento humano. A criação de um “novo” indivíduo e conseqüentemente de uma “nova” sociedade passa necessariamente por novas relações sociais de produção, ou, segundo Singer:

[...] a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral das perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros (SINGER, 2002, p. 116).

É importante ressaltar, que ainda que se pense nessas mudanças nas relações sociais e cotidianas como um todo, o trabalho possui um papel importante na vida desses indivíduos. É nesse contexto, de proposta de um “novo” indivíduo, e de novas relações de trabalho, que a concepção de valores se faz importante. Se surge uma nova proposta de desenvolvimento do indivíduo e das suas relações de trabalho, necessariamente outros valores são ou deveriam ser incorporados.

É a partir dessa compreensão, que se torna importante a discussão das concepções de valores, de valores do trabalho, e principalmente de valores da economia solidária, que serão apresentados a seguir.

2. VALORES

As questões relacionadas ao pluralismo e às mudanças dos valores são temas centrais e consolidados atualmente, mas o objeto de que trata os valores, remonta à Antiguidade Clássica. Segundo Dias (2005), o primeiro a assumir a importância na história da teoria de valores é Sócrates, que, ao combater o subjetivismo e o relativismo dos Sofistas, luta pela objetividade e absolutização dos valores. Foi seguido de Platão, através da sua teoria das ideias, que confunde com a teoria de valores, seu sentido mais profundo. Depois vem Aristóteles, que traz a noção de bem, ancorada nas coisas e na própria realidade empírica. Com Aristóteles, as discussões circundam a noção do bom, sob o axioma *omne ens est bonum*¹³. Tem-se nessa noção uma das mais antigas questões tratadas pela filosofia, o que é o bom, é o valor? O valor foi definido por Kluckhohn (1951) como “concepções do desejável”. Lovejoy (1950) declarou que valor é um imperativo para a ação, e não somente uma crença sobre o que é preferível.

Posterior a essa discussão filosófica, a pesquisa científica a respeito dos valores recebeu importantes contribuições com a publicação de “*A study of values*” de Allport e Vernon (1931). Nessa obra, foi desenvolvido por esses autores, um instrumento de medição de preferências individuais comparadas a seis tipos de valores, a partir dos “tipos básicos ideais” da individualidade de Spranger (1952). De acordo com Spranger (1952) os tipos ideais da individualidade são atemporais, e existem porque o indivíduo acentua uma direção distinta de sentido e de valor na sua estrutura valorativa individual. Assim, para este autor, há que se diferenciar o homem teórico, econômico, estético, social, religioso e o homem de poder.

Muitos foram os pesquisadores que, depois de Spranger, trouxeram trabalhos importantes acerca de pesquisas empíricas relacionadas aos valores. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Norman Feather, Geert Hofstede, Ronald Inglehart e Shalom Schwartz (conforme BRAITHWAITE; SCOTT, 1991; SELIGMAN; OLSON; ZANNA, 1996; ROHAN, 2000; HITLIN; PILIAVIN, 2004). É importante destacar, que cada um deles influenciou individualmente e com vigor a pesquisa de valores.

¹³ “Tudo é bom”.

De acordo com Ferreira (1975), os valores estão associados ao significado das normas, de princípios ou de padrões aceitos por um indivíduo, classe, sociedade, etc. Já para Schwartz e Bilsky (1987; 1990), os valores são princípios ou crenças organizadas de forma hierárquica, relativos a estados de existência ou a modelos de comportamentos desejáveis que, como orientação para a vida das pessoas, expressem interesses individuais, coletivos ou um híbrido de interesses individuais e coletivos.

No que se refere à significação dos valores enquanto normas ou padrões sociais, Heemann (2001) apresenta duas correntes do pensamento para definir a natureza dos valores. Essas correntes são chamadas de Corrente da Objetividade e Corrente da Relatividade. A Corrente da Objetividade defende que existem valores em si mesmos e tem como seus representantes Platão, Kant, entre outros. Na visão da Objetividade existem valores essenciais básicos pré-existentes, e esta corrente tem como objetivo tornar claros os valores pré-existentes ou básicos. A Corrente da Relatividade, considera que existem seres que valoram, tendo como representantes Nietzsche e outros. A visão da Relatividade defende que na natureza não há valores essenciais e que é necessário um referencial axiológico. A utilização do termo axiológico aqui se refere à preferência. Isto é, não existem valores essenciais, os valores estão relacionados a questões individuais, como ao que é atribuída maior importância. Assim, todos os valores dependem de lugares e épocas. Assim, esta corrente busca a criação e a assimilação de valores segundo a cultura. Com base nessas duas correntes, e de acordo com o trabalho de Freitas (2009) pode-se dizer que a valoração pode ser analisada a partir de duas esferas:

1 – Corrente Universalista: diz respeito aos valores imutáveis essenciais ou básicos, gerais e comuns a todos os seres humanos, são aqueles valores que dirigem as grandes linhas da vida; está principalmente associada à ideia de busca do bem supremo ligado ao amor e à felicidade.

2- Corrente Relativista: diz respeito aos valores mutáveis, que são aqueles construídos para regular as relações humanas e sociais e definir os comportamentos do dia a dia. Nessa abordagem o bem e o mal, o certo e o errado são relativos, e as motivações são construídas associadas aos sentimentos e emoções do dia a dia, avaliadas por um tribunal superior.

Para Mendes e Tamayo (1999, p.3), os valores “fazem parte de uma dialética de manutenção e de transformação dos comportamentos humanos pela socialização e aprendizagem

permanentes, sendo, por isso, valiosos para as instituições que desejam modelar comportamentos em função de seus interesses”. Segundo Schwartz (1992) os valores são crenças e metas conscientes, capazes de guiar a seleção e avaliação de ações, objetivos, pessoas e situações. Os valores podem ser interpretados como construtos motivacionais, transcendentais a situações e ações específicas. No que se refere ao conteúdo e à função, os valores dizem respeito a respostas que indivíduos e sociedades devem dar a três exigências e tarefas universais: as necessidades dos indivíduos como organismos biológicos, as exigências da interação social coordenada e os requisitos para o bem-estar e a sobrevivência da coletividade.

Mas é importante observar, que o estudo dos valores, tendo em vista as inúmeras concepções e possibilidades de abordagem, necessita de um caráter interdisciplinar de análise. Nesse contexto, o trabalho de Schwartz (1992) trouxe contribuições sobre a discussão interdisciplinar de valores.

Com base nos trabalhos de Schwartz (1992) existem duas dimensões para classificação dos valores. Essas dimensões são: os valores básicos ou gerais e os específicos. Os valores básicos ou gerais se referem a conceitos abstratos subjacentes às ações humanas. Estes podem ser generalizados para várias áreas da vida e aplicados a contextos específicos como o mundo do trabalho. Os valores específicos são aqueles relacionados apenas a contextos específicos, tais como religião, família, trabalho, educação. Para esse autor, os valores estão estruturados em duas categorias. A primeira se refere a uma estrutura geral, em que estão os valores relacionados com todos os aspectos da vida do indivíduo. A segunda categoria diz respeito a estruturas de valores relacionados a contextos específicos da vida, tais como o sexo, a religião, a família, o trabalho. Segundo Schwartz (1992), a avaliação de valores específicos objetiva apresentar, de forma clara, as diferenças interpessoais e interculturais que podem surgir quando valores são expressos em julgamentos e comportamentos específicos.

Nesta categoria de valores específicos é que podem ser encontrados os valores do trabalho e os valores da economia solidária, que serão discutidos a seguir.

2.1 Valores do Trabalho

O trabalho ocupa um papel fundamental na vida dos indivíduos, na construção da sua identidade social e nas relações que são estabelecidas em coletividade. Quando as pessoas estão em seu ambiente de trabalho, elas buscam o atingimento de questões que são importantes para a sua sobrevivência, como por exemplo, as metas pessoais. Nesse sentido, o estudo dos valores do trabalho é de grande importância para a compreensão do que é importante para os indivíduos no seu ambiente de trabalho e o que os estimula ao desenvolvimento de suas atividades laborais.

O interesse de pesquisa na temática de estudo dos valores laborais é compreensível quando se tem em vista a função social do trabalho como fonte principal de renda, bem como base para a definição do status social, da participação social, saúde, vida familiar, dentre outros (ROE; ESTER, 1999). Os valores atribuídos ao trabalho assumem um importante papel no contexto social uma vez que atuam orientando o comportamento dos indivíduos em relação ao trabalho (HOCH; ANDRADE; FOSSÁ, 2009).

Os valores atribuídos ao trabalho consistem em princípios ou metas, hierarquicamente organizados, que as pessoas buscam e que guiam a sua vida no trabalho (PORTO; TAMAYO, 2003). São componentes importantes da realidade social, que influenciam desde os processos de desenho e socialização no trabalho até a forma como as pessoas relacionam o trabalho a outros aspectos da sua vida (NORD et al, 1988; PORTO; TAMAYO, 2008). A hierarquia de importância atribuída aos diferentes valores laborais tende a influenciar a construção da identidade dos trabalhadores, interferindo diretamente no desenvolvimento do seu trabalho.

2.1.1 Os Estudos de Valores do Trabalho

No campo acadêmico, diversos estudos nacionais e internacionais têm apresentado os impactos dos valores do trabalho sobre diferentes aspectos organizacionais, como o estresse no trabalho (SIU et al., 2005), comprometimento organizacional (SAGIE; ELIZUR, 1996; MEYER, IRVING e ALLEN, 1998), satisfação no trabalho (CHEUNG; SCHERLING, 1999; TARIS; FEIJ, 2001) e desempenho (SAGIE; ELIZUR, 1996; SIU, 2003). Observa-se então, o nível de relevância que os valores do trabalho possuem para a compreensão das questões

dentro da organização, e, sobretudo para as questões relacionadas ao desenvolvimento do trabalho pelos indivíduos.

Estudos desenvolvidos por Ravlin e Meglino (1989), Meglino, Ravlin e Adkins (1989), Shoskley e Morley (1989) e Judge e Bretã (1992), analisaram como os valores sociais dos indivíduos, como honestidade, realização e tolerância influenciam as relações no trabalho. Os autores ressaltaram que a compatibilidade entre valores individuais e valores do trabalho influencia a autoestima e satisfação no trabalho. Outros autores, como Schwartz (1999) e Ros et al (1999) também identificaram relações entre os valores individuais e os valores do trabalho.

Entretanto, na década de 1960, os pesquisadores já tinham a preocupação com as relações existentes entre os valores individuais, gerais e os valores do trabalho. Entre estes estudos, pode-se citar a pesquisa de Kinnane e Gaubinger (1963), que testaram a hipótese de que os valores da vida têm correlação positiva e significativa com os valores do trabalho.

2.1.2– Os Valores Gerais e os Valores do Trabalho

As relações entre os valores gerais e os valores do trabalho foram analisadas por Ros et al (1999). Estes autores criaram hipóteses de que os tipos motivacionais de segunda ordem estão associados de forma generalizada com os valores do trabalho, baseados no modelo de Schwartz (1992). Entende-se, de acordo com Schwartz (2005), que os tipos motivacionais de segunda ordem podem ser classificados em quatro tipos: 1) Autopromoção – agrega Poder, Hedonismo e Realização; 2) Autotranscendência – agrupa Universalismo e Benevolência; 3) Abertura à Mudança - agrega Hedonismo, Estimulação e Autodeterminação; 4) Conservação – inclui Segurança, Conformidade e Tradição. Os tipos motivacionais de segunda ordem representam as relações de compatibilidade dentro de cada agrupamento e também as relações de conflito entre eles.

No que se refere às hipóteses salientadas acima, as mesmas podem ser compreendidas como os Valores Intrínsecos que estão associados positivamente com Abertura à Mudança, os Valores Extrínsecos que se associam com Conservação, os Valores Sociais com Autotranscendência e os Valores de Prestígio com Autopromoção.

A pesquisa de Ros et al (1999) teve como participantes noventa e nove judeus de Israel, que responderam à Escala de Valores de Schwartz (1992) e ao Instrumento de Valores do Trabalho desenvolvido e validado exclusivamente para o estudo. Os resultados das correlações deram suporte parcial para a hipótese de que valores gerais teriam relações diretas com os valores do trabalho.

Assim, as correlações encontradas foram: 1) *positiva entre valores extrínsecos e conservação e negativa com abertura à mudança*; 2) *positiva entre valores intrínsecos e abertura à mudança e negativa com conservação*; 3) *positiva entre valores sociais e autotranscendência e negativa com autopromoção*; 4) *positiva entre valores de prestígio e autopromoção e negativa com autotranscendência*. Finalmente, os valores sociais e de prestígio correlacionaram-se também com as dimensões abertura à mudança e conservação (ROS E COLS, 1999).

Segundo Elizur e Sagie (1999), poucos trabalhos acerca dos valores do trabalho embasam-se em modelos teóricos consistentes, e os existentes encontram-se isolados das correntes que estudam os valores pessoais gerais.

Ainda segundo estes autores, a análise dos valores pessoais, considerando conjuntamente os valores gerais e os valores do trabalho, demonstram a importância dos valores para o bem estar dos indivíduos dentro do seu ambiente de trabalho.

Além disso, os valores do trabalho estão imbricados nos valores sociais, uma vez que não são necessariamente criados pelo próprio indivíduo. Estes deparam com esses valores sociais na comunidade em que vivem na sociedade como um todo, na sua cultura de origem, e assim, acabam por aceitá-los e adotá-los, nem sempre de maneira consciente. Os valores podem ser aceitos pelos indivíduos, a partir de algum tipo de identificação e interesse. Além disso, os valores podem ainda, serem impostos pela sociedade, e sendo aceitos pelos indivíduos, como um dever. Sendo assim, pode-se dizer, que os valores são formados na sociedade e socializados pelos indivíduos, que os assimilam e os reproduzem.

2.1.3 Valores do Trabalho – em busca de uma conceituação

No contexto acima mencionado, os valores do trabalho são compreendidos como:

Princípios ou crenças sobre metas ou recompensas desejáveis, hierarquicamente organizados, que as pessoas buscam por meio do trabalho e que guiam as suas avaliações sobre os resultados e contexto do trabalho, bem como o seu comportamento no trabalho e a escolha de alternativas de trabalho (PORTO e TAMAYO, 2003, p. 146).

Essa definição demonstra três aspectos, considerados relevantes pelos referidos autores, para a especificação do conceito, quais sejam: o cognitivo, o motivacional e o hierárquico. O aspecto cognitivo refere-se ao fato de tais valores constituírem crenças sobre o que é ou não desejável no trabalho; o aspecto motivacional relaciona-se aos interesses e desejos do indivíduo em relação ao seu trabalho e; o aspecto hierárquico diz respeito à avaliação dos valores ao longo de um *continuum* de importância (PORTO; TAMAYO, 2003).

Para o estudo e análise dos valores do trabalho a abordagem mais utilizada pela academia é a que classifica os valores em intrínsecos e extrínsecos ao trabalho. Proposta por Herzberg (1959) e proveniente da teoria sobre motivação, essa abordagem é permeada de críticas, sobretudo em relação à grande quantidade de definição de conceitos (PORTO et al, 2006).

Por exemplo, Dyer e Parker (1975) encontraram quatro definições diferentes para os valores extrínsecos e intrínsecos. Um estudo foi realizado para testar a hipótese de que esses conceitos eram confusos para os psicólogos industriais e organizacionais. Concluiu-se que há inconsistência entre as definições e a classificação dos valores. Além disso, aqueles respondentes que apresentavam as mesmas definições para os valores não concordavam em relação aos tipos de resultados que compõem cada categoria. Foi sugerido pelos participantes do estudo que a distinção entre os valores não era válida ou útil. Após a confirmação da hipótese da pesquisa, os autores fizeram a proposição de se realizar uma reavaliação da dicotomia intrínseca-extrínseca, a partir de uma base teórica mais consistente e do significado desses conceitos.

Apesar das críticas, um trabalho que também se propôs a analisar a dicotomia entre os valores intrínsecos e extrínsecos e o modelo de análise de facetas é o de Elizur (1984), que considerava a possibilidade dos conceitos serem construtos separados de uma única faceta.

A primeira dessas facetas, denominada modalidade do resultado é dividida em três elementos: a) instrumental: relaciona-se com os resultados do trabalho material, como por exemplo, condições de trabalho, pagamentos, benefícios, etc.; b) afetivo: relaciona-se às relações sociais que são estabelecidas dentro do ambiente organizacional; c) cognitivo: relaciona-se a recompensas psicológicas do trabalho, como por exemplo, prestígio, interesse, independência, etc.

A segunda faceta denominada relação com o desempenho da tarefa ou foco, divide-se em dois elementos: a) recursos ou difuso: relaciona-se com as recompensas oferecidas antes do indivíduo realizar a tarefa ou que não estão condicionadas ao seu resultado; b) recompensa ou focado: relaciona-se com os resultados oferecidos após a tarefa ser desempenhada ou em troca do resultado.

Além de Elizur (1984) outros autores também analisaram as facetas (BORG e BRAUN, 1996; SAGIE e KOSLOWSKY, 1998) e possibilitaram consistências em trabalhos empíricos (ELIZUR, 1984; ELIZUR et al, 1991; SAGIE; ELIZUR, 1996; ELIZUR; SAGIE, 1999).

Super (1957) desenvolveu um modelo que foge à dicotomia intrínseca-extrínseca, antes dos trabalhos de Elizur. Este modelo foi bastante utilizado para atividades de orientação vocacional, contudo, não se tem neste modelo uma boa definição de valores, o que gerou conflito entre os conceitos de valores e satisfação no trabalho.

No intuito de propor um modelo para o estudo dos valores relativos ao trabalho que se aproximasse da Teoria dos Valores Pessoais Gerais de Schwartz (1994; 2006), Ros, Schwartz e Surkiss (1999) propuseram uma integração entre os valores pessoais gerais e os valores do trabalho. Para isso foram propostos quatro tipos motivacionais: valores intrínsecos, valores extrínsecos ou materiais, valores sociais ou afetivos e valores de prestígio. A mesma dinâmica de compatibilidade e conflito identificada para os valores gerais de Schwartz (1999) foi também verificada entre os valores do trabalho. Assim, os quatro tipos motivacionais formam pólos opostos de duas dimensões, em que os valores sociais se opõem aos de prestígio e os

valores intrínsecos se opõem aos extrínsecos. Entretanto, é importante salientar, que essa integração entre os valores pessoais gerais e os valores do trabalho já tinham sido propostas por Sagie e Elizur (1996) como forma de se alcançar os valores do trabalho.

2.1.4 Modelos para a Identificação, Análise e Validação dos Valores Relativos ao Trabalho.

É importante apresentar os principais modelos que propuseram a identificação, análise e validação dos valores do trabalho, uma vez que estes se apresentam como instrumentos essenciais para a construção de um conceito e de base para trabalhos empíricos que perpassam essa temática.

2.1.4.1 Modelo de David Super

O modelo de Super (1957) consiste em uma síntese das justificativas encontradas na literatura, acerca das razões que levam os indivíduos a gostar ou não do seu trabalho. O autor identificou três principais necessidades satisfeitas pelo trabalho: Relações Humanas, Trabalho e Sustento, conforme descritas abaixo:

- 1- Necessidades de Relações Humanas: os indivíduos têm a necessidade de serem reconhecidos. É nessa necessidade que surgem os fatores *independência* (envolvendo questões como autonomia, grau de controle sobre o comportamento próprio e atividades) e *tratamento justo* (envolve um sistema de recompensas a partir de padrões conhecidos). As relações que são estabelecidas entre os indivíduos possibilitam o autoconhecimento, a distinção e diferenciação entre os indivíduos, e a busca de *status*.
- 2- Necessidades de Trabalho: divide-se em atividade de trabalho, que se refere ao conteúdo do trabalho e contexto do trabalho, que se retrata o ambiente onde o trabalho é realizado e os indivíduos com quem este trabalho é realizado. O ato de trabalhar é formado pela oportunidade de se utilizar de habilidades, conhecimentos e oportunidades para a expressão de interesses e pela variedade do trabalho.
- 3- Necessidades de Sustento: esta necessidade é muito significativa. Por ser a mais básica, quando ela não é satisfeita todas as outras perdem a sua importância. Todavia, quando essa necessidade é satisfeita, as demais necessidades acabam por tornarem-se, minimamente tão importantes quanto ela. Esta necessidade inclui a satisfação com a remuneração atual, que é formada tanto pelo valor absoluto (padrão de vida do

indivíduo) quanto pelo valor relativo (relação entre o valor recebido e o recebido pelos outros indivíduos), e a segurança no trabalho.

Este modelo, apesar de ser bastante conhecido, de acordo com Porto (2004), faz uma confusão entre os valores do trabalho e a satisfação. Além disso, ele se propõe a investigar a satisfação do indivíduo em relação aos aspectos do seu trabalho, e não a importância dada a estes aspectos. Assim, observa-se que existe a necessidade de um trabalho mais sistemático na definição de valores do trabalho de forma que se possa evitar problemas conceituais e estabelecer uma estrutura coerente acerca da temática.

2.1.4.2 Modelo de Elizur

Baseado na análise de conteúdo da literatura, exame dos itens incluídos nos vários estudos e utilizando a abordagem de análise de facetas, Elizur (1984) propôs duas facetas: A) Modalidade do Resultado e B) Relação com o Desempenho da Tarefa, que se constituem como o universo conceitual dos valores do trabalho. Essa proposta teve como base uma análise de conteúdo da literatura, onde foram examinados os vários estudos, e por fim utilizou-se a abordagem da análise de facetas, conforme pode ser observado no Quadro 2:

QUADRO 2 – Facetas dos Valores do Trabalho e seus Elementos¹⁴

Facetas	Elementos	Definição
A- Modalidade do Resultado	Instrumental	Elementos referentes ao resultado do trabalho de natureza material, como pagamentos, benefícios, condições de trabalho.
	Afetivo	Elementos referentes a relacionamentos sociais, como relacionamento com colegas e chefia.
	Cognitivo	Elementos referentes a recompensas psicológicas do trabalho, como interesse, responsabilidade e independência.
B- Relação com o	Recurso ou Difuso	Elementos referentes a recompensas oferecidas antes do desempenho da tarefa ou que não estão condicionadas ao seu resultado, como plano de

¹⁴ É importante ressaltar que esses valores estão, na grande maioria das vezes, ligados à racionalidade instrumental.

Desempenho da Tarefa		benefícios e condições de trabalho.
	Recompensa ou Focado	Elementos referentes aos resultados oferecidos após o desempenho da tarefa ou em troca do resultado, como reconhecimento, <i>status</i> , progressão na carreira.

Fonte: Elizur (1984)

Posteriormente a este estudo, foi desenvolvido um trabalho por Elizur e Sagie (1999), que passaram a denominar a Faceta B de Foco e seus Elementos de Difusos e Focados.

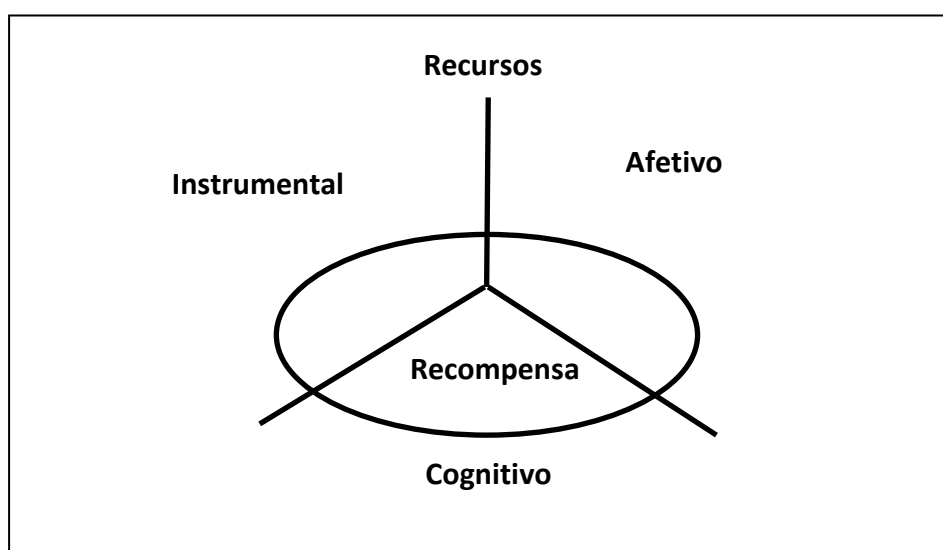


FIGURA 3 – Estrutura dos Valores do Trabalho de Elizur

Fonte: Elizur (1984)

Neste modelo (Figura 3), com base em um estudo empírico, utilizou-se a Análise de Estrutura de Similaridades – SSA, por Elizur (1984) e também um estudo transcultural, por Elizur (1991), que confirmaram a estrutura proposta.

Ros, Schwartz e Surkiss (1999) fizeram uma nova análise do trabalho de Elizur (1984) e concluíram que havia evidência empírica para a existência de um quarto fator, denominado por estes autores de prestígio. Eles concluíram que através da inclusão desse fator, vários problemas na análise de Elizur poderiam ser corrigidos. Ainda para estes autores, o fator cognitivo do modelo de análise de Elizur, poderia ser dividido em duas dimensões: intrínseca

e prestígio. Assim, Ros, Schwartz e Surkiss (1999), sugerem um novo modelo de análise dos valores do trabalho, sintetizado a seguir.

2.1.4.3 Modelo de Ros, Schwartz e Surkiss

Em um esforço para suprir as lacunas encontradas nos estudos sobre valores do trabalho de Elizur (1984), Ros, Schwartz e Surkiss (1999) fizeram uma revisão das estruturas sobre valores do trabalho presentes na literatura e propuseram um modelo baseado na Teoria de Valores Pessoais, de Schwartz (1992).

Segundo essa teoria, podem ser identificados quatro tipos motivacionais de segunda ordem: Autotranscendência, Autopromoção, Abertura à Mudança e Conservação (SCHWARTZ 1992, 1994). Schwartz (1994) propôs uma Teoria de Valores Humanos que estabelece dez tipos motivacionais agrupados em duas dimensões bipolares, assim denominadas: autotranscedência *versus* Autopromoção; abertura à mudança *versus* conservadorismo. A primeira dimensão contrapõe a busca do bem-estar da humanidade e daquelas pessoas que são próximas, com a busca de sucesso pessoal e poder. A segunda dimensão contrapõe a busca de restrição pessoal em benefício da estabilidade do grupo, com a busca de independência e autonomia. Esta teoria vem sendo utilizada empiricamente em diversos países.

Com base nesse modelo, Ros, Schwartz e Surkiss (1999) consideraram que os valores do trabalho podiam ser compreendidos como expressão dos valores gerais no ambiente de trabalho, que, como eles, também apresentavam quatro tipos motivacionais. Assim, estes autores, analisaram mais uma vez a literatura, e conseguiram identificar que os modelos anteriores para análise de valores do trabalho, apresentavam três dos quatro tipos motivacionais propostos: 1) Valores Intrínsecos, que estariam associados à Abertura à Mudança; 2) Valores Extrínsecos ou materiais associados à Conservação; e 3) Valores Sociais ou Afetivos associados à Autotranscendência.

Somente o tipo motivacional de Autopromoção não era considerado como um valor atribuído ao trabalho, embora fosse encontrado nos modelos anteriores itens que o representavam ou faziam algum tipo de alusão a ele, como prestígio, autoridade, influência e poder. Foi a partir disso que os autores reexaminaram os resultados de Elizur (1991) e afirmaram que a distinção

desse quarto tipo motivacional poderia aumentar a consistência do modelo, conforme mencionado nos tópicos anteriores.

Ros, Schwartz e Surkiss (1999) elaboraram um instrumento e o validaram por meio da análise fatorial exploratória e do SSA. Foram identificados quatro tipos de valores do trabalho:

1. intrínseco – refere-se às metas obtidas pelo conteúdo do próprio trabalho;
2. extrínseco – refere-se às metas obtidas pelos resultados do trabalho;
3. social – refere-se à busca de metas relacionais e;
4. prestígio – refere-se à busca de poder e prestígio por meio do trabalho.

Baseados na proposta de integração dos Valores Pessoais de Schwartz e a Teoria dos Valores do Trabalho, outros pesquisadores foram desenvolvendo pesquisas que tinham como objetivo a construção e validação de um instrumento que possibilitasse uma análise mais profunda dos valores do trabalho. Entre esses trabalhos, encontra-se o de Borges (1999) que elaborou o Inventário do Significado do Trabalho – IST, que distingue em duas classes de atributos o significado do trabalho: valorativos e descritivos. Segundo Borges (1999), os atributos valorativos são os valores laborais e “consistem em uma definição do que ‘deve ser’ o trabalho” (p.110). E os atributos descritivos referem-se à “percepção do trabalho concreto, ou seja, caracterizam o trabalho como ele é” (p.111). Através do IST podem-se investigar aspectos relacionados à cultura brasileira e aspectos relacionados à corrente marxista, relativos ao trabalho, como exploração, hominização, embrutecimento e alienação. Outro fator que merece destaque neste inventário é a sua aplicabilidade em populações sem alfabetização ou com baixa escolaridade.

Ainda com base no modelo teórico proposto por Ros, Schwartz e Surkiss (1999), Porto e Tamayo (2003) desenvolveram e validaram uma Escala de Valores relativos ao Trabalho, que será apresentada a seguir. Esta escala bastante utilizada em estudos relativos aos valores do trabalho, será utilizada nesta tese, a fim de se mensurar os valores relativos ao trabalho em empreendimentos econômicos solidários, e, posteriormente se mensurar os valores relativos à economia solidária.

2.1.4.4 Escala de Valores Relativos ao Trabalho de Porto e Tamayo

Porto e Tamayo (2003) desenvolveram uma Escala de Valores Relativos ao Trabalho (EVT), no Brasil, baseados em uma revisão de literatura sobre os instrumentos já desenvolvidos e validados acerca dos valores. Posteriormente, foram realizadas dez entrevistas com trabalhadores brasileiros, e sessenta e quatro questionários abertos foram aplicados em estudantes e profissionais. A partir das informações coletadas por meio destes instrumentos, a primeira versão da escala de valores relativos ao trabalho foi construída e submetida à análise de juízes e validação semântica. É importante destacar que essa escala é pertinente à realidade brasileira e visa relacionar a estrutura dos valores individuais e dos valores relativos ao trabalho, no intuito de confirmar o modelo proposto por Ros, Schwartz e Surkiss (1999).

A EVT avalia os “princípios ou crenças sobre metas ou recompensas desejáveis, hierarquicamente organizados, que as pessoas buscam por meio do trabalho e que guiam as suas avaliações sobre os resultados e contexto laboral, bem como o seu comportamento e a escolha de alternativas relativas ao trabalho” (PORTO e TAMAYO, 2003, p. 146).

A EVT é formada por quarenta e cinco valores relativos ao trabalho, que são analisados a partir de uma escala de cinco pontos que varia de “nada importante” (1) até “muito importante” (5). O processo de validação do instrumento foi feito por meio da análise fatorial exploratória e foram encontrados quatro fatores, conforme previstos teoricamente por Ros et al. (1999), que foram assim denominados:

- 1- Realização no Trabalho: refere-se à busca de prazer, realização pessoal e profissional, por meio do estímulo a independência de pensamento e ação no trabalho por meio da autonomia intelectual e da criatividade;
- 2- Relações Sociais: refere-se à busca de relações sociais positivas no trabalho e de contribuição positiva para a sociedade por meio do trabalho;
- 3- Prestígio: refere-se à busca de autoridade, sucesso profissional e poder de influência no trabalho;
- 4- Estabilidade: refere-se à busca de segurança e ordem na vida por meio do trabalho, possibilitando suprir materialmente as necessidades pessoais.

Esses quatro fatores resultantes da pesquisa realizada, demonstram, em grande medida, como no Brasil, os indivíduos diferenciam a mesma estrutura de valores do trabalho proposta por Ros et al (1999), demonstrando assim, a pertinência e a importância da utilização da teoria dos valores do trabalho no contexto brasileiro. Essa importância também necessita ser salientada, quando observada a interface entre os valores individuais e os valores relativos ao trabalho, conforme a Figura 4, a seguir.

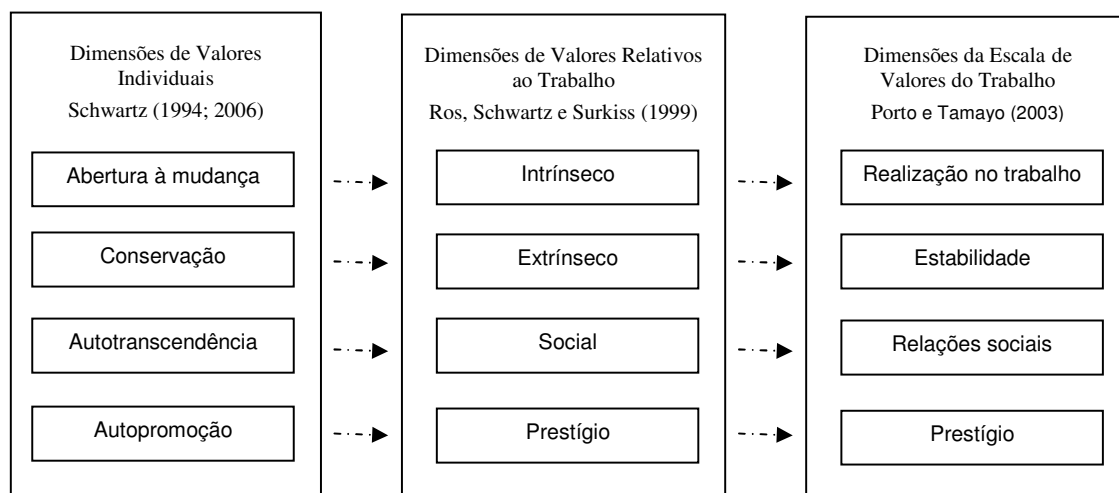


FIGURA 4- Interface entre os valores individuais e os valores relativos ao trabalho

Fonte: Adaptado de Hoch, Andrade e Fossá (2009).

A Figura 4 demonstra que os valores relativos ao trabalho, como afirmam Porto e Tamayo (2007), são norteados por valores individuais, sendo que, quanto maior for a importância dos valores pessoais, eles serão objeto de busca pelos indivíduos no ambiente de trabalho. Percebe-se então, similaridades entre o modelo de Valores Individuais proposto por Schwartz (1994; 2006), o modelo de Valores Relativos ao Trabalho, desenvolvido por Ros, Schwartz e Surkiss (1999), e a Escala de Valores do Trabalho de Porto e Tamayo (2003). As dimensões dos valores individuais correspondem às dimensões dos valores relativos ao trabalho.

No que tange ao processo de transmissão de valores relativos ao trabalho, Porto e Tamayo (2007) afirmam que este envolve a transferência de informação entre indivíduos e grupos e é responsável pela similaridade encontrada, por exemplo, entre pessoas que convivem no mesmo ambiente. Wijting, Arnold e Wijting (1978) já enfatizavam que tais valores são desenvolvidos por meio da interação e da identificação com agentes socializadores e por meio das experiências dos indivíduos na família, escola e ambiente de trabalho. Esta transmissão

cultural ocorre por meio da observação, imitação, condicionamento ou educação. Em suma, destaca-se a importância do meio na construção das prioridades axiológicas tanto gerais quanto relativas ao trabalho.

Nesse contexto, pode-se destacar que os valores do trabalho são importantes para a compreensão do significado do trabalho para os indivíduos e que possuem papel preponderante na própria construção da sua identidade. Isso demonstra a importância de instrumentos que possam auxiliar a compreensão desses valores, uma vez que eles possibilitam a compreensão de especificidades em relação aos valores do trabalho. Nessa mesma perspectiva é que se pretende estudar os valores da economia solidária, que serão apresentados a seguir.

2.2 Valores da Economia Solidária

A proposta de se identificar os valores atribuídos à economia solidária é nova. Não foi encontrado na literatura, e nem nas discussões do próprio movimento nenhuma menção a essa temática. Entretanto, estudar os valores da economia solidária é importante, uma vez que conforme observado acima, sobretudo na proposição de Arruda, o fenômeno da economia solidária vai além de uma simples estratégia para inserção de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Ela se apresenta como uma proposta de transformação das relações de produção, de comercialização, de consumo, e principalmente das relações de trabalho.

A concepção de valores e as suas associações possuem diferentes propostas, conforme observado neste trabalho. Os valores podem estar associados ao significado das normas, dos princípios ou dos padrões aceitos por um indivíduo, classe, sociedade, etc. (FERREIRA, 1975) ou associados aos princípios ou crenças, que podem ser organizadas de forma hierárquica e que se relacionam com estados de existência ou a modelos de comportamentos desejáveis para a vida das pessoas, que podem expressar interesses individuais, coletivos ou um híbrido desses interesses (SCHWARTZ e BILSKY, 1987, 1990).

Nesse contexto, para a proposta de elaboração de uma Escala de Valores Relativos à Economia Solidária (EVES) foi realizada uma revisão de seus princípios e práticas, presentes na literatura, como forma de subsidiar a concepção dos pressupostos valorativos da economia solidária.

Assim, o EVES visa avaliar *os princípios e pressupostos da organização do trabalho e de representações valorativas da vida social, que permeiam a organização dos empreendimentos econômicos solidários e as relações estabelecidas entre os seus membros e destes com o restante da sociedade*. Isso significa dizer, que parte-se do pressuposto, de que a economia solidária, e consequentemente o seu processo valorativo, tem como foco de atuação e de proposta de transformação duas frentes, como pode ser observado na Figura 5.

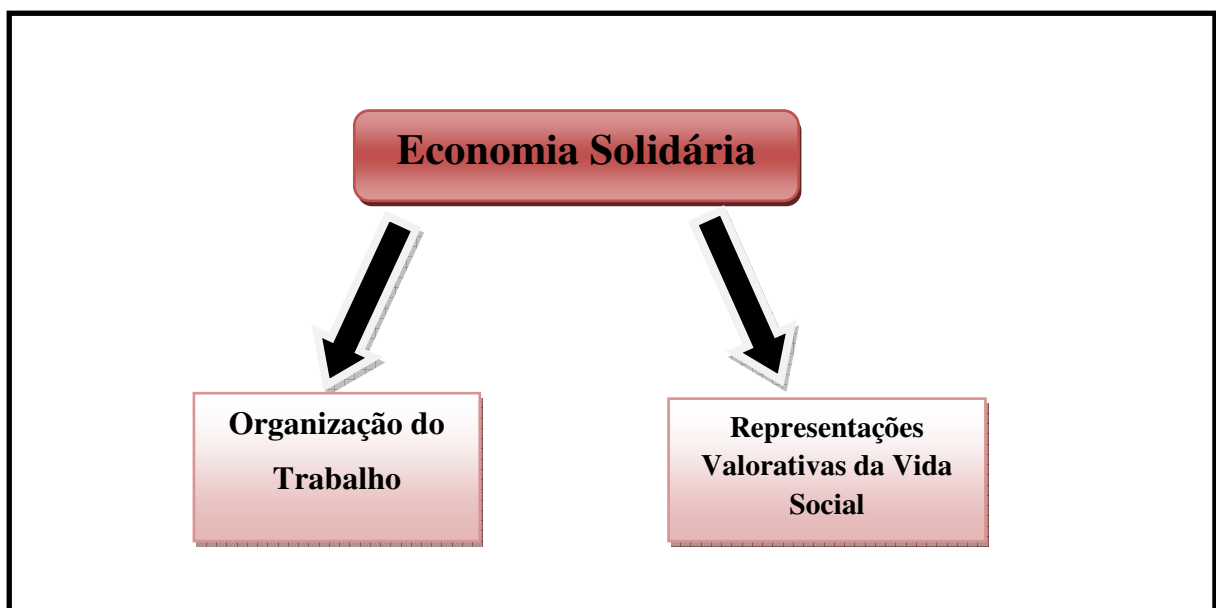


FIGURA 5 – Estrutura dos Valores da Economia Solidária

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa definição de pressuposto demonstra que o fenômeno da economia solidária leva em consideração dois aspectos fundamentais da vida social. De um lado, as determinações de organização do trabalho, isto é, dos empreendimentos econômicos solidários; de outro lado, as representações valorativas da vida social. Esses dois aspectos possuem a ele atrelados valores, e concepções diferentes, que serão explicitados no Quadro 3.

QUADRO 3 – Valores da Economia Solidária

Pressuposto	Valores	Definição	Fonte
Organização do Trabalho	Autogestão	A autogestão consiste na participação igualitária de todos os membros da organização, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a gestão e produção do trabalho.	Motta (1981), Faria (1985).
	Cooperação	A cooperação parte do pressuposto de que todos os indivíduos devem agir coletivamente ou interagindo, com vistas ao atingimento de um fim comum.	Gaiger (1996, 1999), Singer (2002).
	Identificação	É através da identificação que percebemos nós mesmos e os outros como indivíduos; é também através da identificação que se torna possível a aproximação ou distanciamento do outro, ou seja, a identificação mecanismo psíquico central no desenvolvimento das pessoas é a base da solidariedade ou da perseguição. O conceito psicanalítico de identificação é fundamental para a construção da identidade de cada um de nós e também para as nossas relações com os outros. No processo de identificação, as organizações aparecem ao sujeito como sistemas culturais, simbólicos e imaginários.	Caldas e Tonelli (2000).
	Trabalho Emancipado ¹⁵	O Trabalho Emancipado parte da premissa de democratização das relações econômicas e sociais, na busca pela superação da contradição das relações entre trabalho e capital.	Oliveira (2008)
	Tomada de Consciência do Processo Produtivo	A Tomada de Consciência do Processo produtivo diz respeito à consciência dos trabalhadores em relação à reprodução, de forma que sejam recuperados e reintegrados os indivíduos à riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral.	Castanheira e Pereira (2008).
Representações Valorativas da Vida Social	Cidadania	A cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres que o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a	Arruda (1996), Tesch

¹⁵ Posteriormente ao pré-teste, para validação do instrumento, este valor foi extinto, conforme será explicitado na metodologia deste trabalho.

		sociedade em que vive. De uma forma mais abrangente, tem-se o conceito de cidadania de Marshall, que o divide em três partes: civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Identifica os tribunais de justiça como as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local. Já o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.	(1999), Marshall (1967).
	Consumo Consciente	O consumo consciente diz respeito ao pensamento e a prática de que o ato de consumir produtos e serviços não está relacionado apenas a uma questão de gosto, mas a um ato ético e político. Ao consumir um produto originado de um processo onde há exploração do trabalho, degradação do meio ambiente, etc., está-se mantendo essas formas de produção.	Kanan (2011).
	Desenvolvimento Humano	O desenvolvimento humano coloca os indivíduos no centro do desenvolvimento, por meio da promoção de seus potenciais, do aumento de suas possibilidades e pela liberdade de sobrevivência.	Arruda e Boff (2000), Arruda (2003a), Gaiger (2004).
	Igualdade	A igualdade é um valor que permeia várias relações sociais, desde as de trabalho até as diversas formas de convivência. Entende-se então, a igualdade como a horizontalização das relações acompanhada das devidas responsabilidades.	Singer (2002), Cruz (2006)
	Qualidade de	A qualidade de vida consiste no	Arruda

	Vida	atendimento das necessidades do indivíduo, sejam essas necessidades físicas, mentais, psicológicas, emocionais, etc.	(2003a, 2003b)
	Solidariedade	A solidariedade é o comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, comunitário. Ela visa um caráter de reciprocidades, de ajuda mútua, de troca igualitária entre os que participam de determinadas organizações.	Razeto (1999), Singer (2002), Cruz (2006).

Fonte: Elaborado pela Autora.

Observa-se que a concepção de valores da economia solidária demonstra uma nova perspectiva de organização do trabalho e do modo de organizar a vida, bastante diferente do sistema capitalista. Esses valores são perpassados pela colaboração solidária, pela justiça social e pela autogestão. Assim, a economia solidária deverá constituir-se como uma opção que deverá criar condições para o desenvolvimento efetivo de cada indivíduo e da sociedade, passando por uma “melhoria estrutural da qualidade de vida”, com o objetivo amplo do “desenvolvimento integral” da pessoa, da comunidade e da sociedade como um todo, e do mundo e da humanidade (ARRUDA, 2003).

Portanto, pode-se destacar que os valores são os princípios que guiam a vida dos indivíduos. É a partir desse pressuposto que se apresenta a importância do estudo dos valores do trabalho e dos valores da economia solidária neste estudo.

A identificação e análise dos valores são primordiais para a compreensão da vida dos indivíduos no trabalho e nas relações de trabalho que são estabelecidas. Nesse sentido, quando se tem uma nova proposta de relações de trabalho, a partir de também novas relações, frente àquelas tradicionalmente concebidas pelas organizações heterogestionárias, é importante se compreender que valores são atribuídos a essas novas relações.

São esses valores, sejam eles atribuídos ao trabalho ou a economia solidária que se apresentam como centrais para a construção da identidade social dos indivíduos. Esses valores possuem características cognitivas, motivacionais e hierárquicas. Segundo Porto e Tamayo (2003), as características são cognitivas porque os valores formam um conjunto de crenças sobre o que é desejável, são motivacionais porque expressam desejos dos indivíduos, e

hierárquicas porque as pessoas organizam hierarquias de valores com base na importância que atribuem a cada um deles.

O desvelar desses valores pode ajudar na motivação dos membros dos empreendimentos econômicos solidários, na sua identificação com o trabalho que desempenham e também na gestão dos empreendimentos, de forma que os mesmos possam efetivamente se consolidar, com vistas à geração de novos postos de trabalho e a consolidação de novas relações de trabalho.

Para que esse fim seja alcançado, há que se utilizar de escalas que sejam válidas e precisas neste contexto. Assim, este trabalho propõe-se a utilizar a Escala de Valores relativos ao Trabalho, proposta por Porto e Tamayo (2003), e a propor um novo instrumento, e validá-lo, que é a Escala de Valores Relativos à Economia Solidária. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos para a realização desse trabalho, são apresentados a seguir.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

Este tópico busca a exposição dos métodos e das técnicas escolhidas para alcance dos objetivos almejados, através das respostas do problema de pesquisa colocado.

Para a consecução dos objetivos propostos optou-se pela abordagem quantitativa, de natureza exploratória para esta pesquisa, de modo a dar ênfase à identificação dos valores do trabalho e da economia solidária, em empreendimentos econômicos solidários. Gil (2006, p.43) conceitua que uma pesquisa de natureza exploratória tem:

(...) objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2006, p.43).

A função exploratória deste trabalho tem relação direta com o caráter de ineditismo da pesquisa. Entre outros fatores, um instrumento utilizado nesta pesquisa, referente à atribuição de valores à economia solidária é novo. Este, foi elaborado com o objetivo de analisar os valores atribuídos à economia solidária e colocado esse construto à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica, pois se entende que o conhecimento é produzido por meio da articulação dialética entre teoria e prática, num processo de retroalimentação contínuo.

Assim, a pesquisa empírica pretendeu, através da metodologia quantitativa, colocar à prova o construto elaborado e o modelo teórico adotado (não determinístico e geral, devido à natureza contingencial do problema), buscando verificar, por exemplo, quais os valores são atribuídos à economia solidária pelos membros dos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, a investigação conduzida neste trabalho buscou também identificar os valores atribuídos ao trabalho e os valores atribuídos à economia solidária, e suas possíveis relações. Também buscou recuperar a noção de configuração dos valores para grupos de indivíduos, identificando padrões de valores do trabalho e da economia solidária, por meio da Análise de Cluster.

Além disso, há que se ressaltar o caráter explicativo desta pesquisa, a partir das relações que foram estabelecidas entre as Escalas de Valores Relativos ao Trabalho (ANEXO 1), proposta por Porto e Tamayo, e a Escala de Valores Relativos à Economia Solidária (APÊNDICE 1), proposta por este trabalho.

Os métodos quantitativos mostraram-se mais adequados para o levantamento do tipo *survey*, conduzido com duas escalas que foram aplicadas em membros dos empreendimentos econômicos solidários dos municípios de Caldas, Elói Mendes, Itajubá, Lambari, Lavras, Paraguaçu, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha, situados na região Sul de Minas Gerais. A escolha desses municípios se deu pela indicação de empreendimentos incubados pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares das Universidades Federais de Alfenas, Itajubá e Lavras, e de empreendimentos pertencentes ao Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária. Procurou-se verificar como os membros dos empreendimentos econômicos solidários atribuem valores tanto ao trabalho quanto à economia solidária.

Além disso, foram consultadas fontes secundárias de dados, como atas de reuniões, relatórios, notícias de jornais, estatuto, regimento interno, dentre outros, dos empreendimentos pesquisados, de forma que seja possível se ter informações acerca da história, estrutura organizacional e funcionamento dos EES. Todos os documentos que foram gerados pelos atores sociais, desde a sua origem, constituíram fonte de informação documental.

3.2 Participantes (amostra)

Para este trabalho, participaram do estudo 174 membros de empreendimentos econômicos solidários, que compuseram a amostra por conveniência (facilidade de acesso do pesquisador). É importante ressaltar que, inicialmente a proposta era estudar todos os empreendimentos econômicos solidários das Microrregiões de Alfenas e Varginha, no sul de Minas Gerais, inseridos no Mapeamento da Economia Solidária. Entretanto, ao fazer o contato com os empreendimentos mapeados, observou-se que todos os empreendimentos mapeados ou não existem mais, ou os seus contatos não estavam corretos, ou não se referem a empreendimentos de economia solidária. Frente a essa realidade, optou-se por uma nova estratégia para seleção dos empreendimentos, que foi por meio dos empreendimentos incubados pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares das Universidades

Federais de Alfenas, Itajubá e Lavras. Além disso, foram realizados contatos telefônicos com a coordenação do Fórum Sulmineiro de Economia Solidária. A partir do contato com essas entidades, é que se conseguiu o contato dos empreendimentos, para que a aplicação das escalas pudesse ser agendada, de forma individual, com datas e horários sugeridos pelos EES.

Assim, a partir dessa nova seleção, foram encontrados 12 empreendimentos, conforme descritos abaixo, e cuja localização pode ser visualizada na Figura 6. Não houve uma uniformidade no número de membros nesses empreendimentos. As escalas foram aplicadas em todos os membros que estavam no grupo no dia da visita, e que aceitaram participar da pesquisa, individualmente.

QUADRO 4 – Empreendimentos Econômicos Solidários Selecionados

Empreendimentos Econômicos Solidários	Município
Associação ArtCaldas	Caldas - MG
Associação Cora Minas	Pouso Alegre - MG
Associação de Artesanato Artes da Terra	Itajubá - MG
Associação de Artesãos e Artistas Populares de Lambari (ASCAL)	Lambari - MG
Associação de Catadores de Material Reciclável de Lavras – ACAMAR	Lavras - MG
Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR	Itajubá - MG
Associação Meninas Sabor de Minas	Varginha - MG
Associação Sabor e Saúde	Varginha - MG
Associação Terra Do Marolo	Paraguaçu – MG
Cooperativa Ação Reciclar	Poços de Caldas – MG
Parque Escola ECOETRIX	Varginha – MG
Unindo Talentos	Pouso Alegre – MG

Fonte: Elaborado pela Autora.

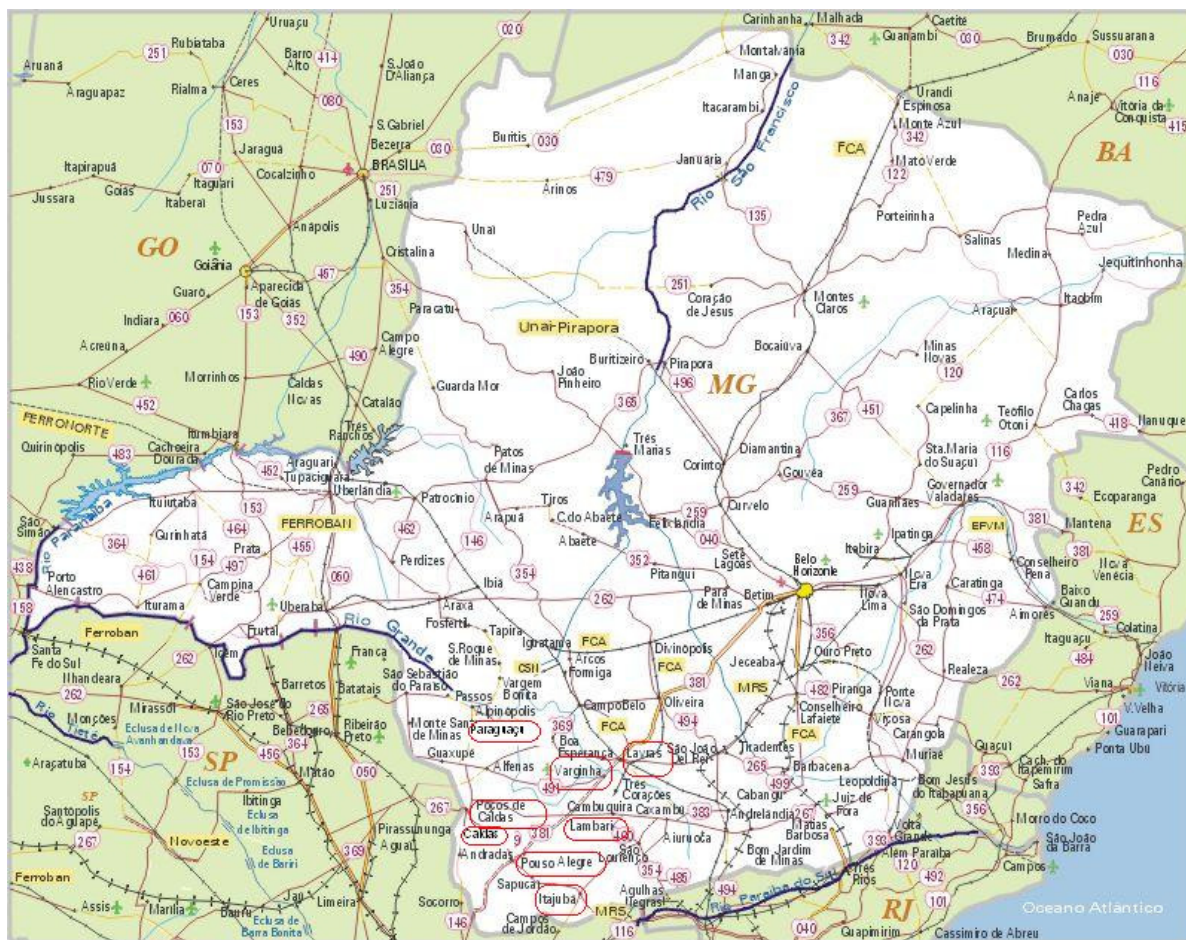


FIGURA 6 – Localização dos Empreendimentos Econômicos Solidários estudados.

Fonte: Elaborado pela autora (circulados em vermelho)

A Associação ArtCaldas, fica localizada no município de Caldas – MG, e possui como atividade produtiva o artesanato. São diversos tipos de artesanato, mas há uma predominância por artesanatos feitos em palha. A associação foi fundada no ano de 2000, e conta atualmente com vinte associados, sendo todas as associadas mulheres. Além disso, é importante ressaltar, que esta associação não possui acompanhamento de nenhuma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, mas é uma associação pertencente ao Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária, sendo bastante participativa nas atividades deste Fórum.

A Associação Cora Minas, foi fundada em 2001, e fica localizada no município de Pouso Alegre – MG. A atividade produtiva da associação é a costura, em especial colchas de retalho e acessórios. Atualmente a associação conta com vinte membros, sendo quinze mulheres e cinco homens. Esta associação também não é incubada por nenhuma ITCP, mas recebe apoio

da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, e é membro do Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária.

A Associação de Artesanato Artes da Terra, que fica no município de Itajubá – MG, tem como atividade produtiva o artesanato, sem predominância de um tipo específico. Fundada em 2001, a associação conta na atualidade com trinta e dois associados, sendo vinte e nove mulheres e três homens. Essa associação recebe o acompanhamento da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá – INTECOOP/UNIFEI.

A Associação de Artesãos e Artistas Populares de Lambari (ASCAL), foi fundada em 2002, e fica localizada no município de Lambari – MG. Atualmente a ASCAL possui quinze associados, sendo formada por onze mulheres e quatro homens. Sua atividade produtiva é o artesanato, e a associação integra o Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária.

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lavras – ACAMAR, como o próprio nome já diz, possui sede no município de Lavras – MG, e foi fundada em 1995. Atualmente, a associação possui trinta associados, sendo treze mulheres e 17 homens. As atividades produtivas da associação referem-se ao Centro de Separação de Materiais Recicláveis, a fabricação de vassouras, a reciclagem de madeira e a um programa de arborização urbana. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras – INCUBACOOP/UFLA incuba a associação. Além disso, a mesma ainda pertence ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

A Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR, foi fundada em 2007, e fica localizada no município de Itajubá – MG. Sua atividade produtiva é a coleta, triagem, armazenagem, tratamento e venda de material reciclável. Atualmente, a ACIMAR conta com quarenta e um membros, sendo trinta e uma mulheres e dez homens. Essa associação também é incubada pela INTECOOP/UNIFEI, e pertence ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

A Associação Meninas Sabor de Minas localiza-se no município de Varginha – MG, foi fundada em 2011. Esta associação é proveniente de um projeto de Extensão da Universidade Federal de Alfenas, denominado “Qualificar para desenvolver: As mulheres de Varginha em

cena aberta”, com beneficiárias do Programa Bolsa Família. A atividade produtiva desenvolvida é a produção de gêneros alimentícios, tais como marmitas, doces e salgados. Atualmente, a associação conta com vinte associados, sendo todas mulheres, e é incubada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas – ITCP/UNIFAL – MG.

A Associação Sabor e Saúde é uma associação formada por agricultores familiares, do município de Varginha – MG. Fundada em 2010, a associação possui atualmente quarenta e dois membros, sendo doze deles mulheres e trinta homens. Esses agricultores cultivam hortaliças e há também associados que são produtores de leite. Recentemente, esta associação começou a ser incubada pela ITCP/UNIFAL – MG.

A Associação Terra do Marolo fica situada no município de Paraguaçu – MG, tendo sido fundada em 2010. Esta associação é formada por produtores e beneficiadores do fruto Marolo, sendo, portanto, sua atividade produtiva o artesanato, o cultivo do Marolo e a culinária. Atualmente, fazem parte da associação vinte e sete membros, sendo onze deles mulheres e dezesseis homens. Essa associação também faz parte do processo de incubação da ITCP/UNIFAL – MG.

A Cooperativa Ação Reciclar foi fundada em 2005, e fica localizada no município de Poços de Caldas – MG. Essa cooperativa é formada por trinta e dois membros, sendo vinte mulheres e doze homens. A atividade produtiva dessa cooperativa é a coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis. Essa cooperativa não é acompanhada por nenhuma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, mas é membro do Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária e pertence ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

O Parque Escola ECOETRIX apresenta-se como um centro de desenvolvimento de sustentabilidade, que desenvolve atividades de educação orgânica, Economia Solidária, Permacultura e Bioconstrução. O Parque possui duas sedes, uma no município de São Thomé das Letras – MG, e outra no município de Varginha – MG, que foi a sede pesquisada neste trabalho. Fundada em 2012, o parque é formada por onze pessoas, sendo seis mulheres e cinco homens. Além dessas pessoas, outras participam de atividades esporádicas do parque,

tais como feiras, clubes de trocas, sarais e cursos. Atualmente, o Parque Escola é membro do Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária, e não é acompanhado por nenhuma incubadora.

E por fim, o último empreendimento econômico solidário apresentado é a Associação Unindo Talentos, do município de Pouso Alegre – MG, que foi fundada em 2012. Essa associação tem como atividade produtiva o artesanato, especialmente produtos decorativos feitos com papéis recicláveis. Atualmente a associação possui dezoito membros, sendo todos eles mulheres. Além disso, eles recebem apoio da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, e fazem parte do Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária.

3.3 Instrumentos

Em termos de instrumentos, foram utilizados para este trabalho dois: a Escala de Valores Relativos ao Trabalho (EVT), proposta por Porto e Tamayo (2003) e a Escala de Valores Relativos à Economia Solidária, proposta por este trabalho.

A EVT se trata de uma escala, conforme apresentado anteriormente neste trabalho, inicialmente validada por Porto e Tamayo (2003), através de uma estrutura empírica, na análise fatorial exploratória de quatro fatores. Estes fatores indicavam grande consistência, por meio das suas cargas fatoriais que variaram de 0,41 a 0,75, e os índices de confiabilidade (Alfa de Cronbach) foram todos superiores a 0,80. A escala possui 45 itens organizados em quatro fatores, conforme pode ser observado abaixo, e estes itens estão associados a uma escala *Likert* ancorada em cinco pontos de importância. A EVT encontra-se em anexo neste trabalho (ANEXO I – Escala de Valores Relativos ao Trabalho).

TABELA 4 – Fatores, Definições, Itens e Índices de Precisão da EVT

Denominações	Definições	Itens	Índices de Precisão (Alfa de Cronbach)
Realização no Trabalho	Busca de prazer, estimulação e independência de pensamento e ação no trabalho.	15	0,88
Relações Sociais	Busca de relações sociais positivas no trabalho e de contribuição para a sociedade por meio do trabalho.	12	0,88
Prestígio	Busca do exercício da influência sobre outras pessoas e do sucesso no trabalho.	11	0,87
Estabilidade	Busca de segurança e estabilidade financeira por meio trabalho.	7	0,81

Fonte: Porto e Tamayo (2008)

3.3.1 A Elaboração do Instrumento de Pesquisa: Escala de Valores Relativos à Economia Solidária - EVES

Para a construção desta escala baseou-se na revisão de literatura sobre a economia solidária e a teoria e o modelo de elaboração de instrumental psicológico proposto por Pasquali (1999).

O modelo proposto por Pasquali (1999) possui como fundamento três grandes pólos:

- Pólo teórico: relaciona-se a explicitação da teoria sobre o construto para o qual se quer desenvolver o instrumento de medida. No caso do presente trabalho, trata-se dos pressupostos e princípios da economia solidária. Além disso, é neste pólo também que foi realizada a análise semântica dos itens, através do painel de especialistas. Outro fator que merece destaque no pólo teórico é que ele também se relaciona com a operacionalização do construto em itens.
- Pólo Empírico ou Experimental: é neste pólo que se definem as etapas e técnicas de aplicação do instrumento piloto e da coleta de informações que são necessárias para a validação da qualidade psicométrica do instrumento.

- c) Pólo Analítico: refere-se aos procedimentos de análise adotados para a validação do construto. Isto é, os procedimentos de análises estatísticas que foram realizados, no intuito de se validar o instrumento.

Com base nessas proposições, foi possível a construção e a validação de um instrumento, baseado em construtos, cujas etapas e procedimentos podem ser observados na Figura 7, abaixo.

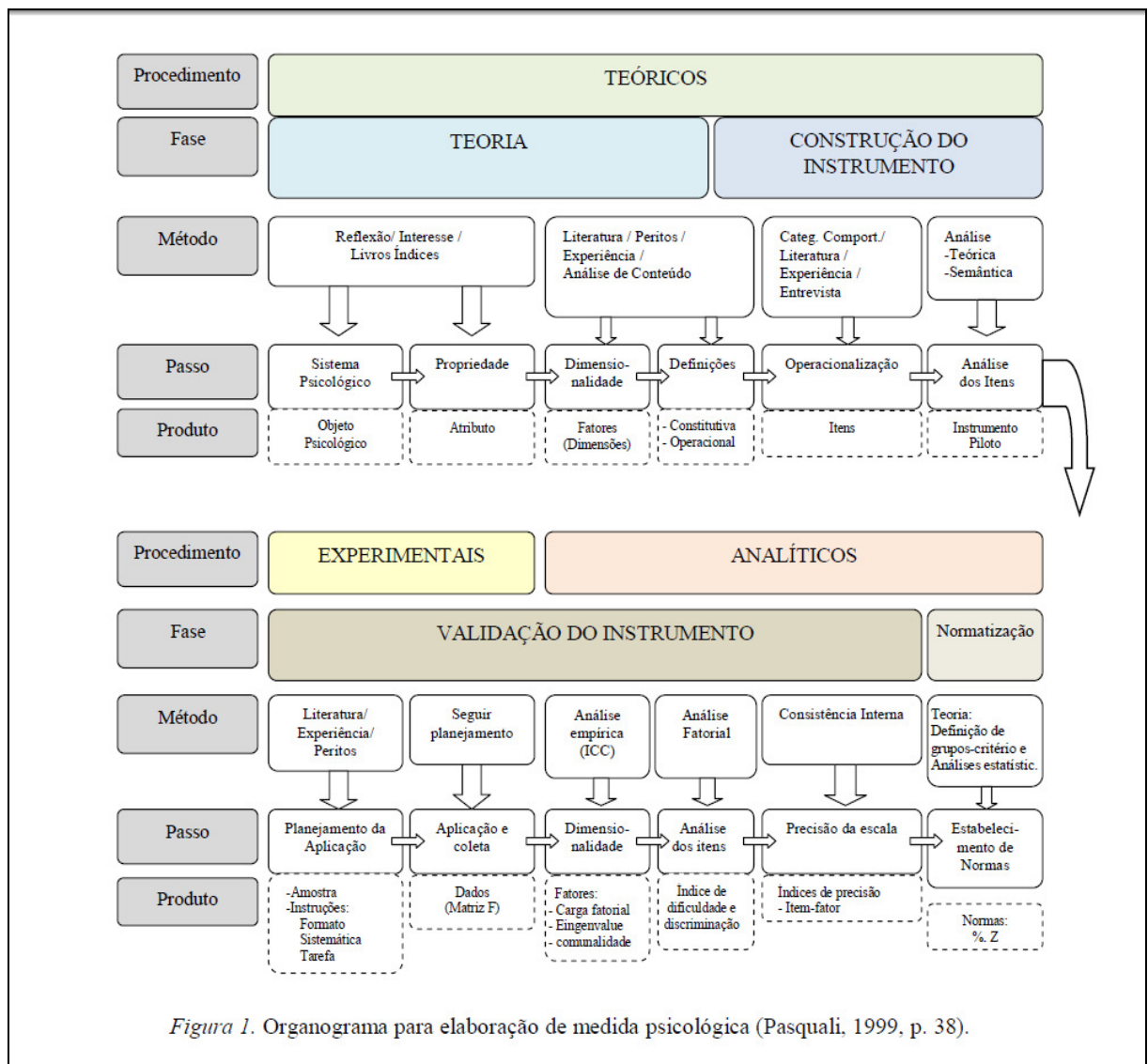


FIGURA 7 – Organograma para Elaboração de Medida Psicológica

Fonte: Pasquali (1999)

A revisão de literatura e o painel de especialistas foram referências muito importantes para os processos de tomada de decisão acerca da propriedade e das dimensões do construto

investigado, isso porque, foi a partir dessas informações que foram definidos os fatores que compuseram a escala. Esses fatores foram concebidos a partir de definições constitutivas e operacionais. Segundo Pasquali (1999, p. 44-45), na definição constitutiva, “o construto é concebido em termos de conceitos próprios da teoria em que ele se insere”. Ainda segundo este autor, isso é de extrema importância no contexto da construção de instrumentos de medida, uma vez que “elas situam o construto exata e precisamente dentro da teoria desse construto, dando, portanto, as balizas e os limites que ele possui” (PASQUALI, 1999, p. 45). Mas, para que as definições constitutivas pudessem ser transformadas em algo mais concreto, isto é, que se relacionem diretamente aos dados empíricos, os fatores foram definidos operacionalmente. Segundo Pasquali (1999), este talvez seja o momento mais crítico na construção dos instrumentos, pois é onde é fundamentada a validade dos instrumentos. Por essa razão, há duas preocupações relevantes: a) as definições dos construtos devem ser realmente operacionais e, b) as definições dos construtos devem ser os mais abrangentes possíveis.

A partir dessas observações tem-se que a:

Definição de um construto é operacional quando o mesmo construto é definido, não mais em termos de outros construtos, mas em termos de operações concretas, isto é, de comportamentos físicos através dos quais o tal construto se expressa (PASQUALI, 1999, p.45).

Observando os critérios das definições constitutivas e operacionais, isto é, a literatura acerca da temática de economia solidária, e o próprio “Movimento da Economia Solidária”, por meio da prática de suas representações, sejam de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos, para a EVES, os fatores foram divididos em duas dimensões de análise, a saber, *Organização do Trabalho e Representações Valorativas da Vida Social*. A partir desses pressupostos foram propostos doze fatores para a construção da escala, nomeados aqui, de valores, cujas definições se encontram a seguir:

Dimensão I - Organização do Trabalho:

- **Autogestão:** consiste na participação igualitária de todos os membros da organização, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a gestão e produção do trabalho.
- **Cooperação:** parte-se do pressuposto de que todos os indivíduos devem agir coletivamente ou interagindo, com vistas ao atingimento de um fim comum.
- **Identificação:** refere-se ao processo de reconhecimento de nós mesmos e dos outros como indivíduos. No processo de identificação, as organizações aparecem ao sujeito como sistemas culturais, simbólicos e imaginários.
- **Trabalho Emancipado:** parte-se da premissa de democratização das relações econômicas e sociais, na busca pela superação da contradição das relações entre trabalho e capital.
- **Tomada de Consciência do Processo Produtivo:** diz respeito à consciência dos trabalhadores em relação à reprodução, de forma que sejam recuperados e reintegrados os indivíduos à riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral.

Dimensão II - Representações Valorativas da Vida Social

- **Cidadania:** refere-se ao conjunto de direitos e deveres que o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. De uma forma mais abrangente, tem-se o conceito de cidadania de Marshall, que o divide em três partes: civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual; o elemento político se deve a entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo; e o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.
- **Consumo Consciente:** diz respeito ao pensamento e à prática de que o ato de consumir produtos e serviços não está relacionado apenas a uma questão de gosto, mas a um ato ético e político. Ao consumir um produto originado de um processo onde há

exploração do trabalho, degradação do meio ambiente, etc., está-se mantendo essas formas de produção.

- **Desenvolvimento Humano:** os indivíduos estão no centro do desenvolvimento, por meio da promoção de seus potenciais, do aumento de suas possibilidades e pela liberdade de sobrevivência.
- **Igualdade:** é um valor que permeia várias relações sociais, desde as de trabalho até as diversas formas de convivência. Entende-se então, a igualdade como a horizontalização das relações acompanhada das devidas responsabilidades.
- **Qualidade de Vida:** consiste no atendimento das necessidades do indivíduo, sejam essas necessidades físicas, mentais, psicológicas, emocionais, etc.
- **Solidariedade:** é o comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, comunitário. Ela visa um caráter de reciprocidades, de ajuda mútua, de troca igualitária entre os que participam de determinadas organizações.

Definidos os fatores, iniciou-se a fase de construção dos itens da escala, que representam operacionalmente o construto em questão. Pasquali (1999) apresenta alguns critérios importantes para a construção dos itens, tais como: a) comportamental: deve expressar um comportamento, não uma abstração ou construto; b) objetividade ou de desejabilidade ou de preferência: nos casos de aptidão, os itens devem cobrir comportamentos que permitam uma resposta certa ou errada; c) simplicidade: um item deve expressar uma única ideia; d) clareza: um item deve ser compreensível para todos os estratos da população alvo do estudo; e) relevância: o item deve ser coerente e ter consistência com o fator definido (neste trabalho, com o valor definido); f) precisão: o item deve possuir a definição de uma posição no contínuo do atributo e ser diferente dos demais itens que compõem o mesmo contínuo; g) variedade: os itens devem ser redigidos em linguagem variada, e deve-se ainda, em caso de escalas de preferência, formular a metade dos itens em termos favoráveis e a outra metade em termos desfavoráveis; h) modalidade: os itens devem representar expressões modais, isto é, não se utilizar de expressões extremadas; i) tipicidade: as frases devem ser elaboradas de forma condizente com o atributo; j) credibilidade: o item deve ser redigido de forma que não pareça ridículo, despropositado ou infantil.

No que se refere ao conjunto de itens, isto é, ao instrumento como um todo, devem ser observados os critérios de a) amplitude: o conjunto dos itens referentes ao mesmo atributo

deve cobrir toda a extensão de magnitude do continuum deste atributo e; b) equilíbrio: os itens do mesmo contínuo devem cobrir igualmente ou proporcionalmente todos os setores do continuum, isto é, itens fáceis, difíceis e médios (para aptidões) ou fracos, moderados e extremos (no caso das atitudes).

A análise dos juízes foi realizada conforme orientações de Pasquali (2009). Esta análise é realizada por juízes, no intuito de estabelecer a compreensão dos itens (análise semântica) e a pertinência dos mesmos ao atributo que pretendem medir. Essa análise da pertinência pode ser denominada análise de construto, haja vista que ela procura verificar precisamente a adequação (conformidade) da representação comportamental do(s) atributo(s) latente(s).

Na análise semântica dos itens, os juízes são especialistas sobre a temática para a qual se quer construir o teste. Duas preocupações são relevantes nesta análise: (1) verificar se os itens são compreensíveis para o estrato mais baixo (de habilidade) da população meta e, por isso, a amostra para essa análise deve ser feita com este estrato; e (2) para evitar deselegância na formulação dos itens, a análise semântica deverá ser feita também com uma amostra mais sofisticada (de maior habilidade) da população meta para garantir a chamada “validade aparente” do teste.

Na análise de conteúdo do teste, os juízes devem ser peritos na área do construto, pois sua tarefa consiste em ajuizar se os itens estão se referindo ou não ao traço em questão. A tarefa dos juízes é afirmar se o item analisado constitui uma representação adequada de tal ou tal fator, como traço latente (PASQUALI, 2009).

3.3.2 Evidências de Validade do Instrumento: Escala de Valores Relativos à Economia Solidária

Após o processo de elaboração dos itens, foram necessárias estratégias para análise do instrumento, de forma que se pudesse identificar evidências de validade do mesmo. Especificamente para este trabalho, foi utilizada a Análise Semântica dos Itens, que se apresenta de acordo com Pasquali (1999) como importante para verificar se todos os itens são compreensíveis a todos os membros da população alvo de estudo.

Inicialmente, o instrumento foi analisado por um painel de especialistas, composto por dois pesquisadores da temática de economia solidária e de trabalho, além de um professor de metodologia científica. Esse painel definiu que o mesmo estava coerente com a temática da economia solidária, e com os pressupostos metodológicos deste trabalho.

Em seguida, a escala foi submetida a um pré-teste, com dez alunos pertencentes à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas – ITCP/UNIFAL - MG. Nesse pré-teste, as afirmativas foram misturadas aleatoriamente, assim como os valores, e apresentados aos estudantes, de forma que os mesmos pudessem relacionar as afirmativas e os valores. Posteriormente a essa análise foi feita uma nova divisão das afirmativas e valores, e houve a extinção do valor 4 – Trabalho emancipado, uma vez que no pré-teste com os estudantes não houve a identificação do valor 4. É importante ressaltar que a ITCP/UNIFAL - MG caracteriza-se como uma entidade de apoio e fomento à economia solidária, e que seus membros, alunos e professores pautam suas ações de incubação dentro dos pressupostos teóricos e empíricos da economia solidária. Por essa razão, os respondentes ao pré-teste encontram-se aptos à compreensão dos termos e tipologias utilizadas no instrumento.

Posterior a essa análise, o inventário foi aplicado ainda a um empreendimento econômico solidário, fora da amostra deste trabalho, composto de 30 membros, de forma que fosse possível verificar novamente se os termos e tipologias encontradas no instrumento estavam coerentes com o entendimento dos membros dos empreendimentos.

Assim, conforme salientado anteriormente, foram feitas algumas modificações, acerca de mudança nas afirmativas e seus respectivos valores, assim como a extinção de um valor – Trabalho Emancipado. Essas alterações foram realizadas para que o instrumento estivesse sempre mais adequado para os respondentes do questionário, com vistas a um melhor direcionamento dos valores atribuídos à economia solidária. Abaixo, é apresentado o instrumento, onde as afirmativas estão divididas pelos seus respectivos valores, instrumento este, que para sua aplicação foram misturadas as afirmativas, aleatoriamente, e foram retiradas as nomeações dos valores (valor 1 – autogestão, etc.).

TABELA 5 – Itens para a Escala de Valores da Economia Solidária

AFIRMATIVAS	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Muito	Concordo Totalmente
Valor 1 - Autogestão						
1. Eu possuo poder de decisão no empreendimento/organização que eu faço parte.	1	2	3	4	5	6
2. Eu não tenho um patrão.	1	2	3	4	5	6
3. Eu me sinto a vontade para participar de qualquer cargo de direção no empreendimento.	1	2	3	4	5	6
4. Eu me sinto proprietário do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
5. Há rotatividade das funções administrativas / diretivas no empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Valor 2 – Cooperação						
1. Todos os membros do empreendimento / organização se comprometem da mesma forma com a realização do trabalho.	1	2	3	4	5	6
2. Eu estou sempre disposto a ajudar os outros membros do empreendimento no desempenho de suas funções.	1	2	3	4	5	6
Valor 3- Identificação						
1. Eu tenho prazer em dizer que faço parte do empreendimento / organização.	1	2	3	4	5	6
2. Trabalhar nesse empreendimento me faz perceber que o dinheiro é o mais importante.	1	2	3	4	5	6
3. Eu me identifico com o ideal do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Valor 4 – Tomada de Consciência do Processo Produtivo						
1. Eu conheço todas as etapas de produção do meu empreendimento.	1	2	3	4	5	6
2. Eu sei a importância da minha atividade para todo o processo de produção.	1	2	3	4	5	6
3. Há diferenças entre trabalhar em uma empresa e um empreendimento econômico solidário.	1	2	3	4	5	6
Valor 5 – Cidadania						
1. Eu participo das atividades comunitárias do meu bairro.	1	2	3	4	5	6
2. Eu cobro ações dos políticos.	1	2	3	4	5	6
3. Eu me interesso por política.	1	2	3	4	5	6
Valor 6 – Consumo Consciente						
1. Eu compro qualquer tipo de produto.	1	2	3	4	5	6
2. Eu consumo produtos além da minha necessidade.	1	2	3	4	5	6
3. Eu sempre busco informações da origem dos produtos e serviços que eu consumo.	1	2	3	4	5	6

Valor 7– Desenvolvimento Humano						
1. O meu trabalho no empreendimento contribui para uma mudança no meu modo de vida.	1	2	3	4	5	6
2. Eu me sinto reconhecido pelo trabalho que desempenho no meu empreendimento.	1	2	3	4	5	6
3. No empreendimento há possibilidade de qualificação / treinamento.	1	2	3	4	5	6
Valor 8 – Igualdade						
1. Há espaço no empreendimento para que todos apresentem suas ideias.	1	2	3	4	5	6
2. Considero que todas as pessoas têm condições iguais de trabalho	1	2	3	4	5	6
3. As pessoas que estudaram merecem uma remuneração melhor do que aquelas que não estudaram.	1	2	3	4	5	6
4. Existem funções mais importantes do que outras dentro do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Valor 9 – Qualidade de Vida						
1. O desempenho do meu trabalho me transforma em uma pessoa melhor.	1	2	3	4	5	6
2. Eu consigo equilibrar a relação entre trabalho, lazer e família.	1	2	3	4	5	6
3. A minha remuneração me permite viver bem.	1	2	3	4	5	6
4. Eu tenho satisfação no desempenho do meu trabalho.	1	2	3	4	5	6
Valor 10 – Solidariedade						
1. Eu prefiro que somente meus amigos e familiares façam parte do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
2. Eu tenho o hábito de ajudar outras pessoas.	1	2	3	4	5	6
3. Eu desenvolvo ações em prol da minha comunidade.	1	2	3	4	5	6
4 – É comum que eu deixe os meus interesses pessoais de lado em prol do interesse coletivo do empreendimento.	1	2	3	4	5	6

Fonte: Elaborada pela autora.

Posteriormente, foram iniciados os procedimentos experimentais, com a aplicação da Escala de Valores Relativos à Economia Solidária a 174 respondentes, de acordo com a amostra já apresentada neste trabalho. A coleta de dados se deu por meio de visitas aos empreendimentos, e as escalas foram aplicadas individualmente em cada de seus membros que estavam no EES no momento da visita. O instrumento foi composto por questões fechadas, com a utilização da escala *Likert*, de escolha forçada (visando levar as pessoas a se posicionarem), para medição, obedecendo a seguinte ordem:

1 – Discordo totalmente (D.T.)

2 – Discordo muito (D.M.)

- 3 – Discordo pouco (D.P.)
- 4 – Concordo pouco (C.P)
- 5 – Concordo muito (C.M.)
- 6 – Concordo totalmente (C.T.)

Após a aplicação do instrumento – Escala de Valores Relativos à Economia Solidária, foram iniciados os procedimentos para a análise, de forma que fosse possível encontrar evidências de validação da escala construída.

3.4 - Análise dos Dados

3.4.1 – Análise dos Dados da Escala de Valores Relativos à Economia Solidária

De forma que fosse possível verificar se todos os fatores medem um único e mesmo construto, foram realizadas análises fatoriais, para determinar quantos fatores são medidos pelo instrumento. De acordo com Pasquali (1999, p. 61) a análise fatorial:

Mostra o que o instrumento está medindo, isto é, os fatores, bem como os itens que compõem cada fator. Ela produz, para cada item, a carga fatorial (saturação) deste no fator e esta carga fatorial indica a covariância entre o fator e o item. Isto quer dizer, a carga fatorial mostra quanto por cento existe de parentesco (covariância) entre o item e o fator, de sorte que quanto mais próximo de 100% de covariância item-fator, melhor será o item, pois ele assim se constitui num excelente representante comportamental do fator (PASQUALI, 1999, p. 61).

Segundo Malhotra (2001), na análise fatorial as variáveis não são classificadas como independentes ou dependentes; o que acontece é justamente o contrário, todo o conjunto de relações interdependentes entre variáveis são analisadas. Ainda segundo este autor, o objetivo da análise fatorial é a redução e sumarização dos dados, sendo o fator definido como “uma dimensão subjacente que explica as correlações entre um conjunto de variáveis” (MALHOTRA, 2001, p. 504).

As cargas fatoriais são expressas de forma similar aos índices de correlação, podendo ir de – 1,00 a + 1,00. De acordo com Pasquali (1999) para que um item seja considerado útil ao fator, ele deve apresentar uma carga fatorial de no mínimo 0,30 (positivo ou negativo). Porém, um

fator poderá ser considerado como de má representação se todos os seus itens apresentarem cargas próximas a 0,30, esperando-se assim, cargas com valor superior.

Neste trabalho, em relação à amostra obtida nos empreendimentos econômicos solidários, fez-se um tratamento preliminar dos dados, onde foi possível identificar a ocorrência de *missing values* inferiores a 5% (casos faltosos), os quais foram eliminados das análises. Foram retirados da escala os itens que apresentaram carga fatorial inferior a 0,30. Todos os demais itens do inventário foram mantidos nas análises, pois apresentaram carga fatorial superior a 0,30 e nenhuma ambiguidade. O índice de Kaiser-Meyer-Olkin ($KMO = 0,724$) e o teste de esfericidade de Bartlett (significativo a $p < 0,001$) indicaram a fatorabilidade dos dados. A amostra conseguida para a realização da análise fatorial do EVES, como mencionada anteriormente, foi de 174 respondentes, com respostas válidas, de forma que fosse possível atender ao definido por Hair et al (2005, p. 98) que mencionam que “(...) de preferência o tamanho da amostra deve ser maior ou igual a 100. Como regra geral, o mínimo é ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis a serem analisadas (...).”

Nesse sentido, a análise de componentes principais foi realizada, objetivando a determinação do número mínimo de fatores que pudessem responder pela máxima variância dos dados. Posteriormente, a análise de fatores comuns foi realizada, no intuito de identificação das dimensões ou construtos latentes, sendo a solução de fatores semelhante à fornecida pela análise de componentes principais. A partir daí foram feitas a rotação ortogonal varimax, conforme sugerida por Tabachnick e Fidell (1996).

Outro aspecto importante a ser considerado para a identificação de evidências de validade de um instrumento é a consistência interna dos itens, isto é, a fidedignidade ou a precisão do instrumento. Neste intuito, foi utilizada a técnica do Alfa de Cronbach. Esta se apresenta como uma medida de validação de constructo, que toma como referência a média do comportamento da variabilidade conjunta dos itens considerados. A pressuposição é que se um conjunto descreve com fidelidade um conceito, as variáveis ou itens que o compõe são fortemente correlacionados. Segundo Malhotra (2001) o coeficiente Alfa de Cronbach é “uma forma de confiabilidade de consistência interna em que os itens que constituem a escala são divididos em duas metades e os meio-escores são correlacionados” (MALHOTRA, 2001, p. 264). O coeficiente pode variar de 0 a 1, existindo na literatura várias sugestões de corte para a validação do constructo pelo Alfa de Cronbach, sendo 0,60 o valor mínimo recomendado.

Contudo, o pesquisador deve ter sensibilidade para perceber o corte mais apropriado ao seu conceito (HAIR et al, 2005).

3.4.2 - Análise dos Dados da Escala de Valores Relativos ao Trabalho

Para a análise da Escala de Valores do Trabalho foi utilizada a Técnica de Análise da Estrutura de Similaridades (*Smallest Space Analysis - SSA*), uma vez que devido ao tamanho da amostra desse estudo, não é recomendável a utilização da análise fatorial, além de que a escala já foi validada anteriormente. Essa técnica possibilita trabalhar com um grande número de itens, sendo que a sua qualidade não está diretamente relacionada ao tamanho da amostra (FARLEY e COHEN, 1974).

Pertencente ao grupo das Técnicas Escalares Multidimensionais, essa técnica estatística possibilita a transformação em distâncias euclidianas de distâncias de natureza social, por meio de representações espaço-geométricas, baseadas em julgamentos de similaridade, isto é, uma matriz de correlação entre n variáveis, é processada no espaço euclidiano (ROAZZI, 1995).

Nesse modelo, as distâncias entre os pontos assinalados no plano geométrico correspondem a distâncias reais do fenômeno em estudo. Quanto maior for a correlação entre duas variáveis, na projeção elas aparecerão mais próximas, sendo o contrário também verdade. Assim, as variáveis formarão regiões de continuidade ou de descontinuidade, representando, espacialmente, as correlações entre as diferentes variáveis analisadas.

Esta técnica é considerada por Bloombaum (1970), como apresentando mais vantagens do que a Análise Fatorial, em especial para estudos onde se busca a redução do número de variáveis, e se encontram muito correlacionadas, isso porque, a SSA tem como base a ordem dos coeficientes de correlação, e não as magnitudes das variáveis.

Nesse sentido, foi utilizada nesta tese, a ferramenta de Escala Multidimensional (*ALSCAL - Alternating Least Squares SCALing*), disponibilizada pelo programa computacional SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*) para aplicação da técnica SSA (*Singular*

Spectrum Analysis - Sum of Squares Among Groups). Trata-se de um software que auxilia em análises estatísticas, para o processamento de um banco de dados.

3.4.3 - Análise Comparativa dos Valores Atribuídos ao Trabalho e Valores Atribuídos à Economia Solidária

Outra análise realizada neste trabalho, conforme salientado anteriormente é a análise comparativa entre os valores que são atribuídos ao trabalho e os valores atribuídos à economia solidária. Esta análise se justifica, uma vez que, a economia solidária nasce como uma proposta de trabalho, e não de assistência social, e por essa razão, precisa ter relações diretas com os valores que cada indivíduo atribui ao trabalho.

Portanto, esta análise comparativa dos dados envolveu a utilização de técnicas estatísticas descritivas e de análise de associação dos fatores das Escalas de Valores Relativos ao Trabalho e de Valores Relativos à Economia Solidária.

Para isso, inicialmente foi verificado se havia correlações entre os fatores das duas escalas. O objetivo da análise de correlação foi o de medir a intensidade ou grau de associação linear entre as duas variáveis. A ideia básica é a da existência de relações entre as variáveis por um coeficiente. Este coeficiente é igual a 0,00 quando duas variáveis são absolutamente independentes entre si, ou seja, não existe qualquer relação entre elas. Pode assumir um valor máximo de +1,00, quando a associação for positiva e o mais forte possível. Pode também assumir um valor máximo, de - 1,00, quando a associação for negativa e forte.

Assim, neste trabalho foi utilizado o coeficiente de correlação Pearson, a fim de verificar se os fatores das escalas estão associados e qual a direção e intensidade dessa associação (MALHOTRA, 2001).

Além disso, para a análise comparativa foi utilizada também a Análise de Cluster ou Agrupamento. Sua finalidade primária é, para Hair et al (2005) agregar objetos com base nas características que eles possuem. Ela classifica objetos, como os indivíduos/respondentes, de modo que cada objeto seja muito semelhante aos outros no agrupamento em relação a algum critério de seleção predeterminado. Dentro de cada conglomerado deve existir uma elevada homogeneidade e elevada heterogeneidade externa entre os conglomerados.

Entretanto, é importante ressaltar que os objetos dentro de cada agrupamento tendem a ser semelhantes, mas diferem de objetos em outros conglomerados. Os agrupamentos devem demonstrar expressiva homogeneidade interna (dentro dos agrupamentos) e elevada heterogeneidade externa (entre agrupamentos). Dessa forma, numa classificação bem sucedida os objetos dentro dos agrupamentos estarão próximos quando forem representados em gráficos e agrupamentos distintos estarão distantes (HAIR et al, 2005).

Foi utilizada a técnica Hierárquica Aglomerativa. Os procedimentos hierárquicos envolvem a construção de uma hierarquia de uma estrutura do tipo árvore. O agrupamento hierárquico pode ser iniciado com a colocação de todos os objetos de estudo em um conglomerado, e ir dividindo e subdividindo-os até que todos os objetos estejam sozinhos em seus próprios conglomerados, caracterizando-se por uma abordagem de cima para baixo ou de decisão. Para MALHOTRA (2001) e HAIR et al (2005) este é o processo de método divisivo, ou seja, esse método começa com um grande agregado que contém todas as observações (objetos), que em passos sucessivos são separados e transformados em agrupamentos menores até que cada observação seja um agrupamento por si mesmo.

Uma das características mais importantes dos procedimentos hierárquicos é que os resultados de um estágio anterior são sempre alinhados com os resultados de um estágio posterior, criando assim algo parecido com uma árvore, como já mencionado anteriormente.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da presente tese. Esses se referem às evidências de validade da Escala de Valores da Economia Solidária, construído proposto e validado por este trabalho. Além disso, foi analisada também, conforme já apresentado anteriormente a Escala de Valores do Trabalho, assim como os resultados da Análise Comparativa entre os valores atribuídos à Economia Solidária e os valores atribuídos ao Trabalho. Sendo assim, esses resultados são apresentados a seguir.

4.1 Evidências de Validade da Escala de Valores da Economia Solidária

Os resultados estatísticos da pesquisa indicaram a existência de 6 fatores com *eigenvalue* superior a 1,0, os quais explicavam 58% da variância total. Posteriormente a essa análise, foi feita a análise da precisão do instrumento, por meio do método de consistência interna (coeficiente alfa de Cronbach), dos 6 fatores encontrados. Destes, dois apresentaram consistência interna superior a 0,60, indicando confiabilidade satisfatória da consistência interna em pesquisa exploratória, conforme Hair et al (2005). Entretanto, um terceiro fator, que apresentou alfa de Cronbach igual a 0,524 foi mantido nas análises, em razão da sua relevância teórica, para a consolidação do instrumento (Fator 3). O critério de relevância foi definido com base na literatura acerca da temática de economia solidária, uma vez que a autogestão se apresenta como a principal forma de organização do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. Sendo assim, a escala foi reduzida a 3 fatores, com 13 itens.

Na Tabela 6, a seguir, encontram-se os resultados da análise acima mencionada, sistematizadamente, para o Fator Cooperação e Solidariedade, com uma descrição geral do fator, seus itens correspondentes na Escala de Valores da Economia Solidária, bem como os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular, e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 6 – Fator Cooperação e Solidariedade

Cooperação e Solidariedade ($\alpha = 0,64$ / Média =4,71)		
Este fator tem como característica a predominância de valores associados à busca de ideais coletivos. Além disso, visa o comprometimento com o trabalho cooperativo, comunitário, em caráter de reciprocidade, de ajuda mútua, de troca igualitária entre os que participam de determinadas organizações.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
2. É comum que eu deixe os meus interesses pessoais de lado em prol do interesse coletivo do empreendimento.	Média: 4,01	Dp: 1,36
3. Eu desenvolvo ações em prol da minha comunidade.	Média: 4,12	Dp: 1,43
5. Eu estou sempre disposto a ajudar os outros membros do empreendimento no desempenho de suas funções.	Média: 5,24	Dp: 0,742
6. Eu me identifico com o ideal do empreendimento.	Média: 4,98	Dp:0,925
10. Eu sei a importância da minha atividade para todo o processo de produção.	Média: 4,91	Dp: 0,985
13. Há espaço no empreendimento para que todos apresentem suas ideias.	Média: 5,01	Dp: 1,261

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 7, abaixo, são apresentados os resultados referentes ao Fator identificação e Desenvolvimento Humano, sistematizadamente, com uma descrição geral do mesmo e os itens correspondentes na Escala de Valores da Economia Solidária. Além disso, são apresentados também os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular, e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 7 – Fator Identificação e Desenvolvimento Humano

Identificação e Desenvolvimento Humano ($\alpha = 0,68$ / Média =4,97)		
Este fator refere-se ao processo de pertencimento, de fazer parte, de tomar parte, de forma a se agir dentro da realidade. Além disso, parte do pressuposto de que os indivíduos estão no centro do desenvolvimento, por meio da promoção de seus potenciais, do aumento de suas possibilidades e pela liberdade de sobrevivência.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
7. Eu me sinto reconhecido pelo trabalho que eu desempenho no meu empreendimento.	Média: 4,48	Dp: 1,229
11. Eu tenho prazer em dizer que faço parte do empreendimento/organização.	Média: 5,26	Dp: 0,960
16. O desempenho do meu trabalho me transforma em uma pessoa melhor.	Média: 5,13	Dp: 1,031
17. O meu trabalho no empreendimento contribui para uma mudança no meu modo de vida.	Média: 5,01	Dp: 1,051

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 8, a seguir, encontram-se os resultados referentes ao Fator Autogestão, organizados sistematizadamente, a partir de sua descrição geral e os itens correspondentes na Escala de Valores da Economia Solidária, bem como os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular, e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 8 – Fator Autogestão

Autogestão ($\alpha = 0,52$ / Média =3,96)		
Este fator consiste na participação igualitária de todos os membros da organização, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a gestão e produção do trabalho.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
5. Eu me sinto proprietário do empreendimento.	Média: 3,09	Dp: 1,921
8. Eu não tenho padrão.	Média: 4,74	Dp: 1,583
9. Eu possuo poder de decisão no empreendimento/organização que eu faço parte.	Média: 4,03	Dp: 1,723

Fonte: Dados da Pesquisa.

A consistência interna também foi calculada para todo o inventário, apresentando um Alfa de Cronbach no valor de 0,742. Esses três fatores explicam 39,33% da variância total, caracterizando assim, um bom resultado em um estudo exploratório, segundo Pasquali (1999). Os fatores foram denominados segundo sua característica geral e as relações com os valores da economia solidária, identificados neste trabalho.

Na Tabela 9, é apresentada a matriz fatorial dos Itens da Escala de Valores da Economia Solidária, com o agrupamento dos itens pelas dimensões às quais são pertencentes, assim como seus *eigenvalues* e os valores da variância explicada.

TABELA 9– Matriz Fatorial dos Itens da Escala de Valores da Economia Solidária

Item	Fator 1	Fator 2	Fator 3
1	0,450		
2	0,527		
3	0,732		
4	0,656		
5	0,549		
6	0,370		
7		0,547	
8		0,689	
9		0,748	
10		0,676	
11			0,633
12			0,605
13			0,653
Eingevalues	3,807	1,750	1,522
% Variância Explicada	21,150	9,725	8,452

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base nesse agrupamento de fatores, apresentados na Tabela 9, pode-se tecer algumas características gerais, para esses fatores. O primeiro deles, Cooperação e Solidariedade, tem relação direta com os pressupostos da economia solidária, em que se preza uma inversão de valores tradicionalmente encontrados em organizações heterogestionárias, tais como a busca de cooperação entre os membros dos empreendimentos econômicos solidários, e a solidariedade, não somente entre os membros, mas com toda a sociedade, de uma forma geral. É importante ressaltar, que este fator foi o que apresentou maior grau de concordância, podendo indicar a identificação desses valores entre os atores da economia solidária, assim como a relevância de que esses sejam compartilhados dentro e fora dos empreendimentos.

O segundo fator, Identificação e Desenvolvimento Humano, tem relação direta com o sentimento de pertencimento ao movimento da economia solidária, identificando-o como uma estratégia de desenvolvimento e de geração de trabalho e renda. Além disso, há neste fator também a concepção acerca do papel importante e central que os indivíduos precisam ocupar, seja no ambiente coletivo dos empreendimentos, ou mesmo enquanto pertencentes a um determinado espaço e contexto social. A predominância de alto grau de concordância com este fator pode indicar esse novo papel tanto da economia solidária em si, como também das

relações estabelecidas nesse novo contexto, de busca de uma sociedade mais justa, e que prime pelas pessoas, pelo desenvolvimento humano.

O terceiro e último fator, Autogestão, pode ser compreendido como um dos pilares para as organizações pertencentes à economia solidária. A autogestão diz respeito a um compartilhamento de todo o processo de trabalho, e sobretudo, de decisão, a todos os membros dos EES, sem distinção de cargo ou de função. Um alto resultado nesse fator é muito importante para os pressupostos da economia solidária, por ser o tipo de organização do trabalho desejável.

Explicitados os fatores, pode-se observar também, na Tabela 10, o número de itens, a média, o desvio padrão de cada dimensão, assim como seus índices de fidedignidade (alfa de Cronbach). É importante salientar que o cálculo da média foi feito pelo somatório total dividido pelo número de itens, uma vez que cada fator apresenta diferenças na quantidade dos itens que o compõe.

Ainda na Tabela 10, pode-se observar que o fator que apresentou maior índice de concordância da amostra pesquisada foi o fator 2 – Identificação e Desenvolvimento Humano, relacionando que os respondentes concordam muito com as afirmativas. O mesmo acontece com o fator 1 – Cooperação e Solidariedade, em que os respondentes tendem a também concordar muito com as afirmativas. Essa predominância de respostas apresenta-se como de fundamental importância, uma vez que reafirma os pressupostos da economia solidária, relacionados aos fatores acima mencionados.

Já o fator 3 – Autogestão, apresentou um índice de concordância não tão significativo, uma vez que os respondentes tenderam a concordar pouco com as afirmativas. Apesar da autogestão ser um pressuposto essencial dentro dos preceitos da economia solidária, para o desenvolvimento do trabalho coletivo, alcançar a autogestão ainda se apresenta como um desafio. Isso porque, a grande maioria dos membros dos EES são provenientes de outros tipos de organização, heterogestionárias, trazendo assim, costumes e práticas próprias desse tipo de organização, enraizadas.

TABELA 10 – Propriedades das Dimensões (fatores) do EVES

Propriedade	Item (n)	Média	Desvio padrão	Alfa de Cronbach
1. Cooperação e Solidariedade	6	4,71	0,69	0,64
2. Identificação e Desenvolvimento Humano	4	4,97	0,77	0,68
3. Autogestão	3	3,96	1,25	0,53
Escala Total	13			

Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro fator que merece destaque na Tabela 10, é que os índices de fidedignidade encontrados podem ser considerados satisfatórios para um estudo exploratório, pois conforme salientado por Hair et al (2005), o valor de 0,60 é aceitável como um valor de alfa de Cronbach, neste tipo de pesquisa. Esse valor pode ser justificado por um pequeno número de itens de cada fator.

4.2 Escala de Valores do Trabalho

A configuração no espaço euclidiano para a SSA resultou da relação entre 45 itens correspondentes às questões dos atributos descritivos presentes na Escala de Valores do Trabalho – EVT, sendo estes delimitados e agrupados, em razão da proximidade, por linhas a partir do ponto zero do gráfico. É importante ressaltar que a configuração no espaço geográfico para a SSA dos atributos valorativos demonstrou a necessidade de se suprimir os itens E, J, Q, S, T, U, V, Z, EE, GG e LL das análises, uma vez que esses itens não foram assinalados no espaço euclidiano, podendo essa situação ter sido ocasionada pela elevada proximidade com outros itens, não se podendo assim, prever onde os itens estariam alocados. Dessa forma, foram analisadas as configurações de 34 itens da escala.

A partir da técnica Alfa de Cronbach, pôde ser aferida e validada a consistência interna destes agrupamentos, isso porque, esta técnica fornece um parâmetro para medição da possibilidade de um conjunto de itens ou variáveis estar relacionado a um único fator. Em todos os casos, o coeficiente α (que varia entre 0 e 1) indicou valores elevados e próximos a 1,0, indicando assim alta consistência dos itens analisados.

Os resultados aferidos pela aplicação da técnica SSA permitiram o agrupamento de quatro fatores na categoria de atributos descritivos, aqui designados como: Prestígio; Crescimento no Trabalho; Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais.

Na Tabela 11, a seguir, encontram-se os resultados dessa análise, de forma sistematizada, para o Fator Prestígio, com uma descrição geral do mesmo e os itens correspondentes na Escala de Valores do Trabalho. Além disso, são apresentados também os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 11 – Fator Prestígio

Prestígio ($\alpha = 0,70$ / Média =2,93)		
Este fator refere-se à busca de autoridade, sucesso profissional e poder de influência sobre os outros indivíduos no trabalho.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
L. Satisfação Pessoal.	Média: 4,11	Dp: 0,804
P. Seguir a profissão da família.	Média: 2,06	Dp: 1,215
R. Status no Trabalho.	Média: 3,04	Dp: 1,119
X. Ter prestígio.	Média: 3,34	Dp: 1,083
HH. Ter fama.	Média: 2,07	Dp: 1,153
II. Ter notoriedade.	Média: 2,93	Dp: 1,146

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 12, abaixo, são apresentados os resultados da análise do Fator Crescimento no Trabalho, sistematizadamente, com uma descrição geral do mesmo e os itens correspondentes na Escala de Valores do Trabalho. Podem ser observados também, na mesma tabela, os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 12 – Fator Crescimento no Trabalho

Crescimento no Trabalho		
($\alpha = 0,75$ / Média = 2,45)		
Este fator refere-se à busca de ascensão no trabalho, com vistas a maiores possibilidades de responsabilidades e supervisão.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
F. Competitividade.	Média: 2,13	Dp: 1,105
Z. Supervisionar outras pessoas.	Média: 2,28	Dp: 1,119
BB. Competir com os colegas de trabalho para alcançar as minhas metas profissionais.	Média: 1,94	Dp: 1,131
FF. Ter superioridade baseada no êxito do meu trabalho.	Média: 2,31	Dp: 1,229
OO. Trabalho variado.	Média: 3,52	Dp: 1,018
QQ. Obter posição de destaque.	Média: 2,51	Dp: 1,106

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Tabela 13, a seguir, refere-se ao Fator Realização no Trabalho, com uma descrição geral do mesmo e os itens correspondentes na Escala de Valores do Trabalho. Além disso, são apresentados também os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 13 – Fator Realização no Trabalho

Realização no Trabalho		
($\alpha = 0,85$ / Média = 3,91)		
Este fator refere-se à busca de prazer, realização pessoal e profissional, por meio do estímulo à independência de pensamento e ação no trabalho por meio da autonomia intelectual, da criatividade e da contribuição para a sociedade.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
C. Combater injustiças sociais.	Média: 3,96	Dp: 0,958
D. Realização profissional.	Média: 3,97	Dp: 0,846
G. Trabalho intelectualmente estimulante.	Média: 3,67	Dp: 0,933
H. Autonomia para estabelecer a forma de realização no	Média: 3,85	Dp: 0,919

trabalho.

N. Crescimento intelectual.	Média: 3,93	Dp: 0,871
DD. Colaborar para o desenvolvimento da sociedade.	Média: 3,82	Dp: 0,852
KK. Ajudar os outros.	Média: 4,14	Dp: 0,795
MM. Enfrentar desafios.	Média: 3,70	Dp: 0,993
PP. Aprimorar conhecimentos da minha profissão.	Média: 4,10	Dp: 0,883
SS. Trabalho que requer originalidade e criatividade.	Média: 3,70	Dp: 0,915
TT. Colaborar com colegas de trabalho para alcançar as metas de trabalho no grupo.	Média: 4,19	Dp: 0,807

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 14, abaixo, são apresentados os resultados referentes ao Fator Estabilidade e Relações Sociais, contendo uma descrição geral do mesmo e os itens correspondentes na Escala de Valores do Trabalho, bem como os valores dos parâmetros estatísticos da média e do desvio-padrão obtidos para cada item em particular e os valores da média e de α para o conjunto geral das respostas.

TABELA 14 – Fator Estabilidade e Relações Sociais

Estabilidade e Relações Sociais ($\alpha = 0,85$ / Média = 3,99)		
Este fator refere-se à busca de segurança e ordem na vida por meio do trabalho, possibilitando suprir materialmente as necessidades pessoais, além disso, refere-se também à busca de relações sociais positivas no trabalho e de contribuição positiva para a sociedade por meio do trabalho.		
Itens da Escala	Média	Desvio Padrão
A. Estabilidade Financeira.	Média: 3,93	Dp: 0,787
B. Ser independente financeiramente.	Média: 4,02	Dp: 0,814
I. Poder me sustentar.	Média: 4,22	Dp: 0,720
K. Conhecer pessoas.	Média: 4,01	Dp: 0,833
M. Trabalho interessante.	Média: 3,80	Dp: 0,824
Y. Bom relacionamento com os colegas de trabalho.	Média: 4,11	Dp: 0,836
AA. Amizade com os colegas de trabalho.	Média: 4,06	Dp: 0,788
CC. Ter compromisso social.	Média: 3,66	Dp: 0,924

JJ. Estabilidade no Trabalho.	Média: 3,75	Dp: 0,820
NN. Ser feliz com o trabalho que realizo.	Média: 4,33	Dp: 0,738
RR. Ter melhores condições de vida.	Média: 3,97	Dp: 0,921

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados da utilização da técnica SSA também indicaram a adequação de uma solução bidimensional, em que os fatores presentes no espaço euclidiano apresentam relações de adjacências e distanciamentos. Estas relações são norteadas por duas dimensões bipolares, a saber: Características Laborais *versus* Características Pessoais e Significação Coletiva *versus* Significação Individual (Figura 8).

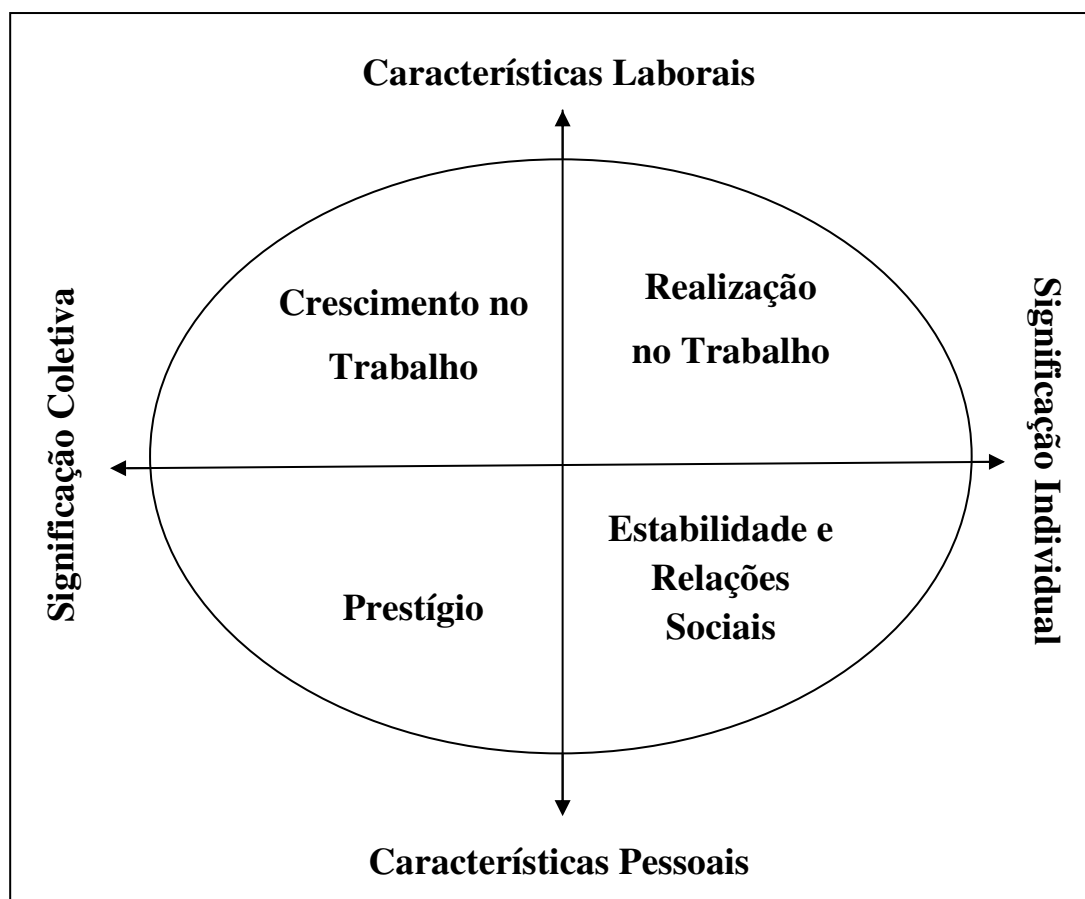


FIGURA 8 – Estrutura dos Atributos Descritivos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na dimensão “Características Pessoais” está designando a noção de características que são tidas como importantes para o próprio indivíduo. São valores que são considerados

importantes, individualmente atribuídos e introjetados. Pela dimensão “Características Laborais”, se compreende aquelas características que são desejáveis para o desenvolvimento do trabalho em si. Essas características podem ser estabelecidas pelo próprio indivíduo, ou pelo coletivo de trabalhadores.

A outra dimensão “Significação Coletiva *versus* Significação Individual” faz menção à forma como os indivíduos significam as suas práticas no ambiente de trabalho, seja de forma individual ou de forma coletiva. Essa significação tem relação com os valores estabelecidos para o desenvolvimento do trabalho, que são socialmente aceitos, e na grande maioria das vezes são valores “desejáveis” nas relações sociais que são estabelecidas entre os indivíduos.

4.3 Análise Comparativa dos Valores Atribuídos ao Trabalho e Valores Atribuídos à Economia Solidária

Para a análise da relação entre os fatores das escalas, foram utilizadas técnicas estatísticas de análise de associação dos fatores dos construtos de Valores do Trabalho e de Valores da Economia Solidária.

Antes de analisar as correlações foram analisados se os dados satisfaziam aos pressupostos de normalidade. Segundo o teste *Shapiro-Wilk*, todos os fatores atenderam aos pressupostos de normalidade ($p < 0,05$).

Nesse sentido, para que pudesse ser verificado se havia correlações entre os fatores das duas escalas acima mencionadas, foi utilizada a análise de correlação de Pearson, visando verificar se os fatores das duas escalas estavam associados, e qual a direção e intensidade dessa associação, quando ela existe.

Visando verificar se havia associação entre as médias dos fatores da Escala de Valores da Economia Solidária e a Escala de Valores do Trabalho, foi realizada a Correlação de *Pearson*, cujos resultados constam na Tabela 15.

TABELA 15 – Correlação de Pearson entre Valores da Economia Solidária e Valores do Trabalho

FATORES	Cooperação e Solidariedade	Identificação e Desenvolvimento Humano	Autogestão	Prestígio	Crescimento no Trabalho	Realização no Trabalho	Estabilidade e Relações Sociais
Cooperação e Solidariedade	1	0,355**	0,398**	0,129	0,252**	0,343**	0,360**
Identificação e Desenvolvimento Humano	0,355**	1	0,297**	0,242**	0,229**	0,295**	0,340**
Autogestão	0,398**	0,297**	1	0,159*	0,240**	0,096	0,176*
Prestígio	0,129	0,242**	0,159*	1	0,538**	0,326**	0,523**
Crescimento no Trabalho	0,252**	0,229**	0,240**	0,538**	1	0,408**	0,404**
Realização no Trabalho	0,343**	0,295**	0,096	0,326**	0,408**	1	0,731**
Estabilidade e Relações Sociais	0,360**	0,340**	0,176*	0,523**	0,404**	0,731**	1

*Correlação significativa $p < 0,05$.

**Correlação significativa $p < 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à correlação dos fatores, observa-se na Tabela 14 indicações importantes, que reforçam as características procuradas ao relacionar os valores atribuídos à Economia Solidária e ao Trabalho.

O primeiro fator analisado, relacionado aos valores atribuídos à Economia Solidária, o fator Cooperação e Solidariedade apresentou correlação significativa com os fatores Crescimento no Trabalho, Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais (relacionados aos Valores do Trabalho), indicando que:

- Quanto maior a identificação com o valor cooperação e solidariedade (da economia solidária) maior a identificação com os valores de crescimento, realização e estabilidade e relações sociais (valores do trabalho).
- A evidência dessa correlação significativa demonstra que os pressupostos de cooperação e solidariedade se articulam como uma forma de trabalho, e não de assistência social, como defendido por muitos. Nesse sentido, significa dizer, que também nos empreendimentos econômicos solidários há a busca de elementos tais como prazer, realização pessoal e profissional, segurança e ordem na vida, por meio do trabalho.
- Ainda neste fator, uma questão merece destaque. Refere-se a não existência de correlação significativa entre Cooperação e Solidariedade e o fator Prestígio. Essa inexistência de correlação é perfeitamente compreensível, uma vez que o fator Prestígio diz respeito à busca de autoridade e poder de influência sobre os outros indivíduos no trabalho, valores e práticas inversos àquelas relacionadas à Cooperação e Solidariedade.

O segundo fator analisado, relacionado aos valores atribuídos à Economia Solidária, o fator Identificação e Desenvolvimento Humano apresentou correlação significativa com todos os outros fatores analisados, isto é:

- Quanto maior a identificação com o valor identificação e desenvolvimento humano (da economia solidária) maior a identificação com os valores de crescimento, realização, estabilidade e relações sociais e prestígio (valores do trabalho).

- Isso pode ser justificado uma vez que este fator está diretamente relacionado com questões de realização no trabalho que necessariamente estão associados aos diversos valores do trabalho, propriamente ditos, independente de que contexto eles se insiram. Essas questões possuem relação direta com os valores atribuídos ao Trabalho, uma vez que esses valores partem de uma percepção do indivíduo, própria e pessoal.

O terceiro fator analisado, ainda relacionado aos valores atribuídos à Economia Solidária, o fator Autogestão apresentou correlação significativa com os fatores Prestígio, Crescimento no Trabalho, e Estabilidade e Relações Sociais (relacionado aos Valores do Trabalho), isto é:

- Quanto maior a identificação com o valor autogestão (da economia solidária) maior a identificação com os valores de crescimento, estabilidade e relações sociais, e prestígio (valores do trabalho).
- A correlação significativa com entre autogestão e os Valores atribuídos ao Trabalho demonstram que, mesmo em outras formas de organização do trabalho, que não as tradicionalmente reconhecidas, tais como a autogestão, o trabalho ocupa papel primordial na vida dos indivíduos, estimulando-os e realizando-os.

Entretanto, ainda relacionado à Autogestão, apenas um fator não apresentou correlação significativa, o fator Realização no Trabalho. Essa inexistência de correlação pode demonstrar que os indivíduos não estabelecem fortes relações entre a sua realização individual, enquanto sujeito no trabalho, com o processo de trabalho coletivo. Assim, pode-se dizer, que a Realização no Trabalho está muito mais relacionada a aspectos subjetivos do indivíduo, tais como ajudar os outros, colaborar com colegas de trabalho, do que pensar o trabalho de forma coletiva. Isso demonstra como a gestão, mesmo em empreendimentos econômicos solidários, ainda é pensada dentro dos moldes tradicionais, isto é, heterogestionários.

Além disso, na análise dos resultados procurou-se verificar se os empreendimentos econômicos solidários poderiam ser agrupados segundo os valores atribuídos tanto ao Trabalho quanto à Economia Solidária. Para isso, foi utilizada a Análise de Cluster ou Agrupamento, que tem como objetivo “agregar objetos com base nas características que eles possuem” (HAIR et al., 2005). Para este trabalho, foi utilizada, mais especificamente, a

técnica Hierárquica Aglomerativa, uma vez que ela parte do pressuposto de que se tem n conglomerados, que vão sendo agrupados por similaridade. Esta técnica é bastante utilizada para a comparação de itens que possuem elevada homogeneidade interna (dentro dos agrupamentos) e elevada heterogeneidade externa (entre agrupamentos).

Sendo assim, utilizou-se o método de Ward, com base nos princípios da análise de variância, e a distância euclidiana, como medida de similaridade, que representa a similaridade como a proximidade entre observações ao longo das variáveis na variável estatística de agrupamento. O gráfico dos passos de agrupamento em relação ao nível de distância foi utilizado para que fosse possível determinar o número de conglomerados. Assim, foi detectado um “ponto de salto” indicando a formação de quatro conglomerados, que serão discutidos posteriormente.

Então, com o intuito de verificar se se poderiam agregar os respondentes em grupos relativamente homogêneos entre si, e heterogêneos entre os agrupamentos no que se refere aos Valores atribuídos à Economia Solidária e os Valores atribuídos ao Trabalho, foi realizada a Análise de *Cluster* (Tabela 15). Conforme salientado anteriormente, nesta análise foram identificados quatro *clusters* (ou padrões de valores), assim denominados: *Cluster 1*: Tendência aos Valores Coletivos; *Cluster 2*: Características Heterogestionárias; *Cluster 3*: Identificação com a Economia Solidária e *Cluster 4*: Valores alicerçados nos pressupostos da Economia Solidária.

TABELA 16 – Médias dos Fatores nos *Clusters* dos Valores da Economia Solidária e Valores do Trabalho

		Médias			
Fatores	Cluster	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
		Tendência aos Valores Coletivos	Características Heterogestionárias	Identificação com a Economia Solidária	Valores consolidados nos pressupostos da Economia Solidária
Escala de Valores da Economia Solidária – EVES					
Cooperação e Solidariedade		4,56	4,22	4,74	5,20
Identificação e Desenvolvimento Humano		4,61	4,42	5,15	5,49
Autogestão		4,58	1,94	3,73	5,29
Escala de Valores do Trabalho – EVT					
Prestígio		2,56	2,66	2,99	3,49
Crescimento no Trabalho	no	2,08	2,02	2,61	2,98
Realização no Trabalho	no	3,36	3,83	4,08	4,34
Estabilidade das Relações Sociais	e	3,57	3,84	4,14	4,34

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota: Na EVES, na Escala *Likert* adotada 1 significa discordo totalmente; 2, discordo muito; 3, discordo pouco; 4, concordo pouco; 5, concordo muito; 6, concordo totalmente. Na EVT, na Escala *Likert* adotada 1 significa nada importante; 2, pouco importante; 3, importante; 4, muito importante e 5, extremamente importante.

O *Cluster* 1- Tendência aos Valores Coletivos caracteriza-se por tender a concordar mais com os valores da economia solidária, e dar menos importância aos valores atribuídos ao trabalho. Nesse sentido, pode-se observar que questões de cunho mais individual tendem a ser menos importantes neste *cluster*, enquanto nas questões de caráter coletivo há maior concordância. Em outras palavras, é um público que tende a achar pouco importante questões relacionadas a busca de autoridade, ascensão no trabalho e supervisão, enquanto considera importante questões relacionadas ao prazer no desempenho do trabalho, relações sociais positivas, tanto no trabalho quanto na sociedade como um todo.

Em relação aos valores da Economia Solidária, esse grupo tende a concordar com ações de cooperação entre os membros do empreendimento econômico solidário e entre a comunidade em geral, há um processo de identificação com o empreendimento econômico solidário, e podem ser destacadas também mudanças na vida dos indivíduos, mudanças positivas, segundo as respostas. Além disso, um item que merece destaque nesse *cluster* se refere ao fato de que o fator Autogestão também apresentou alto nível de concordância, sendo satisfatório para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários, uma vez que se refere diretamente à forma de gestão da organização.

Este *cluster* corresponde a 24,12% dos entrevistados, sendo a grande maioria de seus respondentes pertencentes a empreendimentos econômicos solidários formados por catadores de materiais recicláveis. Sendo assim, dos 41 respondentes que se configuraram nesse *cluster*, vinte são da Associação de Catadores de Material Reciclável de Lavras, nove são da Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis, quatro são da Cooperativa Ação Reciclar de Poços de Caldas, dois respondentes são da Associação ArtCaldas de Caldas – MG, e quatro são da Associação de Artesanato Artes da Terra, de Itajubá - MG. É importante salientar, conforme já mencionado anteriormente, que 80,5% dos respondentes caracterizados nesse agrupamento são catadores de materiais recicláveis.

As características apresentadas nesse *cluster* são bastante compreensíveis ao se analisar historicamente a construção do trabalho dos catadores, especialmente. Na maioria das vezes esse trabalho ainda é visto como inferior, podendo derivar dessa percepção a não importância a valores tais como prestígio, fama e notoriedade. Além disso, outra questão que merece destaque é a forte relação com os preceitos da coletividade. Esse fator pode ser relacionado a três questões. A primeira delas se refere à própria natureza do trabalho em cooperativas de catadores de materiais recicláveis, uma vez que a sua dinâmica de organização se prima por um trabalho mais coletivo, com tarefas igualmente divididas, compartilhadas, e de certa forma pautados pela solidariedade. A segunda questão se refere ao fato de que a maioria dos catadores respondentes pertence a empreendimentos incubados por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Isso pode referendar o trabalho que vem sendo realizado por estas entidades de apoio e fomento à Economia Solidária. E o terceiro e último fator se refere ao fato de que todos os três empreendimentos de catadores são pertencentes ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Este movimento existe há doze

anos, e busca a valorização dos catadores, enquanto categoria, e se pautam pela prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade. Essas características do próprio movimento, e consequentemente, dos empreendimentos que dele fazem parte, possuem relação direta com os valores atribuídos à Economia Solidária.

O *Cluster 2* – Características Heterogestionárias foi dentre todos os agrupamentos encontrados, o que apresentou o menor índice de concordância com o fator Autogestão. Isto significa dizer, que os membros desse agrupamento tenderam a discordar muito de todos os itens da escala referentes a esse fator. Portanto, esses respondentes tendem a não se sentirem proprietários dos empreendimentos econômicos solidários aos quais fazem parte, eles ainda identificam a figura do patrão, e não acreditam possuírem poder de decisão dentro do empreendimento. Essas características identificadas nesse agrupamento são de certa forma bastante preocupantes, uma vez que todos os membros eram pertencentes a empreendimentos econômicos solidários, e algumas dessas questões deveriam ser minimamente rotineiras para as suas práticas cotidianas. Isso demonstra, mais uma vez, que apesar de alguns membros de empreendimentos econômicos solidários tenderem a concordar com os fatores Cooperação e Solidariedade, e Identificação e Desenvolvimento Humano, a busca por um modelo autogestionário de organização do trabalho, ainda é dificultada, uma vez que as características heterogestionárias tendem a se sobressair.

No que se refere aos Valores atribuídos ao Trabalho, os respondentes desse agrupamento tendem a dar pouca importância a itens relacionados ao Crescimento no Trabalho e ao Prestígio, tais como competitividade, supervisão de outras pessoas, obtenção de posição de destaque, ter fama e status no trabalho, o que de certa forma reafirma as características de Cooperação e Solidariedade que eles tenderam a concordar na Escala de Valores da Economia Solidária. Entretanto, houve, entre os respondentes, uma tendência a considerarem muito importante as questões relacionadas à Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais. Isto significa dizer que esse grupo acha muito importante questões de cunho mais coletivistas, tais como o combate a injustiças sociais, colaboração para o desenvolvimento da sociedade, bom relacionamento e amizade com os colegas de trabalho, entre outras.

Foi neste agrupamento, que se encontrou o menor número de respondentes (17,65%), e com maior heterogeneidade de empreendimentos. Sendo assim, se caracterizaram como

pertencentes a esse grupo dois associados da Associação ArtCaldas, cinco associados da Associação de Artesanato Artes da Terra, de Itajubá, um associado da Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis e um associado da Associação Meninas Sabor de Minas, de Varginha. Ainda são pertencentes a esse grupo onze associados da Associação Terra Do Marolo, de Paraguaçu, e dez associados da Associação Sabor e Saúde, de Varginha. Tem-se então, uma predominância nesse *cluster*, por associações, formada na grande maioria das vezes, por artesãos. Isso não significa dizer que os artesãos não são solidários, mas sim que a natureza da organização do trabalho acontece de forma diferente. Isto é, em todas essas associações não há nenhum tipo de desenvolvimento do processo produtivo de forma coletiva. A produção em si se dá de forma individual, ocorrendo a união dos associados, única e exclusivamente para a venda dos produtos, sejam em lojas, feiras, ou festas.

Nesse sentido, embora se tenha concordado muito com valores como Cooperação e Solidariedade e Identificação e Desenvolvimento Humano, e dado muita importância a valores como Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais, a prática do trabalho coletivo, autogestionário, compartilhado, não se apresenta como uma realidade para esse grupo. Justificando então, o posicionamento dos membros desse grupo, que tenderam a não concordar com as afirmativas que caracterizaram a autogestão. O que tende a ser um problema para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários, especialmente no que se refere ao seu modo de gestão.

O *Cluster 3* – Identificação com a Economia Solidária se caracteriza pelo alto nível de concordância com o fator Identificação e Desenvolvimento Humano. Isto é, os respondentes desse grupo tendem a se identificar verdadeiramente com o empreendimento econômico solidário que fazem parte, isso porque, eles têm prazer em dizer que fazem parte do empreendimento, se sentem reconhecidos pelo trabalho que desenvolvem, e tudo isso possibilita mudanças na vida deles, no sentido de se tornarem pessoas melhores. O segundo fator que apresentou maior nível de concordância foi o Cooperação e Solidariedade, bastante coerente com a proposta de identificação com a economia solidária. Assim, os membros desse grupo, além de se identificarem com o empreendimento concordam com questões mais coletivas, relacionadas à cooperação e à solidariedade.

Ainda atrelado a isso, os respondentes tenderam a dar menor importância aos fatores relacionados aos Valores do Trabalho, Prestígio e Crescimento no Trabalho. Essa evidência

também é bastante coerente com as justificativas acima apresentadas, uma vez que a grande maioria dos itens desses fatores possui relação direta com questões mais individuais, de progressão na carreira, prestígio, notoriedade, competitividade e supervisão, questões essas, bastante inconsistentes com os princípios da solidariedade e da cooperação. Já os fatores ainda relacionados aos Valores do Trabalho, Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais, os membros desse agrupamento tenderam a considerar muito importante. Esses fatores, conforme já discutido anteriormente, são fatores que dizem respeito a questões de interesse coletivo, do que individual, tais como compromisso social, colaborar com os colegas de trabalho para estabelecer as metas dos grupos, etc.

Este *cluster* apresentou uma menor heterogeneidade entre a procedência dos empreendimentos, possibilitando a caracterização de alguns EES, onde a maioria dos seus membros foi agrupada nesse *cluster*. Esse é o caso da Cooperativa Ação Reciclar, de Poços de Caldas, com vinte e um membros pertencentes a esse grupo, da Associação Meninas Sabor de Minas, de Varginha, com catorze membros, da Associação Cora Minas, de Pouso Alegre, com dez membros, e da Associação Unindo Talentos, também de Pouso Alegre, e com dez membros. Além desses empreendimentos, outros ainda foram identificados neste agrupamento, tais como a Associação de Catadores de Material Reciclável de Lavras, com cinco membros e a Associação de Artesãos e Artistas Populares de Lambari, com quatro membros.

Pode-se observar ainda, que a grande maioria dos respondentes é participante do Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária, demonstrando assim a importância dessas instâncias tanto para o movimento de Economia Solidária, como para os Empreendimentos Econômicos Solidários, por meio da resignificação do trabalho em si. Além dos EES pertencentes ao Fórum, também são pertencentes a esse grupo dois empreendimentos que se encontram em processo de incubação, mas não um processo recente, sendo os mesmos já incubados por um período maior que três anos. Isso também pode demonstrar que um processo mais consolidado de acompanhamento aos empreendimentos pode contribuir para uma inversão de valores, e, sobretudo para a consolidação dos empreendimentos no que se referem às suas práticas, e as relações estabelecidas no seu interior.

O *Cluster 4* – Valores Consolidados nos Pressupostos da Economia Solidária foi o que apresentou maiores níveis de concordância com todos os Valores atribuídos à Economia

Solidária. Os respondentes desse agrupamento tenderam a concordar muito com esses valores, apresentando características de maior consolidação dos pressupostos da Economia Solidária, tanto em questões mais individuais e subjetivas, quanto em questões de relacionamento coletivo e, sobretudo, em questões de organização do trabalho de forma coletiva. Pode-se dizer, que esse grupo seria o que está mais alinhado com a proposta de trabalho e de desenvolvimento da Economia Solidária.

Em relação aos fatores relacionados aos Valores do Trabalho, esse grupo apresentou como fator de menor importância o Crescimento no Trabalho, mostrando que questões como competição com os colegas de trabalho para o alcance de metas profissionais individuais, obtenção de posição de destaque e supervisão de outras pessoas, não são importantes para esses indivíduos. Com relação ao fator Prestígio, os respondentes tenderam a dar importância, o que significa dizer que eles consideram importantes itens como satisfação pessoal, status no trabalho e ter prestígio. Ainda nos fatores relacionados aos Valores atribuídos ao Trabalho, os membros desse agrupamento tenderam a considerar muito importante os fatores Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais, demonstrando que consideram muito importante questões como autonomia para estabelecer a forma de realização no trabalho, enfrentar desafios, aprimorar conhecimentos relacionados à profissão, poder se sustentar, conhecer pessoas, ser feliz com o trabalho que realiza e ter melhores condições de vida.

Dentre os empreendimentos econômicos solidários pertencentes a esse agrupamento, apenas um teve a predominância de seus membros aqui caracterizados. Trata-se da Associação ArtCaldas, de Caldas, com quatorze respondentes. Os demais respondentes agrupados neste *Cluster* são pertencentes à Associação Meninas Sabor de Minas, de Varginha (seis membros), o Parque Escola ECOETRIX de Varginha com cinco membros, a Associação Terra Do Marolo de Paraguaçu, com quatro membros, e as Associações de Catadores de Material Reciclável de Lavras e Cora Minas de Pouso Alegre, cada uma com três associados.

Pode-se observar que, com exceção dos membros da Associação ArtCaldas e do Parque Escola ECOETRIX, todos os demais respondentes caracterizados nesse grupo não se apresentam como maioria nos seus empreendimentos. Isto é, estas pessoas aqui caracterizadas tendem a concordar totalmente com os valores atribuídos à Economia Solidária, especialmente a Autogestão. Entretanto, não se pode dizer que esses valores são compartilhados nos seus empreendimentos de origem, e sim pressupostos individuais acerca

da forma com que o trabalho deve ser organizado, ressignificado, e também como as relações dentro e fora dos empreendimentos podem ser estabelecidas.

Uma realidade diferente do que vivenciam os membros da Associação ArtCaldas, onde aproximadamente 78% dos seus membros respondentes foram agrupados neste *cluster*, e do Parque Escola ECOETRIX, onde 100% dos seus membros respondentes também foram aqui agrupados. A esses empreendimentos podemos considerar que os valores da Economia Solidária são compartilhados, no que se refere à organização do trabalho e também às relações estabelecidas. Os dois empreendimentos são bastante atuantes no Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária, e realizam periodicamente grupos de estudos, palestras e cursos acerca das temáticas da Economia Solidária. Se relacionarmos essa realidade com os resultados obtidos nesse agrupamento, podemos ressaltar a importância da educação constante, sendo inclusive, um dos princípios do cooperativismo.

Nesse sentido, podem-se destacar evidências de indivíduos, e consequentemente de empreendimentos econômicos solidários que vivenciam no dia a dia os preceitos da Economia Solidária, seja nas tentativas de organização do trabalho, com vistas a um maior empoderamento desses indivíduos, maior participação, equidade, na busca pela autogestão, ou mesmo nas próprias relações estabelecidas, seja dentro dos empreendimentos, ou na sociedade de uma forma geral. Essas relações são assim, pautadas pela cooperação, pela solidariedade, pela ajuda mútua, pelo prazer no desenvolvimento do seu trabalho e nas relações de amizade, de companheirismo, gerando mudanças positivas na vida dessas pessoas.

Isso significa dizer que muitas pessoas que se viam excluídas do mercado de trabalho, que tinham problemas relacionados à sua própria percepção acerca do seu trabalho, puderam encontrar na Economia Solidária uma alternativa de trabalho, que pôde possibilitar inclusive, mudanças no seu modo de vida. Além disso, outro fator que merece destaque são as relações que puderam ser estabelecidas, entre os valores que as pessoas atribuem à Economia Solidária e ao Trabalho, reafirmando assim, que as iniciativas da Economia Solidária podem ser compreendidas como estratégias de geração de trabalho e renda, e não como preceitos meramente assistencialistas.

5. DISCUSSÃO

Como apresentado nos resultados desta tese, fica evidenciado que existe uma grande diversidade de valores e princípios ideológicos dentro dos empreendimentos econômicos solidários. Em relação aos Valores atribuídos à Economia Solidária, foram identificados três fatores: Cooperação e Solidariedade, Identificação e Desenvolvimento Humano e Autogestão. Em relação aos Valores atribuídos ao Trabalho, foram identificados quatro fatores: Prestígio, Crescimento no Trabalho, Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais.

A evidência desses valores, e consequentemente o grande nível de concordância apresentado pela maioria dos respondentes, reafirma, em grande medida, os pressupostos teóricos acerca da Economia Solidária. Isso acontece, sobretudo, em relação aos fatores Cooperação e Solidariedade e Identificação e Desenvolvimento Humano, que foram os fatores que apresentaram maior grau de concordância. O que demonstra que, bem próximo das perspectivas teóricas estudadas, os membros dos empreendimentos econômicos solidários tendem a compreender a Economia Solidária, e consequentemente, suas práticas e ideologias, não somente como uma Alternativa de inserção no mercado de trabalho, mas também como uma Alternativa de Vida.

Já o fator Autogestão não apresentou um nível de concordância tão significativo, evidenciando assim, que a organização do trabalho de forma coletiva ainda é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelas organizações da Economia Solidária. Demonstra também, que a organização do trabalho, a gestão em si, mesmo em empreendimentos econômicos solidários ainda é pensada dentro dos moldes tradicionais, isto é, dentro do modelo heterogestionário. Porém, compreende-se que qualquer tipo de organização está em grande medida dentro de um sistema burocrático, sofrendo tensões, conflitos, contradições, o que pode contribuir para a impossibilidade de um sistema “puro” de organização coletivista (SILVA JUNIOR, 2005).

A existência de evidências que demonstram características tanto autogestionárias, como heterogestionárias, é atribuída por Singer (2002), ao fato de que empreendimentos econômicos solidários embora inseridos em uma perspectiva de organização do trabalho diferentes, constituída pela Economia Solidária, também se encontra inserida no capitalismo, uma vez que esse ainda se apresenta como o modo de produção dominante que modela as

superestruturas sociais da sociedade. E, pode ser encontrado na literatura trabalhos de autores que ressaltam as dificuldades de implantação da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários (BARRETO e PAULA, 2009; CAVEDON e FERRAZ, 2006; SANTOS e RIBEIRO, 2011; dentre outros).

Além disso, a dificuldade encontrada é bastante compreensível, uma vez que a gestão pode ser entendida como um processo histórico, e compreendida dessa forma, a história da grande maioria dos membros dos empreendimentos é uma história proveniente de organizações heterogestionárias. Assim, romper com essa prática é muito difícil. Entretanto, a gestão também pode ser entendida como uma construção cotidiana, e é por essa razão que as práticas autogestionárias precisam ser reforçadas continuamente, para que se efetivem de fato.

Essa constatação é muito importante para o desenvolvimento das atividades de incubação, das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Isso porque, demonstra que as características mais subjetivas, de cooperação, de solidariedade, de ajuda mútua, etc. se encontram bastante fortalecidas nos empreendimentos incubados, mas as características relacionadas à gestão em si, de forma autogestionária, ainda estão muito fragilizadas. Sendo assim, nos processos de incubação há que se pensar e buscar práticas cotidianas mais autogestionárias dentro dos empreendimentos econômicos solidários. Isso porque, é inadmissível que se pense em um processo de incubação, e conseqüentemente, na organização da atividade produtiva ou de prestação de serviços de um empreendimento econômico solidário em que os valores ligados à heterogestão são reforçados. Portanto, há que se almejem estratégias, que geralmente são relacionadas à educação, que reforcem os valores da autogestão.

Nesse sentido, autores como Motta (1981) e Mandel (1977) coincidem em afirmar que a autogestão significa uma nova forma de organização da produção e que demanda, sobretudo, por ser um processo, um suporte essencial na educação. Isso porque, segundo Motta (1981) há um claro conteúdo pedagógico, e de uma pedagogia trabalhista, na proposta autogestionária de Proudhon. Se a proposta começa na economia, ela termina na pedagogia, que permitirá ao social tornar-se prática social.

Isso porque, quando se recorre à literatura da Economia Solidária, e mais, especificamente ao seu papel como propulsora do desenvolvimento, pode-se verificar a relevância da autogestão

como modelo que configura e operacionaliza a gestão democrática, ou seja, demarcado por princípios de cooperação, solidariedade, igualdade, ajuda mútua e justiça social, arraigados tanto na organização do trabalho, quanto nas representações valorativas da vida social.

Desse modo, as práticas autogestionárias representam um espaço de prática educativa desenvolvido internamente no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários, e externamente, por meio da integração em rede com outras organizações e instituições voltadas para geração de conhecimento alinhado com valores relativos à solidariedade (TIRIBA, 2006).

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a autogestão só acontecerá de fato, quando houver a plena participação dos membros cooperativados/associados, contribuindo no processo de tomada de decisão, na definição de estratégias e objetivos a serem alcançados. Assim, a participação não se apresenta aqui apenas como um direito, mas principalmente como um dever que se encontra respaldado pela posse coletiva dos meios de produção. A autogestão, portanto, ao criar a possibilidade de participação traz consigo a possibilidade de desalienação do trabalhador, e o seu empoderamento em relação ao seu próprio trabalho, possibilitando a sua emancipação conjunta com o grupo ao qual faz parte.

Outros resultados que precisam ser destacados nesta tese, referem-se às correlações que foram estabelecidas tanto entre os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho. Na grande maioria dos casos, conforme apresentado anteriormente, as correlações foram significativas, reafirmando a concepção da Economia Solidária enquanto uma forma de organização do trabalho. Não houve correlação entre os fatores, como entre os fatores Cooperação e Solidariedade e Prestígio, ausência de correlação esta que acaba por reafirmar os valores da Economia Solidária, uma vez que aqueles valores atribuídos ao fator Prestígio são de certa forma inversos aqueles desejáveis dentro de um empreendimento econômico solidário. Outros fatores que não apresentaram correlação foram os fatores Autogestão e Realização no Trabalho. Essa ausência de correlação demonstra, mais uma vez, a dificuldade em se ter práticas autogestionárias nos empreendimentos, sobretudo no que se refere a pensar o trabalho de forma coletiva, conforme já ressaltado anteriormente.

Com relação à técnica de agrupamentos que foi realizada nesta tese, foi possível identificar quatro *clusters* ou padrões de valores compartilhados sendo eles: Tendências aos Valores

Coletivos, Características Heterogestionárias, Identificação com a Economia Solidária e Valores alicerçados nos Pressupostos da Economia Solidária.

O primeiro *cluster* teve como característica principal uma maior concordância com os Valores da Economia Solidária e menos importância aos Valores do Trabalho. Além disso, outro fator que merece destaque nesse agrupamento foi a predominância de catadores de materiais recicláveis que foram agrupados neste *cluster*. Os valores que foram considerados como importantes para esse público, referentes aos Valores do Trabalho, assim como os valores que os respondentes tenderam a concordar muito referente aos Valores da Economia Solidária, são bastante condizentes com o contexto histórico e de trabalho dos catadores. Um contexto permeado por desigualdades, discriminação, mas também por valores como coletividade, cooperação e solidariedade.

O segundo agrupamento identificado foi o que apresentou maior incidência de respondentes, e também o que apresentou menor concordância com o fator Autogestão. As justificativas para a não concordância com o Fator Autogestão já foram salientadas anteriormente. Mas uma questão que ainda merece destaque é que a Autogestão também se trata de uma proposta social de contraponto às organizações burocráticas (GUILLERM; BOURDET, 1976, VARGAS DE FARIA, 2006; VIANA, 2008; MOTTA, 1981), o que, em tese, pode ter o mesmo ideal da Economia Solidária.

O terceiro *cluster* teve como característica principal concordar muito com o fator Identificação e Desenvolvimento Humano, e predominância por respondentes dos empreendimentos econômicos solidários Cooperativa Ação Reciclar, de Poços de Caldas, das Associações Meninas Sabor de Minas, de Varginha, Cora Minas e Unindo Talentos, ambas de Pouso Alegre. A grande maioria desses empreendimentos é bastante ativa no Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária, demonstrando assim, a importância da participação nessas instâncias coletivas do movimento de Economia Solidária, que contribuem principalmente para a identificação com os empreendimentos e o reconhecimento da importância desse tipo de organização do trabalho.

O quarto e último *cluster* foi o que apresentou o maior nível de concordância com os Valores da Economia Solidária. Apresentando-se assim, como um grupo que possui valores bastante condizentes com a proposta da Economia Solidária, tanto nos aspectos mais subjetivos,

relacionados a sentimentos e às relações estabelecidas dentro e fora dos empreendimentos econômicos solidários, como nos aspectos relacionados à organização do trabalho. Pode-se dizer que este grupo é o que mais se aproxima dos pressupostos das organizações solidárias, podendo ser considerados até como mais “evoluídos” em termos de uma maior compreensão das alternativas de transformação do trabalho, e da própria vida, que a Economia Solidária propõe. São esses membros que possuem aquilo que Cattani (2003) destaca, como os vínculos de cooperação que se constroem no cotidiano das relações de trabalho a partir de laços de confiança que surgem entre os membros, pelo reconhecimento mútuo daquilo que é benefício de cada um e do grupo como um todo. Ou ainda, como destaca Culti (2010), a solidariedade que surge das relações de apoio mútuo e do esforço coletivo do grupo a favor da sobrevivência de cada membro do grupo.

Nesse contexto, é possível afirmar que a Economia Solidária é uma realidade histórica, embora frágil e incipiente em muitos aspectos do seu desenvolvimento. Entretanto, apesar das suas limitações, ela é uma realidade concreta, com um grande potencial de desenvolvimento econômico, social e político, com vistas à melhoria da qualidade de vida e diminuição das desigualdades sociais.

Entretanto, muitas são as críticas à proposta da Economia Solidária, algumas com a concepção de que a Economia Solidária se apresenta apenas como mais uma forma de precarização do trabalho (FARIA, 2009; MENEZES, 2007; WELLEN, 2008). Mas, ainda há autores, como Coutinho et al, 2005; Dal Magro e Coutinho, 2008; Meira, 2012; Nardi et al, 2006; dentre outros, que defendem que embora os empreendimentos econômicos solidários encontrem dificuldades em promover o questionamento e a superação dos padrões capitalistas de organização do trabalho, eles têm cumprido um papel importante, sobretudo como alternativa de geração de trabalho e renda, e mesmo de sobrevivência para sujeitos excluídos do mercado formal e informal de trabalho.

No Brasil, especificamente, as atividades dos diversos empreendimentos econômicos solidários foram iniciadas de forma autônoma, dando indícios da ampliação da ação coletiva. Essa ampliação aconteceu de fato, porque os indivíduos saíram de contextos de extrema vulnerabilidade social para o campo do trabalho associativo e para o campo da política formal, buscando na prática coletiva os meios de sobrevivência e os recursos para o desenvolvimento de políticas públicas próprias para o setor (GAIGER, 2004). Isso aconteceu

porque esse trabalho coletivo começou a ganhar visibilidade e aceitação no cenário político nacional, tanto pelas potencialidades de seus mecanismos internos de participação e capacidade de garantir renda para setores vulneráveis da população, quanto pelas redes externas, criadas com entidades de apoio, movimentos sociais e pelo poder público (LOCKS e GUGLIANO, 2013).

Portanto, pode-se dizer, que no plano prático (real), a Economia Solidária atualmente se materializa em cooperativas, associações, redes solidárias, bancos comunitários, órgãos de apoio (incubadoras, fóruns, grupos de pesquisa). O que não significa dizer que a mesma não se encontra em um ambiente de intensa disputa, com tensão de valores e estruturas, sobretudo por estar inserida em um contexto de dominação burocrática.

Mas mesmo assim, corroboramos com Oliveira (2001, 2006) que defende que as práticas de Economia Solidária podem fazer emergir uma modalidade de cultura também solidária, ainda que em meio a contradições próprias do embate com as práticas capitalistas de mercado:

As formas de manifestação da Economia Solidária tanto emergem como resposta a uma situação aflitiva quanto engendram possibilidades de organização coletiva. [...] Ao contrário da segmentação dos tempos, edificar uma organização solidária no trabalho implica simultaneamente a construção de relações solidárias na totalidade da vida das pessoas (OLIVEIRA, 2001, p.17).

Desse modo, é importante salientar que, a proposta da Economia Solidária, e consequentemente o exercício de repensar a gestão, não se apresenta como uma proposta ilusória, utópica, ou simplória, mas uma proposta que leva em consideração um modo de organização do trabalho, de gestão, que seja condizente com valores aqui defendidos. Valores estes, considerados importantes para a busca de uma sociedade mais igualitária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos fatores motivaram esse estudo, mas um deles, em particular, se destaca. Primeiramente a trajetória acadêmica da pesquisadora e sua militância no movimento de Economia Solidária. A busca de compreensão se os empreendimentos econômicos solidários de fato se constituem como uma via de desenvolvimento, pautada em outros valores, que não aqueles disseminados pelo mercado capitalista. Mais do que isso, entender se o trabalho dentro dos preceitos da Economia Solidária pode possibilitar uma transformação na vida dos indivíduos. Foram essas indagações que conduziram à presente tese e aos resultados que aqui foram apresentados.

Nesse sentido, ao final desta tese, volta-se ao seu objetivo principal que era identificar os valores atribuídos ao Trabalho e à Economia Solidária pelos membros dos empreendimentos econômicos solidários e suas possíveis relações. E a fim de que esse objetivo fosse alcançado, foram traçados alguns caminhos. Inicialmente foi feita uma discussão acerca do trabalho, apresentando, sobretudo, a sua importância para os indivíduos. Posteriormente, discutiu-se sobre a Economia Solidária, contextualizando a sua pertinência, o seu significado e a sua abrangência. Nesse capítulo, em especial, buscou-se uma referência conceitual acerca do significado da Economia Solidária, sendo que esta pode ser percebida como uma Alternativa aos Setores Populares, uma Alternativa ao Modo de Produção Capitalista ou uma Alternativa de Vida.

Foram discutidos os valores, em especial os Valores do Trabalho e os Valores da Economia Solidária. Em relação aos Valores do Trabalho, foram apresentados os principais modelos para a sua identificação, análise e validação. Em especial, discutiu-se sobre a Escala de Valores do Trabalho, proposta por Porto e Tamayo (2003), utilizada neste trabalho. Com relação aos Valores atribuídos à Economia Solidária, foi proposta uma concepção metodológica, a partir do referencial teórico estudado, de forma que pudesse ser elaborada a Escala de Valores da Economia Solidária. Nessa escala, embora tenham sido tomados cuidados metodológicos e teóricos em sua elaboração, trata-se da primeira aplicação do instrumento. Nesse sentido, obviamente serão necessários aperfeiçoamentos, adaptações e

reaplicações posteriores, sobretudo a partir da sua utilização em outros contextos, e tipos de empreendimentos.

Mas, foi a partir dessas escalas que a pesquisa empírica desta tese pode ser construída, buscando analisar os valores que os membros dos empreendimentos econômicos solidários atribuíam ao trabalho e a Economia Solidária, e se haviam correlações entre esses valores. Além disso, buscou-se analisar também se existiam padrões diferentes de valores entre os membros dos empreendimentos econômicos solidários.

Os valores atribuídos à Economia Solidária, pelos membros dos empreendimentos econômicos solidários foram agrupados em três fatores, que apresentaram confiabilidade satisfatória da consistência interna em pesquisa exploratória. Esses fatores foram Cooperação e Solidariedade, Identificação e Desenvolvimento Humano e Autogestão. Como ressaltado anteriormente, os dois primeiros fatores tiveram um nível de concordância mais alto, entre os pesquisados, do que o fator Autogestão. Esse menor nível de concordância com as características autogestionárias é um ponto importante a ser destacado mais uma vez, pela dificuldade de construção cotidiana dessa nova forma de organização do trabalho.

Os valores atribuídos ao trabalho, também pelos membros dos empreendimentos econômicos solidários foram agrupados em quatro fatores na categoria de atributos descritivos, que foram assim denominados: Prestígio; Crescimento no Trabalho; Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais.

No que se refere às relações entre os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho, é preciso salientar as correlações significativas encontradas entre esses valores, demonstrando que a Economia Solidária pode e deve ser compreendida como uma forma de organização do trabalho, bastante diferente de algumas vertentes que a consideram uma prática assistencialista. Essa constatação é muito importante porque, de certa forma, vem consolidar o que os estudiosos da área de economia solidária, e, sobretudo, as práticas de seus atores, acerca de uma nova forma de organização do trabalho, pautada em valores mais coletivistas, de cooperação, solidariedade, com vistas a uma maior participação igualitária, e menos dominação e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, destacam-se as relações entre os valores atribuídos à Economia Solidária e ao Trabalho, a começar pelo primeiro fator analisado, relacionado aos valores atribuídos à Economia Solidária, que é o fator Cooperação e Solidariedade, que apresentou correlação significativa com os fatores Crescimento no Trabalho, Realização no Trabalho e Estabilidade e Relações Sociais (relacionados aos Valores do Trabalho). Um destaque nessa análise foi a inexistência de correlação significativa entre Cooperação e Solidariedade e o fator Prestígio, demonstrando coerência entre os pressupostos da Economia Solidária, uma vez que questões como autoridade e influência sobre os outros membros dos EES não se relacionam com as suas práticas.

O segundo fator analisado, relacionado aos valores atribuídos à Economia Solidária, o fator Identificação e Desenvolvimento Humano apresentou correlação significativa com todos os outros fatores analisados, demonstrando a intensa relação entre questões de realização no trabalho, de valorização do individual e da percepção do seu valor dentro do ambiente de trabalho.

O terceiro fator analisado, ainda relacionado aos valores atribuídos à Economia Solidária, o fator Autogestão apresentou correlação significativa com os fatores Prestígio, Crescimento no Trabalho, e Estabilidade e Relações Sociais (relacionado aos Valores do Trabalho). Destaque nessa análise a relação que pôde ser estabelecida entre a Autogestão e os Valores atribuídos à Economia Solidária, consolidando mais uma vez a sua proposta enquanto forma de organização do trabalho. Além disso, há que se ressaltar a inexistência de correlações significativas entre os fatores Autogestão e Realização no Trabalho, demonstrando que os indivíduos atribuem menor importância às suas realizações pessoais, no sentido individual, em relação ao processo de trabalho coletivo. O que significa dizer, que para os indivíduos, membros de empreendimentos econômicos solidários, são mais “aceitáveis” características tais como ajuda aos colegas de trabalho do que essencialmente a construção do trabalho de forma coletiva, reafirmando as dificuldades das práticas autogestionárias, mesmo em ambientes onde podem ser observados claros exemplos de cooperação, solidariedade, etc.

Assim, pode-se dizer que a economia solidária se apresenta como outra via de desenvolvimento, e, sobretudo de organização do trabalho, que tem como principal foco o desenvolvimento do indivíduo, como protagonistas das relações de trabalho, propondo-se

assim, o estabelecimento de uma nova relação de trabalho, que seja mais justa e mais solidária.

E foi por este caminho que este trabalho transitou. Tentando demonstrar a possibilidade, e mais do que isso, a evidência de organizações que pautam as suas práticas e as suas relações por outros valores, que não aqueles pautados pela lógica mercadológica, e de acumulação do capital. Entretanto, trata-se ainda de uma discussão inicial, que pode e deve ser aprofundada por outros estudos.

Nesse sentido, é importante salientar, por fim, que o instrumento aqui proposto – Escala de Valores da Economia Solidária, apresentou evidências de validade, podendo servir como ferramenta de análise exploratória dos mais diferentes tipos de organizações. Pode servir para os próprios empreendimentos, para análise de que valores relacionados à Economia Solidária precisam ser fortalecidos no seu interior, para as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, de modo que possa direcionar as atividades de incubação, especialmente contribuindo na identificação dos valores que se encontram frágeis nos empreendimentos incubados, e mesmo internamente, nas práticas cotidianas da incubadora. Além disso, o instrumento pode servir também para os gestores públicos de Economia Solidária, para identificação dos valores que os indivíduos atribuem à Economia Solidária, sejam esses indivíduos agentes públicos ou beneficiários das políticas públicas de Economia Solidária. Pode ser utilizado também, como uma ferramenta de direcionamento para a elaboração das próprias políticas públicas.

Finalizando, é importante sublinhar os limites da presente pesquisa que trabalhou com população de uma região do país, sendo necessária sua reaplicação em outros contextos. Além disso, é necessário realizar análises confirmatórias do instrumento desenvolvido, visando fortalecer sua confiabilidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOS, S. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALLPORT, G. W.; VERNON, P. E. *A study of values*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1931.

ARRUDA, M.; BOFF, L. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, M. *Tornar Real o Possível – A Formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Rio de Janeiro. Vozes, 2006.

_____. Redes, Educação e Economia Solidária: Novas Formas de Pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, S. M. P. (org.) *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005.

_____. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral – homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003a.

_____. Situando a Economia Solidária. In: *Economia Solidária*. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003b.

_____. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Ed. PACS, Rio de Janeiro, 1996.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da Economia Solidária. *Sociologias*, v. 11, n. 21, p. 282-317, 2009.

BALTAR, P. H. A.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade de mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: MATTOSO, Jorge et al. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.

BANSAL, P. From issues to actions: the importance of individual concerns and organizational values in responding to natural environment issues. *Organization Science*, v. 14, n. 5, p. 510-527, 2003.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção na lógica cooperativista. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 7, p. 199-213, 2009.

BEATRIZ, M.Z. *Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa*. São Paulo: PUC SP – Programa de Estudos Pós Graduatedos em Psicologia Social, 2007. Tese de Doutorado.

BENINI, E. A. *Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos*. São Paulo: EAESP/FGV, Escola de Administração de Empresas, 2004. Dissertação de Mestrado.

BLOOMBAUM, M. Doing smallest space analysis. *Journal of Conflict Resolution*. 14(2), 409-416, 1970.

BORG, I., BRAUN, M. Work values in East and West Germany: different weights, but identical structures. *Journal of organizational behavior*, v.17, n.7, p.541-555, 1996.

BORGES, L. O. A estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos do trabalho: um estudo empírico de aperfeiçoamento e validação de um questionário. *Estudos de Psicologia*, v.4, n.1, p.107-139, 1999.

BRAITHWAITE, V. A.; SCOTT, W. A. Values. In: ROBINSON, J. P.; SHAVER, P. R.; WRIGHTSMAN, L. S. (Ed.). *Measures of personality and social psychological attitudes*. San Diego: Academic Press, 1991. p. 661-753.

BUZZATTI, A. L. *A Economia popular Solidária frente às transformações contemporâneas do mundo do trabalho*. Santa Maria: UFSM - Programa de Pós Graduação em Integração Latino Americana, 2007. Dissertação de Mestrado.

CALDAS, M. P.; TONELLI, M. J.. O homem-camaleão e modismos gerenciais: uma discussão sociopsicanalítica do comportamento modal nas organizações. In: MOTTA, F. P.; FREITAS, M. E.. *Vida psíquica e organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CANÇADO, A. C.. Economia Solidária e Cooperativismo: manifestações de um novo paradigma? In: *Encontro Internacional de Economia Solidária*, São Paulo: 2004. *Anais ...* São Paulo: NeSol, 2004.

CARVALHO, N. V.. *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, R. Q. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, C. J. *Tecnologia, trabalho e educação*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CARVALHO, V.D.; VILLAS BOAS, E. M.; GUERRA, A. C.; FREITAS, T. A.. Valores do Trabalho e Incubação de Empreendimentos Solidários: A experiência da Associação Terra do Marolo. *Psicologia & Sociedade*. V.26, n. 2, p. 449-460, 2014.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação Coletiva no âmbito da Economia Solidária e da Autogestão. *Revista Katálisis*. V. 11, nº 1, p.116 – 122, 2008.

CATTANI, A. D.. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A.D. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, p. 9-14, 2003.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. . Tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. *Organizações & sociedade*, v. 13, p. 93-111, 2006.

CHATMAN, J. A. Improving interactional organizational research: a model of person-organization fit. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 3, p. 333-349, 1989.

CHEUNG, C. K.; SCHERLING, S. A. Job satisfaction, work values, and sex differences in Taiwan's organizations. *The Journal of Psychology*, v.133, p.563-575, 1999.

CORAGGIO, J. L. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n.01, p. 35-47, 2002.

_____. Economia do Trabalho. In: *Economia Solidária*. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003.

_____. Da Economia dos setores populares a economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

COUTINHO, M. C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LÜCKMANN, G. L. . Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, p. 17-28, 2005.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado, Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 2006.

DAL BEN, L.W.; CARVALHO, M.B.; SOUZA, T.M.; FELLI, V.E.A. *A percepção da relação sofrimento/prazer no trabalho de auxiliares de enfermagem e técnicos de enfermagem em internação domiciliar*. *Cogitare Enfermagem* (UFPR), Curitiba – PR, v.9, n.2, p. 73 – 81, 2004.

DAL MAGRO, M. L. P. ; COUTINHO, M. C.. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. *Psicologia em Estudo*, v. 13, p. 703-711, 2008.

DEJOURS, C.. *O fator humano*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIAS, D. V. *Valores organizacionais, modelos e práticas de gestão de pessoas e comprometimento organizacional: um estudo em empresas selecionadas do setor siderúrgico mineiro*. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983.

DYER, L.; PARKER, D. F. Classifying outcomes in work motivation research: An examination of the intrinsic-extrinsic dichotomy. *Journal of Applied Psychology*, v.60, n.4, 455-458, 1975.

ELIZUR, D. Facets of work values: A structural analysis of work outcomes. *Journal of Applied Psychology*, v.69, n.3, p.379-389, 1984.

_____. Work and nonwork relations: The conical structure of work and home life relationship. *Journal of Organizational Behavior*, 12, 21-38, 1991.

ELIZUR, D.; BORG, I.; HUNT, R.; BECK, I. M. The structure of work values: A cross cultural comparison. *Journal of Organizational Behavior*, v.12, n.1, p.21-38, 1991.

ELIZUR, D.; SAGIE, A. Facets of personal values: A structural analysis of life and work values. *Applied Psychology: An International Review*, v.48, n.1, p.73-87, 1999.

ENRIQUEZ, E. Instituições, poder e “desconhecimento”. In J. N. G. Araújo; T.Carreteiro (Org.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. (pp.49-74). São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

_____. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Revista de Administração de Empresas*, 37(1), 18-29. 1997.

_____. Perda do trabalho, Perda da Identidade. In.: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (orgs.). *Relações de Trabalho Contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT da PUC de MG, p. 69-83, 1999.

FARIA, J. H. *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, J. H. *Relações de poder e formas de gestão*. Curitiba: Criar, 1985. 88p.

FARLEY, F. H., COHEN, A. Scale interdependency effect and the smallest space analysis of structure. *Psychological Bulletin*, 81(1), 766-772, 1974

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Carta de Princípios*, s/d. Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 10 dez. 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. ; LAVILLE J. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável solidária no desenvolvimento local. *O&S*. V.15, n.45, Abr.- Jun, p.219-232, 2008.

FREITAS, L. H. W. *Otimismo, Suporte Social e Valores do Trabalho como Antecedentes de Bem-Estar Subjetivo de Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. 2009.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.

_____. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O trabalho ao centro da economia popular solidária. *XIII Encontro Anual da ANPOCS* (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu, 1999.

_____. Empreendimentos Solidários: Uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L.I. (Org.) *Formas de Combate e resistência à pobreza*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

GAIGER, L. I. et al . A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*, n.º 15. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, C. M., COIMBRA, J. L. Significados construídos em torno da experiência profissional/trabalho. In *Actas do IV Congresso Internacional de Norte de Portugal/Galiza: Integração das políticas e sistemas de educação e formação – Perspectivas e Desafios* (pp. 353-366). Porto, 28-29 de Novembro 2002.

GUERRA, A. C. *Gestão das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa*. Lavras: UFLA – Programa de Pós Graduação em Administração, 2008. Dissertação de Mestrado.

GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C.; *Análise multivariada de dados*. 5 ed. Porto Alegre. Bookman, 2005.

HEEMANN, A. *O corpo que pensa: Ensaio sobre o Nascimento e a Legitimização dos Valores*. Univille, Joinville, 2001.

HERZBERG, F. *Motivation to work*. New York, Wiley, 1959.

HITLIN, S.; PILIAVIN, J. A. Values: reviving a dormant concept. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 359-393, 2004.

HOCH, R.E. E; ANDRADE T.; FOSSÁM.I.T. Valores relativos ao trabalho e gênero: a visão dos gerentes de uma organização bancária. In: *XXXIII Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração*. São Paulo: ANPAD, 2009.

JUDGE, T; BRETÃ, R.D. Effects of work on job choice decisions. *Journal of Applied Psychology*, n.77, p. 261-271, 1992.

KANAN, L. A. Consumo sustentável & Economia Solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. *Fractal: Revista de Psicologia*. Vol.23, nº3, p. 607-624. Rio de Janeiro, Set/Dez. 2011.

KINNANE, J. F.; GAUBINGER, J. R. Life values and work values. *Journal of counseling Psychology*, 10, 362-367, 1963.

KLUCKHOHN, C. K. Values and value orientations in the theory of action. In T. Parsons and E. A. Shils (Eds.), *Toward a general theory of action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1951.

KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15-37.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 24, p. 31-51, 2009.

LIMA, M.E. A., A polêmica em torno da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, In : *Seminário Nacional Trabalho e Mercado Tempo e História*, Vitória, 2003.

LISBOA, A. M. *A economia popular no contexto da grande transformação*. Florianópolis: UFSC, 1999.

LISBOA, A. M. *Economia Solidária e autogestão*: imprecisões e limites. In: RAE [online], v.45, n.3, p. 109-115, 2005.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. In: Dois Tratados sobre o Governo, Tradução E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção “Os Pensadores”.

LOCKS, P., GUGLIANO, A. A. Democracia e Economia Solidária: limites e potencialidades. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 41-62, 2013.

LOVEJOY, A. Terminal and adjectival values. *Journal of Philosophy*, n. 47, p. 593-608, 1950.

LUNARDI FILHO, W. D. Prazer e sofrimento no trabalho: contribuições à organização do processo de trabalho da enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 50, n. 1, p. 61-76, 1997.

MALHOTRA, N. *Pesquisa de Marketing*: uma orientação aplicada. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANCE, E. A. *Governo Lula e Economia Solidária – Desenvolvimento Sustentável, Geração de Trabalho e Renda e Erradicação da Fome*. Fonte: <http://www.ecosol.org.br/EuclidesMance>, 2003.

_____. *A revolução das redes*: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANDEL, E. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. 2. Ed. Cidade de México: Ediciones Era, 1977.

MARCHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. Grundrisse, trad. franc., vol. 1 (“Chapitre de l’Argent”), Union Générale d’Éditions, Éditions Anthropos, Col. 10/18, Paris, 1968.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MEGLINO, B.M., RAVLIN, E.C., ADKINS, C.L. A work values approach to corporate culture: A field test of the value congruence process and its relationship to individual outcomes. *Journal of Applied Psychology*, 74, 424-432, 1989.

MEIRA, F. B.. Grupos minoritários: forma e organicidade dos empreendimentos (ditos) solidários. *Psicologia Política*, v.12, p.121-137, 2012.

MEIRA, L. *A Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários: Olhares das ITCPS USP, UFRJ e UNEB*. Salvador: UFBA. Núcleo de Pós Graduação em Administração, Escola de Administração, 2005. Dissertação de Mestrado.

MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23, 1999.

MENEZES, M. T. C.. *Economia solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MEYER, J. P.; IRVING, G.; ALLEN, N. J. Examination of the combined effects of work values and early work experiences on organizational commitment. *Journal of Organizational Behavior*, v.19, n.1, p.29-59, 1998.

MONGIN, O. *Le travail – quelle avenir?* In: BOISARD, P. et alii. Éditions Gallimard, Paris, 1997.

MORAES, B. M. ; JIMENEZ, M. S. V. ; AYRES, N. ; TERCEIRO, E. . A Categoria Trabalho em Marx e Engels: uma Análise Introdutória de sua Legalidade Onto-histórica. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, v. V. 2, p. p. 36-p. 47, 2010.

MOTTA, P, F. *Burocracia e Autogestão: A proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NARDI, H. C.; YATES, D. B.; FERNANDES, J. M.; RODRIGUES, M. C.. Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, p. 320-328, 2006.

NORD, W. R., BRIEF , A. P., ATIEH , J. M. , DOHERTY , E. M. Work values and the conduct of organizational behavior . In: STAW, B. and CUMMINGS, L. (Eds.), *Research in organizational behavior* (Vol. 9, pp. 1-42). Greenwich, CT: JAI Press, 1988.

NYSSSENS, M. Economie populaire au sud, économie sociale au nord. In : OCDE. *Réconcilier l'économique et le social*. Vers une économie plurielle. p. 95-120, Paris, 1996.

OLIVEIRA, A. F.; TAMAYO, A. Inventário de perfis de valores organizacionais. *Revista de Administração da USP*, 39(2), 129-140, 2004.

OLIVEIRA, B. A. M. *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, J. P. Mulheres na Economia Solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p.325-332, Jul/Dez 2008.

OLIVEIRA, P. S. . *Cultura solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo: Edusp, 2006.

OLIVEIRA, P. S. . *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.

PASQUALI, L. (Org.) *Instrumentos Psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: Prática Gráfica e Editora LTDA, 1999.

PASQUALI, L. *Psicometria: teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PERRET, B. L'avenir du travail: des tendances contradictoires. In: Boisard, P. et alii. *Le travail – quelle avenir?* Éditions Gallimard, Paris, 1997.

PINHEIRO, D.C. *A educação e a gestão na Economia Solidária: Um estudo sobre processos de formação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Belo Horizonte: CEPEAD/UFMG. Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, 2010. Dissertação de Mestrado.

PINHEIRO, D. C. *Em busca de contribuições para a gestão na Economia Solidária: um estudo a partir da literatura e do caso CECOSOLA*. Belo Horizonte: UFMG – Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, 2013. Tese de Doutorado.

PIRES, J. C. S.; MACÊDO, K. B. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. *RAP*. Rio de Janeiro 40(1):81-105, jan./fev. 2006.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Boletim de mercado de trabalho* – Conjuntura e análise nº24, Agosto 2004.

_____. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, M.; NETO, A. C. et al. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC Minas, 1999.

PORTO, J. B. *Estrutura e transmissão dos valores laborais*: um estudo com estudantes universitários. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PORTO, J. B.; PILATI, R.; TEIXEIRA, M. L. M.; LOUBACK, J. C.; RODRIGUES, M.; PEREIRA, E.L. Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Valores Relativos ao Trabalho, In: *30º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* – ENANPAD, 2006, Salvador: ANPAD, 2006.

POLANYI, K.. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO, J. B.; TAMAYO, A. Valores do trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.) *Medidas do comportamento organizacional*: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

_____. Estrutura dos valores pessoais: a relação entre valores gerais e laborais. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, 23(1), 63-70, 2007.

_____. Escala de valores relativos ao trabalho – EVT. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.19, n.2, p.145-152, 2003.

RAVLIN, E. C., MEGLINO, B. M. The transitivity of work values hierarchical preferences ordering of socially desirable stimuli. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 44, 494-508, 1989.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Empresas de trabajadores y economía de mercado*. Santiago: Ediciones PET, 1984.

REIS, T. A. *A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade e Interconexão de Dimensões*. Salvador: UFBA. Núcleo de Pós Graduação em Administração, 2005. Dissertação de Mestrado.

ROAZZI, A.. Categorização, formação de conceitos e processos de construção de mundo: procedimento de classificações múltiplas para o estudo de sistemas conceituais e sua forma de análise através de métodos de análise multidimensionais. *Cadernos de Psicologia* 1(1),1-27, 1995.

ROE, R. A.; ESTER, P. Values and work: empirical findings and theoretical perspective. *Applied Psychology: An International Review*, v, 48, n. 1, 1-21, 1999.

ROHAN, M. J. A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, v. 4, p. 255-277, 2000.

ROS, M., SCHWARTZ, S. H., SURKISS, S. Basic individual values, work values, and meaning of work. *Applied Psychology: An International Review*, 48, 49-71, 1999.

SAGIE, A.; ELIZUR, D. The structure of personal values: a conical representation of multiple life areas. *Journal of organizational behavior*, v.17, n.7, p. 573-586, 1996.

SAGIE, A.; KOSLOWSKY, M. Extra- and intra-organizational work value and behavior: a multiple-level model. *Trends in Organizational Behavior*, v.5, p.155-174, 1998.

SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. A. F.; SIQUEIRA, M. V. S. e MENDES, A. M. Tréplica - Relações entre suicídio e trabalho: diferenças epistemológicas e (im)possibilidade de diálogo. *Revista de Administração Contemporânea* [online]. 2010, vol.14, n.5

SANTOS, R. F.; RIBEIRO, A. C.. Aspectos fundamentais do sistema de operação das cooperativas leiteiras do noroeste fluminense. *Gestão e desenvolvimento regional*, v. 7, p. 230-255, 2011.

SCHWARTZ, S. H. Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In: ROS, M., GOUVEIA, V.V. (Orgs.), *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 55-85). São Paulo: Senac, 2006.

_____. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, A.; PORTO, J.B. (Orgs.), *Valores e comportamento nas organizações* (pp. 21-55). Petrópolis: Vozes, 2005.

SCHWARTZ, S. H. A theory of cultural values and some implications for work. *Applied Psychology: an International Review*, 48(1), 23-47. doi: 10.1111/j.1464-0597.1999.tb00047.x, 1999.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19-45, 1994.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M. (Ed.). *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press, v. 25, p. 1-65, 1992.

SCHWARTZ, S. H.; BILSKY, W.. Toward a theory of the universal content and structure of values: extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 58, p. 878-891, 1990.

_____. Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 53, p. 550-562, 1987.

SELIGMAN, C.; OLSON, J. M.; ZANNA, M. P. (Ed.). *The psychology of values: the Ontario Symposium*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1996. v. 8.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. 1. ed. Brasília: MTE/SENAES, 2006

SHOSKLEY, E., MORLEY, D. *Adhering to organizational culture*. What is it mean? Why does it matter? *Group & Organizational Studies*, 14 (4), 483-500, 1989.

SILVA JUNIOR, J. *Fato Associativo e Economia Solidária: A experiência da ASMOCONP/Banco Palmas*. Bahia, 2005. Dissertação (Mestrado em administração) - UFBA, 2005.

SINGER, P. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, B. S. (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. *A economia solidária no governo federal*. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 24, p. 2-5, ago. 2004.

_____. *Globalização e Desemprego*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 126 p.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 123-133.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SIU, O. Job stress and job performance among employees in Hong Kong: The role of Chinese work values and organizational commitment. *International Journal of Psychology*, v.38, n.6, p.337-347, 2003.

SIU, O.; SPECTOR, P. E.; COOPER, C.L.; LU, C. Work stress, self-efficacy, chinese work values, and work well-being in Hong Kong and Beijing. *International Journal of Stress Management*, v.12, n.3, p.274-288, 2005.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, 13).

SPRANGER, E. *Lebensformen* (5. Auflage). Halle, Saale: Niemeyer, 1952.

SUPER, D. E. *The Psychology of Careers: An introduction to vocational development*. New York: Harper & Row, 1957.

TABACHNICK, B. G., FIDELL L. S.. *Using multivariate statistics* (3ª ed.). Boston: Pearson Education, 1996.

TAMAYO, A. Hierarquia de valores transculturais e brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, p. 7-15, 2007.

TAMAYO, A. Impacto dos valores pessoais e organizacionais sobre o comprometimento organizacional. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Orgs.), *Valores e comportamento nas organizações* (pp. 160-186). Petrópolis: Vozes, 2005.

TARIS, R.; FEIJ, J. A. Longitudinal examination of the relationship between supplies-values fit and work outcomes. *Applied Psychology: An International Review*, v.50, n.1, p.52-80, 2001.

TESCH, W. Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: RI, N. D. (org) *Economia Solidária: O Desafio da Democratização das Relações de Trabalho*. São Paulo: Artes e Ciência, 1999. P. 43-53.

THIRY-CHERQUES, H. R. Gerenciamento de Pessoas: Sobre a Formação dos Conceitos de Trabalho em Geral e em Abstrato: de John Locke a Adam Smith. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 2009, vol.7, nº 1.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, produção associação e produção de saberes. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n.2, p.116-122, 2006.

VARGAS DE FARIA, J, R. Organizações Coletivistas de Trabalho: referência para os empreendimentos populares solidários. In: IV ENEOS, *Anais...* Porto Alegre, 2006.

VERANO, L. *Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo*. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

VIANA, N. Democracia e autogestão. *Revista Achegas*, n.37, p. 58-72, 2008.

WELLEN, H. A. R.. Contribuição à crítica da economia solidária. *Revista Katálisis*, v. 11, p. 105-115, 2008.

WIJTING, J. P.; ARNOLD, C. R.; CONRAD, K. A. Generational differences in work values between parents and children and between boys and girls across grade levels 6, 9, 10 and 12. *Journal or Vocational Behavior*, v. 12, n. 2, p. 245-260, 1978.

8. ANEXO

ANEXO 1 - Escala de Valores Relativos ao Trabalho – EVT

Neste questionário você deve perguntar a si próprio. “Quais são os motivos que me levam a trabalhar?”, mesmo que, atualmente, você não esteja trabalhando. Esses motivos constituem os valores de trabalho.

A seguir, há uma lista de valores do trabalho. Pedimos sua colaboração para avaliar quão importante cada valor é para você **como um princípio orientador em sua vida no trabalho**, circulando o número, à direita de cada valor, que melhor indique a sua opinião. Use a escala de avaliação abaixo.

Como princípio orientador em minha vida no trabalho, este motivo é:

1 Nada importante	2 Pouco importante	3 Importante	4 Muito importante	5 Extremamente importante
-------------------	--------------------	--------------	--------------------	---------------------------

Quanto maior o número (1, 2, 3, 4, 5), mais importante é o valor como um princípio orientador em sua vida no trabalho. Tente diferenciar, tanto quanto possível, os valores entre si, usando para isso todos os números. Evidentemente, você poderá repetir os números em suas respostas/avaliações.

É importante para mim:

1. Estabilidade financeira	1	2	3	4	5
2. Ser independente financeiramente	1	2	3	4	5
3. Combater injustiças sociais	1	2	3	4	5
4. Realização profissional	1	2	3	4	5
5. Realizar um trabalho significativo para mim	1	2	3	4	5
6. Competitividade	1	2	3	4	5
7. Trabalho intelectualmente estimulante	1	2	3	4	5
8. Autonomia para estabelecer a forma de realização do trabalho	1	2	3	4	5
9. Poder me sustentar	1	2	3	4	5
10. Ter prazer no que faço	1	2	3	4	5
11. Conhecer pessoas	1	2	3	4	5
12. Satisfação pessoal	1	2	3	4	5
13. Trabalho interessante	1	2	3	4	5

14. Crescimento intelectual	1	2	3	4	5
15. Seguir a profissão da família	1	2	3	4	5
16. Gostar do que faço	1	2	3	4	5
17. Status no trabalho	1	2	3	4	5
18. Ganhar dinheiro	1	2	3	4	5
19. Ser útil para a sociedade	1	2	3	4	5
20. Auxiliar os colegas de trabalho	1	2	3	4	5
21. Preservar minha saúde	1	2	3	4	5
22. Ter prestígio	1	2	3	4	5
23. Bom relacionamento com colegas de trabalho	1	2	3	4	5
24. Identificar-me com o trabalho	1	2	3	4	5
25. Supervisionar outras pessoas	1	2	3	4	5
26. Amizade com colegas de trabalho	1	2	3	4	5
27. Competir com colegas de trabalho para alcançar as minhas metas profissionais	1	2	3	4	5
28. Ter compromisso social	1	2	3	4	5
29. Colaborar para o desenvolvimento da sociedade	1	2	3	4	5
30. Realização pessoal	1	2	3	4	5
31. Ter superioridade baseada no êxito do meu trabalho	1	2	3	4	5
32. Mudar o mundo	1	2	3	4	5
33. Ter fama	1	2	3	4	5
34. Ter notoriedade	1	2	3	4	5
35. Estabilidade no trabalho	1	2	3	4	5
36. Ajudar os outros	1	2	3	4	5
37. Suprir necessidades materiais	1	2	3	4	5
38. Enfrentar desafios	1	2	3	4	5
39. Ser feliz com o trabalho que realizo	1	2	3	4	5
40. Trabalho variado	1	2	3	4	5
41. Aprimorar conhecimentos da minha profissão	1	2	3	4	5
42. Obter posição de destaque	1	2	3	4	5
43. Ter melhores condições de vida	1	2	3	4	5
44. Trabalho que requer originalidade e criatividade	1	2	3	4	5
45. Colaborar com colegas de trabalho para alcançar as metas de trabalho do grupo	1	2	3	4	5

9. APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Escala de Valores Relativos à Economia Solidária

Neste questionário estão listadas algumas práticas e percepções que podem se relacionar com os valores atribuídos à Economia Solidária.

Leia cada uma dessas afirmativas¹⁶, e utilize a escala de 1 a 6 para avaliá-las, de acordo com a sua compreensão e vivência.

1.Discordo Totalmente	2.Discordo Muito	3.Discordo Pouco	4.Concordo Pouco	5.Concordo Muito	6.Concordo Totalmente
--------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	--------------------------

AFIRMATIVAS	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Muito	Concordo Totalmente
A minha remuneração me permite viver bem.	1	2	3	4	5	6
As pessoas que estudaram merecem uma remuneração melhor do que aquelas que não estudaram.	1	2	3	4	5	6
Considero que todas as pessoas têm condições iguais de trabalho.	1	2	3	4	5	6
É comum que eu deixe os meus interesses pessoais de lado em prol do interesse coletivo do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Eu cobro ações dos políticos.	1	2	3	4	5	6
Eu compro qualquer tipo de produto.	1	2	3	4	5	6
Eu conheço todas as etapas de produção do meu empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Eu consigo equilibrar a relação entre trabalho, lazer e família.	1	2	3	4	5	6
Eu consumo produtos além da minha necessidade.	1	2	3	4	5	6
Eu desenvolvo ações em prol da minha comunidade.	1	2	3	4	5	6
Eu estou sempre disposto a ajudar os outros membros do empreendimento no desempenho de suas funções.	1	2	3	4	5	6
Eu me identifico com o ideal do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Eu me interesso por política.	1	2	3	4	5	6
Eu me sinto a vontade para participar de qualquer cargo de	1	2	3	4	5	6

direção no empreendimento.						
Eu me sinto proprietário do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Eu me sinto reconhecido pelo trabalho que desempenho no meu empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Eu não tenho um patrão.	1	2	3	4	5	6
Eu participo das atividades comunitárias do meu bairro.	1	2	3	4	5	6
Eu possuo poder de decisão no empreendimento/organização que eu faço parte.	1	2	3	4	5	6
Eu prefiro que somente meus amigos e familiares façam parte do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Eu sei a importância da minha atividade para todo o processo de produção.	1	2	3	4	5	6
Eu sempre busco informações da origem dos produtos e serviços que eu consumo.	1	2	3	4	5	6
Eu tenho o hábito de ajudar outras pessoas.	1	2	3	4	5	6
Eu tenho prazer em dizer que faço parte do empreendimento / organização.	1	2	3	4	5	6
Eu tenho satisfação no desempenho do meu trabalho.	1	2	3	4	5	6
Existem funções mais importantes do que outras dentro do empreendimento.	1	2	3	4	5	6
Há diferenças entre trabalhar em uma empresa e um empreendimento econômico solidário.	1	2	3	4	5	6
Há espaço no empreendimento para que todos apresentem suas ideias.	1	2	3	4	5	6
Há rotatividade das funções administrativas / diretivas no empreendimento.	1	2	3	4	5	6
No empreendimento há possibilidade de qualificação / treinamento.	1	2	3	4	5	6
O desempenho do meu trabalho me transforma em uma pessoa melhor.	1	2	3	4	5	6
O meu trabalho no empreendimento contribui para uma mudança no meu modo de vida.	1	2	3	4	5	6
Todos os membros do empreendimento / organização se comprometem da mesma forma com a realização do trabalho.	1	2	3	4	5	6
Trabalhar nesse empreendimento me faz perceber que o dinheiro é o mais importante.	1	2	3	4	5	6